



**INTERNET E
MOBILIZAÇÕES SOCIAIS:
TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO
PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL**

BERNARDO SORJ E SERGIO FAUSTO
(Organizadores)

**INTERNET E
MOBILIZAÇÕES SOCIAIS:
TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO
PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL**

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Coleção: O Estado da Democracia na América Latina
Dirigida por Bernardo Sorj (Centro Edelstein de Pesquisas Sociais) e Sergio Fausto (Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso)

Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil

Tradução: Fabio Storino

Revisão: Isadora Feitoza de Carvalho

Capa: Lincon Justo

© Plataforma Democrática

© Bernardo Sorj y Sergio Fausto

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015

ISBN: 978-85-99588-36-9

Esta publicação foi apoiada pela Fundação Konrad Adenauer.



Este livro pode ser reproduzido livremente em parte ou na sua totalidade, sem modificações, para fins não comerciais, a condição de citar a fonte.

BERNARDO SORJ
SERGIO FAUSTO
(Organizadores)

INTERNET E
MOBILIZAÇÕES SOCIAIS:
TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO
PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL

INTRODUÇÃO

Os tempos modernos sempre foram tempos de crise, ou, pelo menos, marcados pelo sentimento de crise. As constantes transformações sociais produzem mudanças de valores, expectativas e, sobretudo, sensação de insegurança, pois “tudo o que é sólido se dissolve no ar”. Se não é novidade o sentimento de crise contemporâneo, possivelmente é nova a carência de mapas cognitivos que nos possibilitem entender — ou ao menos acreditar que entendemos — o que está acontecendo e para onde estamos indo.

As razões para essa crise seguramente são múltiplas: o aparente fim da hegemonia do “Ocidente” sobre o sistema internacional, o colapso das ideologias políticas que durante mais de um século mobilizaram movimentos sociais e partidos políticos, o fim da crença de que controlamos a natureza e de que o crescimento econômico não tem limites ambientais e, finalmente, o surgimento de novas tecnologias que produzem desafios éticos e prenunciam o surgimento do ciber-humano.

Nas águas revoltas que temos que navegar, não podemos deixar de seguir interpretando o mundo no qual vivemos, gerando explicações e propostas que nos permitam continuar agindo para proteger valores que

nos são fundamentais, os quais, no nosso caso, se expressam no ideal democrático. É dentro dessa perspectiva que *Plataforma Democrática* oferece aos leitores esse trabalho, no qual três autores latino-americanos procuram entender o impacto da Internet sobre a comunicação e mobilização social na esfera pública, em geral, e na sociedade civil, em particular.

O fenômeno da Internet deu origem a uma ampla bibliografia que geralmente se divide entre, de um lado, aqueles autores que acreditam que o novo ciberespaço revoluciona as formas de participação política e pode recriar as instituições democráticas e, de outro, aqueles que consideram ser o mundo virtual se caracterizado por mensagens simplistas, pela pobreza argumentativa, pelo isolamento em torno de grupos afins, levando à polarização e descrença da esfera pública.

Cada um dos textos incluídos nesse livro apresenta ângulos diferentes de análise, em boa medida complementares. Bernardo Sorj enfatiza as relações entre o mundo on-line e off-line, Danilo Martuccelli trata da lógica interna do mundo on-line e Nicolás Somma aborda o impacto do ciberespaço na ação da sociedade civil. Comum aos três autores é o fato de não tratar a América Latina como uma realidade separada do resto do mundo, transitando entre a experiência global e a regional, a qual em seu interior apresenta igualmente situações nacionais bastante diferentes.

Esta publicação nos parece especialmente oportuna à luz do ressurgimento do ativismo das sociedades civis em distintos países da região nos anos mais recentes, seja em países com regimes democráticos consolidados, nos quais se recolocam questões sobre a relação entre os cidadãos e a política institucional, adormecidas desde que se consolidaram suas democracias, seja em países com regimes híbridos, nos quais a sociedade civil busca reassumir maior protagonismo frente a tendências crescentemente autoritárias dos governos.

Este livro certamente não esgota o universo de questões provocadas pelo ressurgimento da sociedade civil na América Latina: qual é o poten-

cial democratizador deste processo, no campo dos valores e das instituições, em que medida aponta para a revitalização da democracia representativa ou para o seu enfraquecimento, quais responsabilidades e desafios impõe às lideranças políticas? Trata-se, no entanto, de um passo na busca por respostas a estas questões, que estão no centro da agenda de debates e investigações do projeto *Plataforma Democrática*.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores – Plataforma Democrática

INTRODUCTION

Modern times have always been times of crisis or, at least, characterized by a feeling of crisis. Constant social transformations produce changes in values, expectations and, particularly, a feeling of insecurity, since “all that is solid melts into air.” Even if the contemporaneous feeling of crisis is not new, the lack of cognitive maps that allow us to understand – or at least to believe we understand – what is happening and where are we going to is new.

Certainly, there are multiple reasons for this crisis: the apparent end of the hegemony of the “West” over the international system; the collapse of political ideologies that for more than one century have mobilized social movements and political parties; the end of the belief that we are in control of Nature and that the economic growth faces no environmental limitations and, finally, the emergence of new technologies, which produce ethical challenges and presage the appearance of the cyber-human individual.

In the turbulent waters we have to navigate, we could not help but continue interpreting the world where we live, generating explanations and proposals that allow us to continue acting to protect those values that are fundamental for us, and that, in our case, are expressed in the democratic ideal. It is within this perspective that the *Plataforma Democrática* offers this work to the readers, in which three Latin-American authors try to understand the impact of the Internet on communications and social mobilization at the public sphere, in general, and particularly on the civil society.

The Internet phenomenon gave rise to a wide bibliography that generally is divided into those authors who believe that the new cyberspace revolutionizes the ways of political participation, and that it may recreate the democratic institutions, and those who consider that the virtual world is characterized by simplistic messages, poor arguments, and

isolated like-minded groups, which leads to polarization and disbelief in political life.

Each text included in this book provides different analysis, which are in a great extent complementary. Bernardo Sorj emphasizes the relationships of on-line and off-line worlds; Danilo Martuccelli deals with the internal logic of on-line world; while Nicolás Somma covers the impact of cyberspace in civil society actions. The three articles have as common trait the fact that they do not address Latin America as a reality that is separate from the rest of the world, but instead they transit between global and regional and national experiences.

We consider this publication to be particularly timely in view of the resurgence of activism in civil societies in different countries of the region in most recent years, whether in countries with consolidated democratic regimes, where issues about the relationship of citizens and political institutions are reopened after having being asleep since re-democratization, or in countries with hybrid regimes, where civil society seeks to keep alive in face of increasingly authoritarian governments.

This book certainly does not exhaust the universe of issues provoked by the resurgence of civil society in Latin America: what is the democratizing potential of new communication technologies in the fields of values and institutions; to what extent the new social and political dynamics indicate the revitalization of the representative democracy or its weakening; what are the responsibilities and challenges imposed on political leaders? However, the book is one step in the search for answers to those questions, which are central to the agenda of research and public debate of *Plataforma Democrática* project.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Directors – Plataforma Democrática

ÍNDICE

Sumários Executivos..... 12

Executive Summaries..... 23

CAPÍTULO I

On-line / off-line: a nova onda da sociedade civil e a
transformação da esfera pública..... 35

Bernardo Sorj

CAPÍTULO II

Esfera pública, movimentos sociais e juventude..... 61

Danilo Martuccelli

CAPÍTULO III

Participação cidadã e ativismo digital na América Latina 102

Nicolás Somma

Os autores 146

SUMÁRIOS EXECUTIVOS

SUMÁRIO EXECUTIVO DO CAPÍTULO I

On-line / off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública

Bernardo Sorj¹

A formação da sociedade civil na América Latina no século 20 e início do 21 se deu pelo acúmulo de três ondas sucessivas, que se influenciam mutuamente. A primeira onda está associada às organizações dos assalariados, cuja principal expressão são os sindicatos de trabalhadores e empregados. Outras associações de classe foram igualmente importantes atores no espaço público, como as de profissionais liberais e empresários (muitas constituídas ainda no século 19) e as de estudantes.

A segunda onda é formada pelas ONGs, que passam a ocupar um lugar importante no espaço público a partir dos anos 1970-80, em muitos casos inicialmente relacionadas à luta contra as ditaduras militares e, posteriormente, aos movimentos pelos direitos identitários, de direitos humanos e de meio ambiente. Por fim, a terceira onda, ainda em processo de formação, está constituída por mobilizações que encontram no ciberespaço um instrumento central de atuação.

Essas três ondas possuem características distintas. A primeira onda se organiza por meio de movimentos sociais constituídos em torno da afinidade de interesses a partir do lugar que as pessoas ocupam no mundo do trabalho. São organizações que aglutinam grandes grupos, muitas vezes

1 Professor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e do projeto Plataforma Democrática. www.bernardosorj.org

reunidos em federações e/ou confederações nacionais. Geralmente financiadas pela contribuição de seus membros, elegem seus líderes por meio de sistemas de voto. Suas demandas se concentram fundamentalmente em temas distributivos e interesses corporativos, embora incluam uma ideologia mais ampla de reconhecimento de direitos sociais e de valorização da figura do trabalhador.

A segunda onda se relaciona a movimentos sociais identitários (gênero, raça, orientação sexual, étnica) ou universalistas (direitos humanos, meio ambiente), cujas demandas são veiculadas geralmente por ONGs, cuja legitimidade não se sustenta pelo mandato eleitoral dado por um público determinado, mas pela relevância dos valores que defendem. As ONGs se dedicam à promoção de direitos e/ou ações pontuais, e são financiadas por doações, seja de simpatizantes ou por recursos públicos e/ou de fundações nacionais ou internacionais. Por suas próprias características, como a de não representar um público claramente definido e sua forma de atuação, existe um grande número de ONGs, geralmente fragmentadas e com ligações fracas entre elas.

Por fim, proponho distinguir, para analisar a terceira onda, entre três tipos diferentes de ciberativismo: (1) os *hackers* que têm como campo de ação a infraestrutura técnica da Internet, realizando ataques (seja de interrupção de serviços, modificação de conteúdo ou obtenção de informações confidenciais) de *websites* e bancos de dados considerados “inimigos” (neste artigo deixaremos de lado o tema da cultura *hacker*, que está além dos limites do texto); (2) os ativistas produtores de conteúdo virtual, sejam indivíduos ou grupos, que usam a Internet para arregimentar apoio, muitas vezes por meio de abaixo-assinados, para divulgar informações ou análises sobre temas de interesse público ou propor ações de rua; (3) grupos constituídos off-line, mas que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoios.

As experiências recentes de manifestações de rua em vários países nos indicam que, quando analisamos a comunicação política, devemos

tratar o mundo on-line e o off-line como **subsistemas interconectados**. Na passagem de um para outro (re)aparecem os indivíduos e organizações, com seus diferenciais em termos de iniciativa, poder, valores e interesses que, inclusive, estavam presentes, embora ocultos, no mundo da rede.

Em resumo, argumentamos que:

1. O ciberativismo, ao se reduzir ao espaço da Internet, geralmente possui pouco impacto, ao menos imediato, no sistema político, inclusive quando se trata de campanhas que mobilizam uma enorme quantidade de assinaturas de apoio a demandas específicas.
2. Os efeitos mais tangíveis, e até hoje os mais relevantes, do ciberativismo são aqueles que levam a mobilizações no espaço urbano, que denunciam o estado das coisas e exigem maior justiça social, combate à corrupção, políticas sociais e/ou democracia.
3. Embora não exista um único padrão causal entre a dinâmica iniciada nas redes sociais e as manifestações de rua, na origem destas se encontram geralmente grupos previamente organizados, que desempenham um papel importante na irrupção do movimento.
4. Nos recentes eventos de rua em várias regiões do mundo, ocorridos entre 2010 e 2013, o mundo virtual desempenha um papel central na disseminação da informação, na organização e mobilização dos manifestantes. A relação entre a mobilização virtual e a de rua, contudo, é extremamente complexa, e difere em cada caso. Em primeiro lugar, é muito difícil distinguir o papel específico que as redes virtuais possuem em relação ao mal

-estar existente da população e que dá lugar aos eventos off-line. Em segundo lugar, embora o ciberespaço desempenhe um papel central como meio de comunicação, mobilização e organização dos manifestantes, é muito mais limitado em sua capacidade de aglutinar de forma permanente os grupos mobilizados. Em terceiro lugar, como e quanto certas mobilizações nas redes sociais desencadeiam manifestações de rua é explicável somente *a posteriori*. Contudo, é importante lembrar, a imprevisibilidade é uma característica de todas as irrupções sociais.

5. Embora as redes sociais tenham uma eficácia enorme para mobilizar e manter o contato entre os manifestantes, também é verdade que continuam sendo as relações cara a cara -- nos encontros e convivência entre indivíduos no espaço urbano, no enfrentamento com forças policiais e, posteriormente, na capacidade de organização de grupos mais permanentes que interagem com o sistema institucional e que passam a existir off-line --, que produzem consequências políticas duradouras da mobilização cidadã

6. As ações de rua geradas pelo ciberativismo têm como foco denúncias e demandas específicas, que dificilmente desaguam em propostas ou agendas políticas detalhadas. Quando os movimentos de rua conseguem gerar “curtos-circuitos” políticos, incluindo a derrubada de governos, não são eles e sim os “eletricistas”, ou seja, as forças políticas organizadas off-line, os responsáveis pelos passos seguintes, seja de avançar, neutralizar ou tentar reverter as mudanças obtidas pelos movimentos de rua. O impacto desses movimentos depende da solidez das instituições políticas.

7. Em certos casos, o mundo virtual pode ser a base para movimentos políticos, mesmo que não tenham relação direta com os movimentos de rua, como o partido 5 Estrelas na Itália. Esse partido, no seu funcionamento off-line, exemplifica as dificuldades e contradições de uma organização que usou como trampolim a Internet e se diz inspirada na democracia on-line.

Concluimos argumentando que a Internet é um espaço com enorme potencial democrático, mas também possui dimensões que se contra-põem com a civilidade da esfera pública, e a prevalência de suas virtudes positivas exigem um esforço constante para assegurar a liberdade de expressão e limitar os efeitos de sua colonização, seja pelo setor privado, pelo governo ou por forças antidemocráticas que se refugiam no anonimato. Entre outras coisas, 1) deve-se construir formas virtuosas de relacionamento entre a comunicação on-line com o mundo off-line, caso contrário a comunicação virtual se transforma em catarses coletiva sem consequências efetivas, o que aumenta a frustração com o sistema político; 2) deve-se exigir que no ciberespaço sejam aplicadas as mesmas leis de transparência y universalismo (existentes ou que deveriam existir) a respeito do uso de recursos públicos para financiar meios de comunicações tradicionais, para apoiar publicações on-line, websites ou blogs; e, 3) sobretudo, que se promova, em particular a partir das escolas, uma educação que desenvolva a capacidade de reflexão sobre o uso e leitura crítica da informação que circula pela Internet.

SUMÁRIO EXECUTIVO DO CAPÍTULO II

Esfera pública, movimentos sociais e juventude

Danilo Martuccelli¹

O presente documento desenvolve a hipótese de que assistimos a uma dupla transformação estrutural da esfera pública, que introduziu modificações importantes no exercício da democracia. Essas mudanças se relacionam com transformações ocorridas entre jovens e adolescentes, o que produz desafios novos e específicos que demandam a implementação de novas formas de educação cidadã. O raciocínio se desenvolve ao longo de cinco grandes etapas.

[1] Em um primeiro momento apresentamos, em duas grandes seções, o que chamamos de a dupla transformação da esfera pública. A primeira, mais tradicional e mais antiga, transformou o equilíbrio de poder entre os principais blocos estruturais da esfera pública: o sistema político (partidos e governo), a sociedade civil (sindicatos, ONGs, os movimentos sociais propriamente ditos) e o espaço público (sobretudo os principais órgãos de imprensa). De fato, há algumas décadas nenhum bloco foi capaz de impor sua vontade de maneira unilateral aos outros dois. Na América Latina, essa primeira mudança coincidiu com as transições democráticas dos anos 1980.

[2] A segunda transformação da esfera pública, mais recente e mais imprevisível em relação às suas consequências futuras, provém da progres-

1 Université Paris Descartes, Université Sorbonne Paris Cité, membro do Instituto Universitário da França e do Centro de Estudos sobre Laços Sociais -CNRS.

siva consolidação de um *quarto* bloco estrutural envolvendo a galáxia da Internet — que se coloca entre o espaço público *mainstream*, os movimentos sociais e o sistema político. Além de seus próprios usuários, esse novo bloco produz um perfil específico de ator que se agrega aos perfis dos principais atores tradicionais dos antigos blocos: aos representantes políticos (sistema político), minorias ativas (sociedade civil) e jornalistas (espaço público), adiciona-se a figura dos ativistas internautas como grande ator desse novo bloco da esfera pública.

[3] Em terceiro lugar, o documento desenvolve as principais mudanças que o bloco da galáxia da Internet, sobretudo através de seus principais atores — os ativistas internautas —, suscita no exercício da democracia. A galáxia da Internet aprofunda o questionamento da democracia representativa, pois evidencia, de maneira rápida e ostensiva, a distância entre as instituições representativas e o estado da opinião que se expressa em um determinado momento na *web*. A galáxia da Internet também produz novos desafios de participação na ação coletiva, ao alimentar tentações inéditas de reclusão de seus principais atores — os ativistas internautas — para dentro da *web*. Por último, e talvez de maneira mais significativa, a galáxia da Internet facilita a afirmação de uma cultura de intrigas e da suspeita relativamente generalizada.

[4] Uma vez apresentadas essas mudanças estruturais, na quarta seção analisam-se as grandes transformações sociais e culturais observáveis entre jovens e adolescentes. Muitas dessas mudanças são independentes da esfera pública (expansão da escolarização, legitimidade crescente da cultura jovem etc.) mas, por meio de sua interação com ela, alimentam transformações tanto no nível das ações coletivas quanto das políticas de juventude mas, sobretudo, da sua tendência de produzir importantes atores culturais da sociedade. Dessa maneira, os jovens e adolescentes afirmam-se menos — ou somente de maneira episódica — como atores políticos do que como atores que, a partir da cultura, transformam ativamente as rela-

ções sociais. Esse processo de afirmação cultural das novas gerações, visível há várias décadas (pelo menos desde a expansão do *rock* nos anos 1950), é reforçado por um conjunto de homologias que se tecem entre a sociabilidade juvenil e a galáxia da Internet (práticas de humor, desconfiança institucional, dissimulação e exploração identitárias etc.), e subjacente a elas um sentimento relativamente generalizado de que todas as opiniões, desde que autênticas, são igualmente válidas.

[5] Por último, na seção final o documento se foca no desafio que, no âmbito das políticas públicas de juventude, produz a transformação da esfera pública e a afirmação de ativistas internautas: a necessidade de colocar em prática uma nova educação cidadã, cujo objetivo central deve ser a transmissão de um espírito esclarecido pós-positivista. Para alcançar esse objetivo, o papel da escola é decisivo: um dos grandes objetivos da educação deve ser a aprendizagem crítica de que “nem tudo se equivale”, nem todas as opiniões possuem o mesmo valor, e que as instituições conferem maior legitimidade a certas representações. Nesse sentido, é importante que a escola ensine, por meio do debate e de um conjunto de exercícios escolares específicos, o diferencial de legitimidade entre os diferentes pontos de vista possíveis. Um exercício indispensável em sociedades nas quais os temas científicos e técnicos se transformaram em temas políticos maiores, mas também em sociedades nas quais, por razões estruturais, ampliam-se atitudes confabulatórias e de suspeita.

SUMÁRIO EXECUTIVO DO CAPÍTULO III

Participação cidadã e ativismo digital na América Latina

*Nicolás M. Somma*¹

O presente artigo sistematiza várias pesquisas sobre o ativismo digital na América Latina. O propósito é oferecer uma visão panorâmica sobre o tema, identificar hipóteses relevantes e sugerir novas linhas de investigação. Para isso, considera as experiências de um amplo leque de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que utilizam a Internet na região para levar adiante suas demandas e atingir seus objetivos.

O artigo começa identificando uma série de condições que contribuem para a compreensão do forte desenvolvimento do ativismo digital na região nas últimas duas décadas. Entre elas, cabe mencionar o fato de que a Internet favorece a diminuição dos custos da ação coletiva, reduz as implicações das distâncias geográficas e permite construir novos laços entre organizações similares entre si, com aliados externos e com comunidades descontentes. Também explora o papel da Internet de proporcionar uma nova via de expressão a grupos que se sentem sub-representados ou excluídos da mídia de massa tradicional.

Em seguida, para colocar o desenvolvimento do ativismo digital em sua devida perspectiva, utilizando dados da rodada de 2012 da pesquisa do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) [Projeto Opinião Pública Latino-Americana], argumenta-se que a proporção de pessoas que

1 Instituto de Sociologia da Pontificia Universidade Católica do Chile. E-mail: nsomma@uc.cl.

usam a Internet com frequência na região é relativamente baixa (menos da metade), e que o uso da internet para fins políticos (dentro dos quais se insere o ativismo digital) é ainda mais raro. Também são apresentadas as variações que existem entre os diferentes países da região e também entre grupos etários, étnicos, socioeconômicos, de gênero e de situação do domicílio. Também são apresentados relatos de ativistas vinculados a diversas organizações, que reflitam sobre como o uso da Internet gera tensões dentro das organizações e, apesar de todas as suas vantagens, pode oferecer riscos para o cumprimento dos objetivos perseguidos.

Por fim, e de modo bastante exploratório, são apresentados os possíveis impactos do uso da Internet em três âmbitos: sobre os níveis de mobilização social (não apenas na esfera virtual, como também nas ruas e espaços públicos da América Latina), sobre as decisões produzidas pelo sistema político (incluindo legislação) e sobre a estrutura de relações entre organizações. São analisadas múltiplas experiências que sugerem um impacto considerável, mas apontam para a necessidade de se realizar pesquisas sistemáticas que vão além dos casos “exitosos” ou mais divulgados.

EXECUTIVE SUMMARIES

EXECUTIVE SUMMARY OF THE CHAPTER I

On-line/off-line: the new wave of civil society and the transformation of the public sphere

Bernardo Sorj¹

Civil society in Latin America in the 20th century and beginning of the 21st century was formed by the accumulation of three successive waves, which influence each other mutually. The first wave is associated to wage earners' organizations, having its most important expression in the unions of workers and employees. Other class associations were equally important players in the public sphere, such as those of professionals and businessmen (many of them constituted back in 19th century) and those of students.

The second wave is formed by NGO's, which become increasingly important in public sphere as of the 70's and 80's; in many cases initially related to combating military dictatorships, and then to the movements defending identity rights, human rights and environment. Finally, the third wave, still under formation, is constituted by mobilizations that find in the cyberspace their main vehicle of expression and organization.

These three waves have distinct characteristics. The first wave is organized through social movements constituted around the affinity of interests based on the place people occupy in the world of employment. These are organizations that gather large groups, many times brought to-

1 Professor of the Institute of Advanced Studies of the University of São Paulo (IEA-USP), and director of Edelstein Center for Social Researches and project Plataforma Democrática. www.bernardosorj.org

gether in major national federations and/or confederations. Generally financed by contributions of their members, they elect their leaders through voting systems. Their demands concentrate basically in distributive issues and corporatist interests, although they include a more comprehensive platform in favor of the recognition of social rights and valorization of the worker's place in society.

The second wave is related to movements based on social identity (gender, sexual and ethnic orientation) or universal rights aspirations (human rights, environment), whose demands are usually carried out by NGO's. Their legitimacy is not based on an electoral mandate given by a certain constituency, but by the relevance of the values they represent. The NGO's are dedicated to promote rights and/or specific actions, and are financed by donations, whether from sympathizers or from public resources and/or donations from national or international foundations. By their own characteristics, such as not seeking to represent a clearly defined audience and their form of action, there is a great number of NGO's and are generally fragmented with weak connections among them.

Finally, in order to analyze the third wave, I propose a distinction among three different types of cyberactivism: (1) the hackers, having as their field of action the internet's technical infrastructure, perform attacks (whether in the form of service interruption, change of contents or obtaining confidential information) against Websites and databases considered as "enemies" (in this article, we will not cover the hacker culture, as it is beyond its scope); (2) the activists who produce virtual contents, whether individuals or groups, and use the Internet to gather support, many times through on-line petitions or to disclose information or analysis on themes of public interest, or even to propose street demonstrations; (3) groups that are constituted off-line, and use the cyberspace to disseminate their positions and obtain support."

Recent experiences with street manifestations in several countries indicate that, when we analyze political communication, we should deal with the on-line and off-line worlds as **interconnected subsystems**. When we pass from the former to the latter, individuals and organizations (re)appear, with their differences in terms of initiative, power, values and interests, which were present, however hidden, in the Internet world.

In summary, our argument is that:

1. Cyberactivism, when restricted to the space of the Internet, generally has low impact, at least immediately, on the political system. Even in the case of campaigns that mobilize a huge number of signatures in support to specific demands.
2. More tangible effects of cyberactivism, and even today the most relevant ones, are those that materialize in the urban space, those that denounce the status quo and require more social justice, combat corruption, demand social policies and/or democracy.
3. Although there is not a single causal direction between online and offline dynamics, in the origin of online initiatives there are generally previously organized groups that perform an important role in the emergence of the movement.
4. In recent street events in several parts of the world, from 2010 to 2013, the virtual world played an important role in spreading information, organizing and mobilizing protesters. However, the relationship between on-line mobilization and street mobilization is extremely complex and differs from case to case. First, it is quite difficult to define the specific role that online networks play in catalyzing social dissatisfaction, and giving

rise to off-line events. Second, although the cyberspace has a fundamental role as a communication channel and to mobilize and organize protesters, it is quite more restricted in its capacity to keep together on a permanent basis the groups it mobilizes. Third, how and how much of certain social network mobilizations trigger street manifestations may be explained only *a posteriori*. However, it is worth mentioning that the unpredictability is a characteristic of all social upheavals.

5. Although social networks have an enormous efficacy to mobilize and keep protesters in contact among themselves, which produce long-lasting political consequences for citizenship mobilization are face to face relations – in meetings and coexistence of individuals in urban space, in facing police forces and, then, in the capacity of organizing more permanent groups that interact with the institutional system and began to exist off-line.
6. The street actions generated by cyberactivism are focused specifically on accusations and demands which are hardly accompanied by proposals or political agendas. When street movements manage to generate political “short circuits”, including overthrow of governments, they are not the ones that are responsible for the next steps - whether in order to advance, neutralize, or attempt to neutralize the changes obtained by street movements-, but instead the “electricians”, i.e., the political forces organized off-line. The impact of these street movements depends on the strength of political institutions.
7. In certain cases, the on-line world may be the basis for political movements, even when they are not directly related to street

movements, such as the *5 Star Movement* in Italy. This party, in its off-line operation, is an example of the challenges and contradictions of an organization that used Internet as springboard and has supposedly inspired itself on on-line democracy.

We finish defending that the Internet is a space with a huge democratic potential, but which also has dimensions that are opposed to the civility of the public sphere, and the prevalence of their positive virtues require an ongoing effort to assure the freedom of expression and to limit the effects of its colonization, whether by the private sector, the government or anti-democratic forces that are hidden behind anonymity. To that end it is important that, among other things: 1) virtuous forms of relationship be built between on-line communications and the off-line world, otherwise virtual communication becomes a collective catharsis, without effective consequences, which serves only to increase frustration towards the political system; 2) the same transparency and universalism (existing or that should exist) in the off-line world with regards to the use of public resources to finance traditional communication means, be applied to support on-line publications, Websites or blogs; and 3) people are educated, particularly young people in schools, to develop the capacity to read critically the information that circulate through the Internet.

EXECUTIVE SUMMARY OF THE CHAPTER II

Public sphere, social movements and youth

*Danilo Martuccelli*¹

This article develops the hypothesis that we are witnessing a double structural transformation of public sphere, which introduced relevant changes in the exercise of democracy. These changes are related to the transformation seen among young people and adolescents, which produces new and specific challenges that demand implementation of new forms of citizens' education. The argument is developed along five major steps.

[1.] First, we address, in two major sections, what we call the double transformation of public sphere. The first, most traditional and older, has transformed the balance of power among major structural blocks within the public sphere: the political system (parties and government), civil society (unions, NGO's, social movements themselves), and the public space (particularly major press bodies). Actually, some decades ago no single block was able to impose its will in a unilateral way on the other two blocks. In Latin America, this first change has coincided with the democratic transitions in the 80's.

[2.] The second transformation of public sphere, more recent and with more unpredictable consequences, comes from the progressive consolidation of a *fourth* structural block that involves the Internet galaxy — which is positioned in between the mainstream public space, social movements and the political system. In addition to their own users, this

1 Université Paris Descartes, USPC, member of IUF and Cerlis-CNRS

new block produces a new player with a specific profile that is aggregated to the profiles of major traditional players of the older blocks: to the political representatives (political system), active minorities (civil society) and journalists (public space), the figure of Internet activists is added as a major player of this new block of the public sphere.

[3.] In the third place, the article elaborates about the most relevant changes occurring in the block of the Internet galaxy, particularly through its major players – the Internet activists – and the impact of these changes on the exercise of democracy. The Internet Galaxy deepens the questioning of representative democracy, because it makes increasingly evident the distance existing between the representative institutions and the state of opinions at a certain moment in the Internet. The Internet galaxy also produces new challenges for the participation in collective actions by providing to their major players – the Internet activists – new temptations of reclusion inside the Web. Finally, and perhaps most significantly, the Internet galaxy makes it easier to affirm a culture of intrigues, and of a relatively generalized suspicion.

[4.] After presenting these structural changes, in the fourth section is analyzed the great social and cultural transformation observed among young people and adolescents. Many of these changes happen outside of the public sphere (expansion of education, growing legitimacy of young culture and others). However, these changes affect the public sphere and have an impact on collective actions and youth-targeted public policies and especially on the constitution of important cultural players in the society. Therefore, the young people and adolescents are less a political player than a cultural player that transforms social relations. This cultural affirmation process of new generations that has been seen for several decades (at least since the emergence of rock and roll in the fifties) is reinforced by a set of homologies that established between the juvenile sociability and the Internet galaxy (practices of humor, distrust in institutions, dissimu-

lation and identity exploration, and others). Underlying these practices and beliefs of the young generation there is a relatively generalized sense that all opinions, provided they are authentic, are equally valid.

[5.] Finally, the last section of the article focuses on the challenge that, in the scope of public youth policies, produces transformation of public sphere and the affirmation of Internet activists: the need to practice a new citizens' education, which main goal must be the transmission of a post-positivist enlightened spirit. In order to reach such an objective, the role of school is fundamental: one of the major goals of education must be the critical learning that "neither everything is equivalent", nor all opinions have the same value, and that the institutions confer more validity to certain representations. In this sense, it is important that the school teaches, through debate and a set of specific school exercises, the difference of validity among different possible points of view. An indispensable exercise in societies where scientific and technical themes become larger political themes, but also in societies which for structural reasons are prone to believe in conspiracy theories and to have an attitude of suspicion in relation to public issues.

EXECUTIVE SUMMARY OF THE CHAPTER III

Citizens' participation and digital activism in Latin America

Nicolás M. Somma¹

This article systematizes several researches about digital activism in Latin America. The purpose is to offer a panoramic view about the theme, to raise relevant hypothesis and to suggest new lines of investigation. To that end, were considered the experiences of a broad array of regional social movements and organizations of civil society are considered, which use the Internet for taking forward their demands and reach their objectives.

The article starts identifying a series of conditions that contribute for understanding the strong development of digital activism in the region over the last two decades. Among these conditions, it is worth mentioning the fact that the Internet lowers the costs in collective action, diminishes the importance of long geographic distances and allows building new links between similar organizations, external allies and unsatisfied communities. It also explores the role of Internet in providing a new mean of expression for groups that feel under-represented or excluded from traditional mass media.

To put the development of digital activism into its proper perspective, using data from the 2012 edition of the the Latin American Public

1 Institute of Sociology of Pontifical Catholic University of Chile. E-mail: nsomma@uc.cl

Opinion Project (LAPOP), it is argued that the proportion of people who frequently use the Internet in the region is relatively low (less than half), and that the use of Internet with political purposes (including the digital activism) is still rare. Also addressed are the variations existing between the different countries of the region and also between age, ethnic, social and economic, gender and domicile status groups. We also analyse reports by activists connected to several organizations that elaborate on how the use of Internet generates tension inside organizations and, in spite of all its advantages, may offer risks to achieving the objectives intended.

Finally, and in a quite exploratory way, possible impacts of the use of the Internet at three dimensions are analysed: social mobilization (not only at the virtual level, but also on the streets and public spaces of Latin America), decisions produced by the political system (including legislation) and the structure of relations among organizations. Multiple experiences are analyzed, suggesting a considerable impact, but indicating the need to perform systematic researches that go beyond the “successful” or most well-known cases.

CAPÍTULO I

ON-LINE / OFF- LINE: A NOVA ONDA DA SOCIEDADE CIVIL E A TRANSFORMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

Bernardo Sorj¹

Introdução

Nesse texto exploramos as mudanças em curso na esfera pública a partir do surgimento de uma nova onda de ativismo na sociedade civil, associada aos novos meios de comunicação. Argumentamos que cada nova onda da sociedade civil é o resultado de transformações mais amplas da sociedade, que os movimentos sociais e organizações sociais reforçam numa certa direção. A análise de experiências recentes nos leva a concluir que: (1) tanto as visões que enfatizam os efeitos positivos como os que destacam os lados negativos do ciberespaço apontam para fenômenos presentes na realidade social, e apenas a análise de situações concretas pode ajudar a entender a importância relativa de cada uma delas; e (2) a dinâmica e consequências do ciberativismo não devem ser dissociadas de suas consequências para e interação permanente com o mundo off-line.

1 Professor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e do projeto Plataforma Democrática. www.bernardosorj.org

Para efeito deste texto, entende-se que a esfera pública seja constituída por: (1) os três poderes do Estado; (2) o sistema de partidos políticos; (3) as empresas de comunicação (imprensa, rádio, televisão ou Internet);² e (4) a sociedade civil. Entendemos por sociedade civil o conjunto de ações (simbólicas, organizacionais ou materiais) realizadas pelos cidadãos que intervêm no espaço público com o objetivo principal de conservar/modificar/transformar o sistema de valores que orientam o sistema legal e a forma pela qual o Estado e a sociedade organizam e distribuem seus recursos. Essa definição, como qualquer outra que se refere ao mundo social, é indicativa, uma vez que a sociedade é um objeto fluido e as fronteiras entre seus subsistemas são porosas. As categorias sociológicas ajudam a mapear a realidade, mas os mapas que elas geram são sempre uma aproximação e, portanto, devem ser aceitos com certa reserva. De maneira similar, devemos nos lembrar que os conceitos sociológicos estão associados a contextos históricos e sociais específicos. O conceito de sociedade civil possui sentido pleno em sociedades democráticas e seculares, onde não apenas se respeitam os direitos individuais como as pessoas possuem o direito de lutar por novos direitos.³ Portanto, quando falamos de sociedade civil presumimos que as sociedades sejam, ou tendem a ser, plenamente democráticas e seculares (o que nunca são) e, no caso de sociedades autoritárias, que exista uma “sociedade civil democrática emergente”.⁴

2 Os meios de comunicação exigem uma tipologia própria, pois podem ser controlados pelos governos ou terem um caráter público mas gozarem de ampla autonomia, serem empresas privadas ou relacionadas a entidades da sociedade civil.

3 Regimes autoritários reprimem e, dessa forma, politizam, qualquer ação que o governo considere oposta ao poder central. Não havendo o direito a lutar por direitos, a sociedade civil perde contornos claramente definíveis, e praticamente qualquer ato pode ser tratado como desobediência civil. Nesses casos, a sociedade civil é simplesmente aquela que o Estado não apoia, e que busca deslegitimar e/ou reprimir.

4 Uma suposição que não necessariamente se confirma na prática. Por exemplo, podem existir forças que se rebelam contra regimes autoritários que, por sua vez, desejam promover outras formas de autoritarismo.

A sociedade civil, por sua própria natureza, é particularmente plástica, pois se refere ao espaço de liberdade no qual os cidadãos introduzem inovações sociais, e inclui todas as atividades na esfera pública, seja de indivíduos ou de grupos, que não são definidas como sendo do âmbito privado, comercial, estatal ou partidário.

Um elemento central no estudo da sociedade civil são os movimentos sociais, ou seja, os movimentos coletivos que promovem transformações sociais.⁵ Os movimentos sociais podem produzir organizações formais que envolvem e institucionalizam o movimento social, e tendem a ser absorvidos pelo sistema político, cultural e legal. Nesse processo, o movimento social é “domesticado”, mas também a sociedade é transformada pela integração de pelo menos parte das suas reivindicações.

Como veremos, a relação entre movimento social e organizações formais (a “sociedade civil organizada”) não é clara. Se no caso da primeira onda da sociedade civil em geral o movimento social precede sua institucionalização (por exemplos, os protestos e atividades solidárias dos trabalhadores antecedem os sindicatos), na segunda onda é comum o surgimento de organizações formais não apoiadas por movimentos sociais. Isso foi possível porque o formato ONG não supõe representação efetiva de um público. Associadas muitas vezes a ativistas globalizados, as ONGs às vezes introduzem temas que posteriormente podem dar lugar a movimentos sociais. Por sua vez, no caso da terceira onda, como veremos, a própria noção de movimento social perde contornos claros, assim como são mais confusas suas relações com organizações formais.

Por fim, não devemos confundir o conceito teórico de sociedade civil, que procura diferenciar um tipo de ator no espaço público, com atores empíricos. Por vezes, atores que declaram seus objetivos específicos como sendo avançar o bem comum podem usar suas atividades para obter

5 A suposição de que movimentos sociais possam ser claramente separados de movimentos religiosos é, novamente, uma suposição sem fundamento, pois mesmo em sociedades secularizadas a presença de crenças religiosas, e mesmo de suas instituições, fazem-se presentes em maior ou menor grau nos movimentos sociais.

ganhos privados e posições de poder dentro do Estado. E, se a sociedade civil é constitutiva de toda sociedade democrática, isso não significa que toda ação de seus membros seja, por definição, inerentemente virtuosa. Há grupos da sociedade civil que podem atuar para minar as instituições democráticas.

As ondas da sociedade civil

A formação da sociedade civil na América Latina⁶ no século 20 e início do 21 deu-se por meio do acúmulo de três sucessivas ondas, que se influenciam mutuamente. A primeira onda está associada com as organizações dos assalariados, cuja principal expressão são os sindicatos de trabalhadores e empregados. Outras associações de classe foram igualmente importantes atores no espaço público, como as de profissionais liberais e empresários (muitas constituídas ainda no século 19) e as de estudantes.

A segunda onda se forma em torno de movimentos sociais que, em muitos países, estiveram associados à resistência e luta contra as ditaduras militares, mas que rapidamente passaram a incluir temas como relações de gênero, meio ambiente, identidades raciais e indígenas. As chamadas ONGs são o formato organizacional típico da segunda onda, e na América Latina passaram a ocupar um lugar importante no espaço público a partir dos anos 1970-80. Por fim, a terceira onda encontra-se em processo de constituição, e está relacionada a mobilizações de ativistas, que têm o ciberespaço como campo privilegiado de atuação.⁷

6 Mas também, com especificidades em cada caso e país, na Europa e nos Estados Unidos.

7 O leitor familiarizado com a bibliografia de ciências sociais identificará que as duas primeiras ondas seguem, em linhas gerais, a mesma caracterização elaborada por uma ampla bibliografia que indica a existência de duas grandes fases nos movimentos sociais das sociedades capitalistas: a primeira, associada ao processo de industrialização e lutas de caráter econômico, e a segunda, associada à sociedade “pós-fordista”, de reivindicações em torno do reconhecimento de grupos identitários, que afetam o âmbito da sociabilidade e da cultura. Com relação a esses trabalhos, nossa análise estabelece a conexão entre os novos movimentos sociais e a “forma ONG” de organização.

Os formatos organizacionais de cada onda possuem características distintas. A primeira onda se organiza a partir de afinidades de interesses relacionados ao lugar que as pessoas ocupam no mundo do trabalho. São organizações que aglutinam grandes grupos, muitas vezes reunidos em federações e/ou confederações nacionais. Geralmente financiadas pela contribuição de seus membros (voluntária ou obrigatórias), elegem seus líderes por meio de sistemas de voto. Suas demandas se concentram fundamentalmente em temas distributivos e interesses corporativos, embora incluam demandas mais ampla de reconhecimento de direitos e de valorização da figura do trabalhador ou do profissional.

A segunda onda é formada por grupos geralmente pequenos de ativistas, cuja legitimidade não se sustenta pelo mandato eleitoral dado por um público determinado, mas pelos pressupostos éticos de seus princípios e demandas.⁸ As ONGs dedicam-se à promoção de direitos e/ou ações pontuais, e são financiadas por recursos públicos e/ou privados, nacionais ou internacionais. Por suas próprias características e forma de atuação, há um grande número de ONGs, geralmente fragmentadas e com ligações fracas entre elas. O impacto de suas ações de *advocacy* é difícil de se medir, já que se dão no campo das lutas culturais, no qual atuam uma série de atores e em longos períodos de tempo. A atuação se concentra principalmente em denúncias, análises e ações que buscam chamar a atenção do público para suas demandas e propostas.

Por fim, proponho distinguir, para analisar a terceira onda, três tipos diferentes de ciberativismo: (1) os *hackers*, que têm como campo de ação a infraestrutura técnica da Internet, realizando ataques (seja de interrupção de serviço, modificação de conteúdo ou obtenção de informações confidenciais) de *websites* considerados “inimigos” (neste artigo deixare-

8 Para uma análise mais detalhada sobre os usos do conceito de sociedade civil e a definição que propomos, ver Bernardo Sorj, “Sociedad civil e relaciones norte-sur: ONGs y dependencia”, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Working Paper n. 1, 2005. Disponível em: http://www.bernardo-sorj.com.br/pdf/wp1_espanol.pdf

mos de lado o tema da cultura *hacker*, que está além dos limites do texto); (2) os ativistas produtores de conteúdo virtual, sejam indivíduos ou grupos, que têm a Internet como objeto de atuação, seja para divulgar informações ou análises sobre temas de interesse público seja para arremeter apoios para abaixo-assinados; e (3) os ativistas de grupos constituídos off-line, mas que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoios.

Como uma das características do ciberespaço é a de tornar mais incerta a fronteira entre o público e o privado, entre a mensagem pessoal e a mensagem “para todos”, o universo da comunicação permite que insatisfações pessoais adquiram um caráter público. A inexistência de fronteiras entre comunicação pública e privada leva a que predomine na Internet uma cultura de mensagens com forte carga personalizada, subjetiva, de denúncia. Isto não significa que todos os internautas sejam “iguais”. Embora se possa argumentar que todo internauta seja um ciberativista, mesmo que seja retransmitindo mensagens, o número de produtores de mensagens que adquirem um caráter viral certamente é bastante limitado.

A primeira onda se caracteriza por demandas centradas em questões distributivas; a segunda apresenta um menu mais variado de temas e de identidades sociais; enquanto a terceira é extremamente difusa e mutável, e se concentra mais no que não se deseja do que em visões programáticas.⁹

Os líderes das organizações sindicais são eleitos pelo voto, os das ONGs são autodesignados ou escolhidos por um grupo restrito, e no ciberespaço essa categoria, em princípio, desaparece. Os sindicatos geralmente mantêm relações umbilicais com os movimentos que lhes deram origem, por mais fortes que seja a tendência à burocratização e/ou o distanciamento entre os trabalhadores e seus líderes.

No caso das ONGs, as relações entre o núcleo de ativistas e seu público são geralmente difusas, e por vezes distantes. Aqui é possível indicar

9 Por exemplo, no caso das manifestações de junho de 2013 no Brasil, os temas de protesto e as reivindicações foram extremamente variados, e mudaram constantemente. Ver <http://www.causabrasil.com.br>

uma tipologia na qual as ONGs mantêm uma relação direta com movimentos sociais que lhes dão origem (que podem ser denominadas “organizações de movimentos sociais”) e outras com praticamente nenhuma articulação. Certamente, cada caso concreto se encontra em algum ponto do leque que vai desde ONGs que são uma simples formalização legal de um movimento social até outras ONGs que têm muito pouca relação com aqueles que buscam representar.

Por fim, o ciberativismo em boa medida suaviza ou elimina a separação entre organização e movimento social. Contudo, como argumentaremos mais adiante, a noção de que a rede possa constituir movimentos sociais sustentáveis de forma independente do mundo off-line (novamente deixando de lado a cultura *hacker*) é questionável.

As características organizacionais de cada onda de sociedade civil e de relação com os movimentos sociais afetam e delimitam as possibilidades de ação de cada tipo de sociedade civil. A principal forma de ação dos sindicatos é a greve, ou seja, a mobilização dos recursos de poder da organização a partir do lugar de seus membros no local de trabalho. As ONGs, sem recursos de poder próprios relevantes (embora, em certas ocasiões, consigam realizar mobilizações de rua de apoio às suas causas, elas são a exceção e geralmente possuem impacto limitado), dependem fundamentalmente de que suas propostas sejam reproduzidas pelos meios de comunicação tradicionais (jornais, rádio, tevê) e por formadores de opinião pública para obter ressonância e apoio entre a população. Por fim, a influência do ciberativismo depende dos efeitos fora do mundo on-line de suas mensagens nas redes sociais. Embora menos dependente dos meios tradicionais de comunicação, estes podem desempenhar um papel amplificador.

As transformações sociais causadas pela primeira e pela segunda ondas foram enormes, e modificaram profundamente a sociabilidade, os valores e o papel do Estado no mundo capitalista. A primeira levou à criação do Estado de bem-estar social que, mesmo afetados por cortes em mui-

tos países, introduziu o tema da responsabilidade da sociedade e do Estado com os mais vulneráveis. A segunda onda, além de disseminar os valores dos direitos humanos, das minorias sexuais, da luta contra o racismo e temas ambientais, teve no feminismo sua maior realização, produzindo uma das revoluções mais profundas na sociabilidade humana que, durante milênios, esteve dominada pelo patriarcalismo. As realizações da terceira onda ainda estão por ser percebidas.

A relação entre as três ondas

Como apontamos anteriormente, as três ondas geram dinâmicas e ações no espaço público que não são excludentes, mas suas relações tampouco são simplesmente complementares. Cada uma delas expressa mudanças na sociedade e no sistema político que a nova onda reflete, mas também reforça.

Os sindicatos estão associados à expansão da classe operária e do funcionalismo público e ao avanço de ideais socialistas. As ONGs se expandem em um momento em que se inicia o declínio das ideologias socialistas e a perda de peso relativo do movimento operário (devido a uma série de processos internos do mundo do trabalho, à diminuição da importância do setor industrial e, por fim, à queda do mundo comunista).¹⁰ Processos esses que, associados a outros fatores, também se refletem na incapacidade crescente dos partidos políticos de mobilizar o imaginário político da sociedade. Nesse contexto, as ONGs surgem como principal fonte de elaboração de novos direitos e de visões desejáveis de sociedade, demandante de reconhecimento de grupos identitários (de gênero, orientação sexual, etnia, raça) ou relacionados ao meio ambiente. Sinal dos novos tempos: em poucas décadas, as paradas gays substituíram em

10 Sobre a erosão do poder relativo dos sindicatos de trabalhadores, ver Bernardo Sorj, *La democracia inesperada*, Buenos Aires, Bononiae Libris/Prometeo Libros, 2005. Disponível em http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SORJ_La_democracia_inesperada.pdf_01_06_2008_19_16_42.pdf

muitos países o 1º de maio como o dia do ano celebrado com a principal manifestação de rua.

Durante a primeira onda, os sindicatos e os partidos políticos mantiveram, embora de maneira distinta em cada país, relações bastante estreitas. Em alguns países chegaram a constituir a principal base de apoio de partidos políticos (seja na base, como no caso do partido trabalhista inglês ou o socialdemocrata alemão, ou a partir do Estado, como no caso do peronismo na Argentina ou o getulismo no Brasil). As ONGs, no geral, não chegam a formar laços explícitos com os partidos, a não ser no caso de alguns partidos verdes mas, mesmo nestas situações, as ONGs ambientalistas possuem uma relação orgânica similar à dos partidos com os sindicatos.

Cada onda afeta a anterior. Os sindicatos incorporaram, em maior ou menor grau, temas introduzidos pela segunda onda (como, por exemplo, os direitos da mulher), bem como sindicatos e ONGs buscam ocupar e utilizar o ciberespaço para promover suas causas. De maneira similar, as redes sociais foram invadidas pelos marqueteiros políticos, especialmente em períodos eleitorais, que enviam milhares de mensagens através de robôs que assumem “identidades”, utilizando uma linguagem similar à das pessoas comuns.¹¹ Mas o ciberespaço, enquanto tecido de comunicação anônima e anárquica, dificulta, embora não exclua, tentativas de controle por parte de estruturas centralizadas.

O impacto da segunda, e ainda mais da terceira onda, tende mais a fragilizar do que a fortalecer o sistema representativo. Não se trata de

11 Na pesquisa que realizamos no Brasil em 2005 durante o referendo sobre o desarmamento, descobrimos a existência de e-mails distribuídos entre pessoas e lugares sem contato entre si, sempre com o mesmo texto, e que incluíam uma lista (sempre a mesma) de pessoas que aparentemente os receberam e estavam reenviando. Escritos com estilo informal, incluindo erros de ortografia, foram claramente produzidos por uma central profissional. Em outro caso, um político brasileiro montou uma equipe que criou perfis de 200 “pessoas” que intervinham nas redes sociais como sujeitos “autônomos”. Ver Bernardo Sorj, “Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista”, disponível em: http://www.bernardosorj.com.br/pdf/wp2_espanol.pdf, também publicado em inglês como “Internet, Public Sphere and Political Marketing: Between the Promotion of Communication and Moralism Solipsism”, *Humanities and Technology Review*, v. 27, p. 45-68, 2008.

um jogo de soma zero, nem que a sociedade civil seja a responsável pela crise nos partidos políticos. Esta é a expressão de problemas de fundo dos partidos políticos nas democracias contemporâneas - pela dificuldade de agregação de interesses gerada pela segmentação social e dos limites de poder dos governos em economias globalizadas.

Certamente, todas as ondas tiveram relação com o contexto nacional e global, mas o peso do nacional não é o mesmo. No caso dos sindicatos, eles estão associados — inclusive porque estavam fortemente ligados ao sistema político e às realidades econômicas de cada país — à elaboração de projetos nacionais. No caso das ONGs, o componente global é mais forte, pois suas causas estão relacionadas a direitos universais, e as principais ONGs são geralmente dirigidas por pessoas com formação cosmopolita, já que sua legitimidade e acesso a recursos dependem da circulação em redes globais. Dessa forma, a segunda onda fortalece identidades globais ou subnacionais (sejam identitárias, de direitos humanos ou ambientalistas). Na terceira onda os temas locais e globais se apresentam de forma diferente segundo o tipo de ator. Os *hackers* são os mais globalizados e, pela própria natureza de sua ação, o país de origem muitas vezes sequer aparece. Os ativistas de conteúdo tratam dos mais diversos assuntos, mas as mensagens com maior potencial viral, em geral, relacionam-se a temas nacionais ou mesmo locais, normalmente enfatizando, em tom de denúncia, o que não se quer (mais do que o que se quer) e muito pouco o como conseguir o que se deseja.

A passagem à segunda e, posteriormente, à terceira onda da sociedade civil expressa e reforça processos sociais que se orientam pela crescente individualização e sentimentos igualitários. Esses processos levaram à implosão de organizações políticas que buscavam enquadrar os indivíduos, em estruturas hierárquicas, com disciplina interna e coesão ideológica. Ao mesmo tempo, como não podemos nos esquecer, essa situação gera frustrações, sentimento de impotência e perda de sentido que, entre alguns

jovens, pode levar a dois extremos: fundamentalismo religioso e extremismo político, ambos por vezes associados à crença na violência como única forma de enfrentar ou escapar do “sistema”.

As redes sociais praticamente eliminaram a separação entre o público e o privado e, dessa forma, transformaram a própria estrutura da esfera pública (e privada). A separação entre o público e o privado como domínios diferenciados, embora frágil e, por vezes, contraproducente,¹² fundava-se na noção de uma barreira que separava o pessoal do público, o individual do coletivo, o mundo da intimidade do mundo abertamente exibido. Os indivíduos certamente sempre passam por sentimentos de “mal-estar” no qual o pessoal e o coletivo se misturam, mas a passagem do privado ao público exigia até recentemente que a mensagem política fosse além dos interesses e experiências específicas de cada cidadão. O papel da comunicação pública era o de conectar os sentimentos de “mal-estar” pessoal com os rumos da sociedade, produzindo consensos em torno de programas e ideais comuns, com os quais os indivíduos podiam se identificar. As redes sociais transformaram os sentimentos de mal-estar (e de felicidade) pessoais na “publicação” virtual dominante. Dessa forma, empoderou os indivíduos, mas fragilizou as formas institucionalizadas de construção de consensos e de ação coletiva, o que impõe enormes desafios às formas tradicionais de ação política, em particular aos partidos.

Por fim, encontra-se o tema geracional. A primeira onda era inclusiva de todas as idades, e a experiência acumulada desempenhava um papel importante para se alcançar posições de liderança. A segunda onda parece apresentar um corte diferente, ao menos entre as ONGs mais antigas. Os líderes tendem a ser pessoas com maior média de idade, que possuem uma ampla rede social e prestígio pessoal, o que lhes assegura credibilidade e contatos que dão acesso a financiamentos, ao passo que a base da equipe

12 Contraproducente pois a lei, na verdade, impunha normas legais sobre a esfera privada, legitimando o patriarcalismo, a homofobia, o maltrato de crianças, e impondo valores religiosos com aparência de secularizados (por exemplo, no caso da família e da sexualidade).

tende a ser formada por pessoas jovens, das quais muitas trabalham nas ONGs como um passo intermediário até encontrar posições mais bem remuneradas, seja no setor público ou no privado. Na terceira onda, a dinâmica tecnológica favorece o protagonismo de pessoas jovens, mais adaptadas ao mundo digital e com maior disposição e disponibilidade de tempo para participar das redes sociais.

A terceira onda e as mobilizações políticas

A Internet tem sido recebida por alguns autores como o surgimento de um espaço democrático de comunicação, no qual as pessoas podem comunicar livremente suas opiniões e criar redes autônomas de participação. Em suma, estaríamos diante de uma efetiva democratização da comunicação no espaço público. Segundo essa versão, até recentemente os meios de comunicação estavam dominados por empresas com suas agendas determinadas pelos interesses e ideologias de seus proprietários.¹³ A Internet permitiria a comunicação direta livre entre os cidadãos, sem filtros nem intermediários. Outros autores enfatizam aspectos negativos, como a capacidade de Estados e de empresas de controlar a Internet e acumular informação sobre a vida dos cidadãos, ou sua tendência de produzir um solipsismo coletivo, na medida em que os internautas só leem — ou se comunicam com outras pessoas — em função de suas afinidades pessoais, sem contato com o contraditório, que, apesar de limitado, está presente nos meios tradicionais de comunicação social.¹⁴

13 Ver Michael Hardt, Antonio Negri, *Império*, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 320. Ver também a entrevista de Toni Negri disponível em <http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-0201/msg00142.html>. Sobre como essa visão otimista é aplicada à sociedade civil, ver Craig Warkentin, *Reshaping World Politics: NGOs, the Internet, and Global Civil Society*, Lanham, MD (EUA), Rowman and Littlefield Publishers, 2001.

14 Ver, por exemplo, Cass Sustein, *republic.com*, Princeton: Princeton University Press, 2001, um dos primeiros autores a sistematizar crítica sobre a tendência da Internet a fechar o universo cognitivo. O Facebook teria potencializado esta tendência, além de colocar o problema de expor a privacidade e a intimidade das pessoas. Recentemente o Pew Research Center, indicou a existência de uma “espiral do silêncio”, produzido pelas redes sociais, onde os internautas tendem a

Os fenômenos empíricos que ambas posições mencionam para justificar seus argumentos estão presentes na realidade. Trata-se, portanto, de discernir como ambas as tendências convivem no mundo social, e como e quando uma delas prevalece ou é mais relevante que a outra.

As mobilizações de rua no mundo nos últimos anos, associadas ao ciberativismo, permitem realizar algumas generalizações, que terão que ser revistas à luz de novas experiências:

1. O ciberativismo, quando se reduz ao espaço da Internet, não tem impacto relevante, ao menos imediato, no sistema político. Nem mesmo campanhas com milhões de assinaturas parecem ter maiores consequências diretas.¹⁵ É mais difícil avaliar as consequências cumulativas do ciberativismo: a comunicação que circula na Internet se caracteriza por textos curtos, geralmente de denúncias, nos quais é comum que a imagem ocupe o lugar do argumento e o sentimento de vitimização prepondere. Não por acaso, a comunicação que circula na Internet mostra uma afinidade especial com teorias conspiratórias e produz, frequentemente, uma profusão de mensagens que expressam intollerância e desprezo pelos antagonistas, chegando a promover o ódio e o fechamento cognitivo.

evadir temas políticos quando suspeitam que suas posições não são compartilhadas: <http://www.pewinternet.org/2014/08/26/social-media-and-the-spiral-of-silence>. No plano internacional uma visão crítica do impacto da Internet foi elaborada, entre outros, por Evgeny Morozov, *The net delusion: the dark side of internet freedom*. Philadelphia: PublicAffairs. 2011. Para uma visão crítica sobre o impacto na sociedade civil, ver Peter Levine, “The Internet and Civil Society”, disponível em http://www.imdp.org/artman/publish/article_29.shtml.

15 Um mês antes de eclodirem as manifestações de rua no Brasil, uma campanha virtual da Avaaz recolheu 1,6 milhão de assinaturas contra a permanência de Renan Calheiros na presidência do Senado. Não obteve resultados práticos: o senador foi reconduzido ao cargo. As manifestações de rua que aconteceram um mês depois conseguiram, além da suspensão do aumento da tarifa do transporte público (a demanda que deflagrou o movimento), a suspensão do encaminhamento de uma proposta de emenda constitucional que retirava o poder de promotores públicos, à qual os manifestantes se opunham.

2. O ativismo do ciberespaço gera “movimentos de opinião” mais que movimentos sociais. Produz-se, assim, uma certa inversão de precedentes históricos, quando os movimentos sociais tinham como objetivo gerar mudanças na opinião pública. Hoje, as mudanças na opinião pública parecem independem de movimentos sociais organizados e, mais ainda, não chegam a se cristalizar em novos movimentos sociais.

3. É legítimo perguntarmos: quando um movimento de opinião pode ser considerado um movimento social? Por exemplo, quando um grande número de pessoas clica em uma petição on-line, transforma essa petição em um movimento social?¹⁶ Na prática, formas de “participação qualificada”, ou seja, a participação com argumentos solidamente elaborados por pessoas efetivamente interessadas em um tema específico, certamente em número menor, por exemplo o debate em torno de uma proposta de política pública, podem gerar uma cibercomunidade com uma contribuição importante para o debate público. O problema é que esse tipo de ação exige uma capacidade posterior de filtro e síntese (inclusive podendo dar lugar a propostas divergentes). Por outro lado, o abaixo-assinado, na forma de um manifesto que é referendado, muitas vezes oculta a complexidade dos temas tratados, e não exige esforço de reflexão, apenas afinidade, daqueles que o apoiam. De qualquer forma, a adequação do conceito de movimento social a cibercomunidades exige novas conceptualizações, baseadas em estudos empíricos.

4. Se ainda não conhecemos os efeitos de longo prazo da comunicação por meio das redes sociais na cultura política, as conse-

16 O ativismo digital que se reduz a um clique, produziu um novo conceito, o “slacktivism”, ou ativismo preguiçoso.

quências mais tangíveis e, até hoje, mais relevantes do ciberativismo são aquelas associadas às mobilizações no espaço urbano que exigem maior justiça social, combate à corrupção, políticas sociais e/ou democracia.

5. As relações entre essas manifestações e a comunicação nas redes virtuais não são lineares. Começemos lembrando o óbvio: as manifestações urbanas precedem em séculos os acontecimentos recentes. A questão que se coloca é qual a relação entre o mundo da rua e o das redes virtuais. Nos eventos recentes, de conhecimento público, ocorridos entre 2010 e 2013 (Occupy Wall Street, Primavera Árabe, mobilização estudantil no Chile, manifestações na Espanha, Turquia e Brasil etc.), o mundo virtual desempenha um papel central na disseminação da informação, na organização e mobilização dos manifestantes. Em relação às formas de comunicação do passado (uso de panfletos, cartazes e grafite), a Internet permite uma rapidez e eficácia incomparáveis na rapidez da transmissão de mensagens — quase instantaneidade —, porosidade, ampla comunicação entre os participantes, além de assegurar, em boa medida, o anonimato dos promotores e divulgadores, algo especialmente relevante em regimes autoritários.
6. A relação entre a mobilização virtual e a de rua, contudo, é extremamente complexa, e diferente em cada caso. Em primeiro lugar, é muito difícil identificar o papel específico que as redes virtuais têm na geração do “mal-estar” da população que dá lugar aos eventos off-line, além de ser um veículo de mobilização e organização dos manifestantes. Em segundo lugar, como e quando certas mobilizações nas redes sociais resultam em ma-

nifestações de rua só é explicável *a posteriori*, embora a imprevisibilidade seja uma característica de todas as irrupções sociais.

7. Se as redes virtuais possuem uma eficácia enorme para mobilizar e manter o contato entre os manifestantes, também é certo que continuam sendo as relações cara a cara -- nos encontros e na convivência entre indivíduos no espaço urbano, no enfrentamento com forças policiais e, posteriormente, como veremos, na organização de grupos mais permanentes que interagem com o sistema institucional no mundo off-line -- as relações nas quais se materializa a experiência política e se dão as consequências da mobilização cidadã.
8. Embora não exista um único padrão causal entre a dinâmica iniciada nas redes sociais e as manifestações de rua, na origem destas encontramos grupos previamente organizados, que desempenham um papel importante tanto na eclosão do movimento como em sua dinâmica de rua posterior. Tais grupos podem ser sindicatos, coletivos de militantes (em geral à esquerda do espectro político), grupos de indivíduos altamente dedicados ou partidos políticos.
9. As ações de rua geradas pelo ciberativismo têm como foco denúncias e demandas específicas. O impacto desses movimentos sobre o sistema político depende da solidez das instituições e das forças em oposição. Os impactos imediatos são maiores em proporção direta ao nível de fragilidade e legitimidade dos governos. Em casos como o do Egito, o governo foi derrubado; nos Estados Unidos, Israel ou Espanha, os movimentos sociais não foram capazes de modificar de maneira relevante a relação

de forças ou políticas de governo, mas no Chile algumas reivindicações foram incorporadas no programa da oposição, que foi vitoriosa nas eleições de outubro de 2013.

10. Quando os movimentos de rua conseguem gerar “curtos-circuitos” no sistema político, incluindo a derrubada de governos, são os “eletricistas”, ou seja, as forças políticas organizadas off-line, os responsáveis pelos passos seguintes, seja de avançar, neutralizar ou tentar reverter as mudanças obtidas pelos movimentos de rua.

11. Em certos casos, o mundo virtual pode ser a base para movimentos políticos, como o partido 5 Estrelas na Itália, ou ligado as mobilizações de rua como Podemos na Espanha. Construído a partir da Internet para realizar filiações e propor candidatos, o partido 5 Estrelas exemplifica as dificuldades e contradições de uma organização que usou como trampolim a Internet e se diz inspirada na democracia on-line. Um partido que supõe a participação coletiva é dirigido de maneira centralizada e concentra o poder em seu líder, Bepe Grillo que, por sua vez, acumulou seu prestígio nos meios tradicionais de comunicação — televisão, cinema e teatro. Por fim, seu programa político tem afinidades com o tipo de mensagem que circula na Internet: denúncia da corrupção, desprezo pela “classe” política, referências a temas ecológicos e críticas ao modelo de crescimento econômico. O partido Podemos apresenta uma trajetória e organização mais próxima à constituição tradicional de partidos políticos, embora uma de suas características é o amplo uso das redes sociais. Certamente se trata de casos particulares, e outras

experiências, como por exemplo o embrionário Partido de la Red, na Argentina, exploraram novos caminhos.

12. As demandas das manifestações urbanas associadas ao mundo virtual não trouxeram inovações políticas: suas agendas não diferem de outras que já estiveram presentes no passado, seja de confrontação com regimes autoritários ou, em sociedades democráticas, de crítica às políticas sociais, insatisfação com a situação econômica ou com a corrupção. Que os movimentos de protesto no mundo utilizam os novos meios de comunicação (telefone celular, Internet) é algo óbvio, mas nada indica, ainda, que estejamos diante de uma transformação da vida política, e menos ainda que ela se caracterizaria por estar formada por indivíduos autônomos, graças a um novo sujeito (a rede), que permitiria uma nova forma de democracia (direta) como, por exemplo, parece acreditar Manuel Castells. Esse autor reconhece que para que isso se cumpra o novo contrapoder deverá ser capaz de “reprogramar a organização política, a economia, a cultura [...]”,¹⁷ algo que não está acontecendo.

13. Na medida em que se mantém a desconexão entre o mal-estar social e as formas institucionalizadas de poder, e nada de novo surge em seu lugar, o ciberativismo vivenciado dentro da rede é menos um caminho de empoderamento daqueles sem poder, e mais um espaço de catarse coletiva, de contrademocracia. Como lembra Pierre Rosanvallon, a contrademocracia — que ele valoriza e descreve como mecanismos complementares aos eleitorais, de crítica e de denúncia a partir de uma desconfiança saudável em relação aos políticos e às instituições — pode

17 Manuel Castells, *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet*, Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 21.

deslizar para um distanciamento frente ao sistema político, que se expressa em um “apolítico” ou “impolítico”, levando à estigmatização do sistema representativo e, por fim, ao populismo destrutivo.¹⁸

As relações entre sociedade civil e Estado na América Latina

A bibliografia que teoriza a respeito do papel das organizações da sociedade civil nas sociedades democráticas enfatiza sua lógica diferente à do setor privado (orientado à geração de lucro) e a do setor estatal e sistema partidário (o primeiro, organizado em torno de regras burocráticas e o segundo, da obtenção do poder). Essa caracterização, confrontada com a realidade empírica da primeira e segunda ondas da sociedade civil, contém uma certa idealização. Como apontamos, sem negar sua importância, na formação da sociedade civil é possível encontrar processos de burocratização, e casos nos quais predomina sua instrumentalização, seja para obter vantagens pessoais ou posições no governo. Na América Latina, essas características tiveram uma tonalidade própria pela constante tendência do Estado a subordinar a sociedade civil aos interesses governamentais, via cooptação e, quando isso não era possível, pelo uso da repressão.

Uma ampla biografia descreve os processos por meio dos quais os sindicatos, com características diferentes em cada país, foram objeto constante da ação governamental. Quando não reprimidos, a cooptação pelos governos foi uma constante na maioria dos países da região. O PRI no México, o trabalhismo no Brasil e o peronismo na Argentina são os casos mais conhecidos, mas a cooptação também esteve presente em ditaduras militares, como a de Onganía na Argentina ou de Velasco Alvarado no

18 Pierre Rosanvallon, *La contre-démocratie: La politique à l'âge de la défiance*, Paris, Seuil, 2006.

Peru. Em outros casos, os sindicatos foram colonizados por partidos políticos de esquerda, perdendo parte de sua autonomia.

As ONGs tiveram, e continuam tendo, um papel central na região na luta contra os regimes autoritários e na defesa dos direitos humanos, de gênero, minorias, e de causas ambientalistas. Contudo, estão menos presentes na bibliografia sobre esse setor os processos de cooptação que, nas últimas décadas, muitas delas sofreram nas mãos de governos. Isso sem considerar o uso de ONGs de fachada para desviar recursos públicos para usos políticos ou (muitas vezes misturado com) apropriação privada.¹⁹

Em muitos países da região, ONGs têm sido cooptadas por governos por meio da transferência de recursos para aquelas com quem têm maior afinidade, inclusive entregando-lhes o controle de setores da administração pública. Nesse processo, o governo neutraliza e coopta setores mais recalcitrantes, transformando as ONGs em organizações neogovernamentais.²⁰ Isso gera uma dupla dinâmica: a sociedade civil perde sua autonomia, estatizando-se, e áreas do governo deixam de se orientar pelo interesse público para colocar-se a serviço de grupos com agendas próprias.²¹

A pergunta que se coloca é: dada a tendência presente na cultura política da América Latina à cooptação e/ou repressão da sociedade civil, há indicação de que esse fenômeno se repita com a terceira onda?

19 No Brasil, escândalos envolvendo transferência de recursos públicos para ONGs são recorrentes. Os escândalos mais vultosos estiveram relacionados ao Ministério do Trabalho, sendo o mais importante deles associado à ONG Instituto Mundial do Desenvolvimento e da Cidadania (IM-DCI), acusado de desviar 200 milhões de dólares. No Brasil é comum, tanto no nível federal, estadual e municipal, que legisladores indiquem no orçamento transferências para ONGs que são usadas para atividades de apoio em sua base eleitoral.

20 Na Bolívia, por exemplo, muitas ONGs participam do governo, enquanto outras são criticadas pelo governo por “golpismo”. Evo Morales declarou recentemente que “não se permitirá que as ONGs busquem financiamento exterior e venham a conspirar contra a democracia e o governo nacional [...]”. *El País*, 24 de dezembro de 2013. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2013/12/24/actualidad/1387850766_754480.html

21 No caso brasileiro, esse fenômeno está claramente presente no caso da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que mantém uma relação direta com as ONGs do movimento negro, e muitas de suas ações transferem mecanicamente sua visão de mundo ao campo da ação pública.

A resposta a essa pergunta, em vários países e com variados níveis de intensidade, parece ser afirmativa. Mas apenas até certo ponto pois, embora a repressão e a cooptação possam ser bastante efetivas, dificilmente se consegue coibir totalmente ou cooptar parte considerável dos ciberativistas. A repressão está presente de forma extrema, por exemplo, em Cuba, mas também na Venezuela e Equador, onde os governos perseguem judicialmente responsáveis por sites com comentários críticos à ação governamental. A cooptação é mais difundida, mas também mais difusa, em vários países da região. Governos como o brasileiro e o argentino financiam blogs de empresas, indivíduos e até mesmo de ONGs simpáticos a eles. Nesses casos, os governos buscam colonizar o ciberespaço como uma forma de contrabalancear a influência dos meios tradicionais de comunicação.

Conclusões

Os novos meios de comunicação abriram inúmeras possibilidades de acesso à comunicação, à informação, à cultura e a novas formas de criatividade. Permitem derrubar barreiras de fronteiras e de distâncias no espaço urbano e social e diminuir a falta de transparência em empresas e governos, minando hierarquias e formas de controle social, seja entre pais e filhos, chefes e empregados, cidadãos e governos.

A Internet é tanto um espaço de comunicação livre quanto um campo de atuação de todos os atores off-line. Isso inclui grupos econômicos privados, meios tradicionais de comunicação, as antigas formas de sociedade civil, o sistema político e o Estado. Foram transferidos para esse campo as contradições que se faziam presentes nos meios de comunicação “tradicionais”, e novos problemas foram criados. A conflituosidade off-line penetra a Internet, o que não é negativo, mas é necessário reconhecer isso para não se idealizar esse espaço e a informação e produtos culturais por ele gerados. Por exemplo, a Wikipédia, ao tratar de temas ou pessoas con-

troversas, tem os respectivos artigos como objeto de constante mudança, geralmente realizados por grupos de interesse off-line,²² e as formas de arbitragem sobre o que é aceito ou não depende de mecanismos de decisão pouco transparentes e, certamente, não democráticos. A massa de informação sobre a vida pessoal, mesmo a mais íntima, de cada cidadão, que se encontra hoje em mãos de empresas privadas ou de governos, causaria inveja a qualquer regime totalitário. Informação essa que é usada para influenciar a demanda por produtos de consumo, avaliar pessoas pela área de recursos humanos, penetrar indevidamente na intimidade das pessoas ou para gerar mensagens de marqueteiros políticos personalizados para cada perfil individual de eleitor.

Os méritos do ciberespaço enquanto espaço público são também fonte de suas fragilidades. O anonimato protege contra eventuais represálias, mas também facilita a disseminação indiscriminada de informação falsa ou deturpada, permitindo que sejam apresentadas como mensagens de cidadãos comuns, quando na verdade são geradas por centrais de produção a serviço de grupos de interesse.²³ A Internet criou um espaço público sem controle, mais democrático, por um lado, e mais selvagem, por outro. Ou seja, ao mesmo tempo em que há uma aparência de transparência, em parte real, faz com que esse espaço público seja muito mais opaco, pois anônimo. Esse anonimato constitui possivelmente o lado mais problemático do ciberespaço, ao menos nos sistemas democráticos. Porque, embora o mundo da comunicação tradicional apresentasse deformações causadas pelo peso do poder econômico e político, seus autores podiam ser identificados, portanto, seu viés podia ser levado em conta por seu usuário, e até mesmo judicialmente responsabilizados pelo conteúdo veiculado.

22 Um exercício interessante, que pode ser usado em aulas escolares sobre o “uso crítico da Internet”, é a análise do histórico dos artigos, onde acontecem os debates sobre o que deve ou não ser incluído. Os artigos, por exemplo, sobre os presidentes Lula e Fernando Henrique Cardoso, ou Israel ou Palestina, sofrem modificações constantes, às vezes diárias.

23 Ver Sorj, *op. cit.*, 2008.

Essa opacidade, permitida pelo anonimato e pela falta de responsabilização e penalização da “fonte” de informação, é possivelmente a principal razão (além dos recursos humanos e materiais que podem mobilizar) que faz com que os meios tradicionais de informação continuem sendo o local para o qual a maioria dos cidadãos se voltam quando se trata de eventos relevantes. Ou seja, apesar do enorme impacto da Internet, inclusive sobre os próprios meios tradicionais, a comunicação informal não consegue substituir os meios “formais” de informação. Não é casual que WikiLeaks e Snowden tenham utilizado jornais tradicionais conhecidos pela credibilidade para divulgar suas informações.

Em suma, a Internet democratizou os domínios da cultura, da informação e das relações sociais. O que é menos óbvio é seu impacto sobre a formação de uma nova cultura política e sua eficácia em modificar as instituições e estruturas de poder econômico e político. Quicá fosse simples demais apontar que a universalização da inclusão digital na última década nos países desenvolvidos não afetou em nada a distribuição de renda (pelo contrário, a desigualdade aumentou) ou o acesso a e a qualidade da educação. Uma simplificação, talvez, mas que não deixa de sinalizar a distância que separa a democratização do campo da informação e da sociabilidade no espaço virtual e o mundo off-line, para o qual é difícil transferir as consequências democratizantes do mundo on-line. Basta entrar em um *website* de compras para lembrar o “lugar off-line” em que cada um se encontra.

Em regimes autoritários prevalece o potencial libertário da Internet, embora também aumentou a capacidade do estado para obter informação e disseminar mensagens e palavras de ordem. Como argumentamos anteriormente, os efeitos da Internet sobre a esfera pública em regimes democráticos são menos óbvios. Parece aumentar a participação, mas se trata em geral de uma participação extremamente superficial, que não gera maiores consequências ou, ainda, cujas consequências são a promoção de uma cultura de denúncia, distanciamento e desconfiança frente às insti-

tuições políticas e aos governos. Isto sem mencionar a possibilidade de os governos obterem informação sobre a vida privada dos cidadãos. O que levanta a dúvida: o que está sendo fortalecido é uma cultura de autonomia ou de vitimização?

Para produzir consequências efetivas, as demandas virtuais devem ser encampadas por indivíduos que se lançam às ruas e posteriormente por organizações off-line capazes de dar continuidade às mobilizações virtuais e as manifestações urbanas. Essa passagem é complexa, pois as organizações off-line, mesmo as criadas a partir do mundo on-line, tendem a apresentar as características de toda organização que funciona no mundo off-line (organizações com instâncias de decisão e hierarquia, movidas por pessoas com as virtudes e defeitos que o mundo virtual costuma criticar). Portanto, mesmo com o uso sistemático da Internet para a troca de ideias com a “base”, não se elimina o fato de que as estratégias e os programas passam por indivíduos e estruturas organizacionais capazes de filtrar e organizar a infinita quantidade de opiniões que circulam na rede.

Em vez de tratar as redes sociais como um mundo autocentrado, no qual a comunicação adquire um caráter necessariamente democrático, devemos tratar o universo on-line e o off-line como subsistemas interconectados, entre os quais, passagem de um para outro, (re)aparecem os indivíduos e organizações, com seus conflitos e diferentes capacidades de iniciativa, de poder, de valores e de interesses que já estavam presentes, embora geralmente ocultos, no mundo da rede.

A passagem do mundo virtual ao mundo real é um dos grandes desafios que se coloca aos movimentos sociais e à imaginação política do século XXI. A esperança de que a democracia virtual substituiria as formas representativas é na realidade uma distopia. Governar exige tomar decisões que por vezes não contam com o apoio na maioria da opinião pública e requer, sobretudo, proteger as minorias. Um gover-

no que se rege somente por plebiscitos online destruiria a governabilidade e a democracia.

Até surgirem novas formas institucionais que permitam integrar de forma virtuosa os novos meios de comunicação e as instituições políticas, é possível avançar por vários caminhos. Em primeiro lugar, realizando novas experiências que busquem relacionar o mundo on-line com o mundo off-line, pois, caso contrário, a comunicação virtual se transforma em catarses sem consequências efetivas, o que aumenta a frustração com o sistema político. Em segundo lugar deve-se tanto assegurar a liberdade de expressão na Internet como limitar os efeitos de sua colonização pelo setor privado e o público. Em terceiro lugar, as mesmas leis de transparência e universalismo (existentes ou que deveriam existir) a respeito do uso de recursos públicos para financiar meios de comunicações tradicionais devem ser aplicadas também ao apoio de websites ou blogs. Finalmente, deve-se promover, em particular a partir das escolas, uma educação que desenvolva a capacidade de reflexão e o uso crítico da Internet, que permita aos usuários discernir e verificar a “informação” que circula nas redes, para evitar a tendência a considerar mensagens alinhadas com preconceitos e crenças de cada um sejam consideradas verdadeiras sem questionamentos.

CAPÍTULO II

ESFERA PÚBLICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E JUVENTUDE

Danilo Martuccelli¹

Introdução

No presente documento, desenvolveremos a hipótese de que assistimos a uma transformação estrutural da esfera pública que introduz modificações no exercício da opinião pública. Essas transformações, que se relacionam com mudanças observadas no âmbito de jovens e adolescentes, produzem desafios novos e específicos que demandam a implementação de novas formas de educação cidadã.

O texto se desenvolve em cinco grandes etapas. Num primeiro momento, apresentaremos o que denominaremos a dupla transformação da esfera pública. A primeira (1), mais tradicional e mais antiga, afirma que, na esfera pública, apesar do peso dado a cada bloco estrutural (sistema político, sociedade civil, meios de comunicação), há algumas décadas nenhum ator impõe sua vontade de maneira unilateral no domínio público. A segunda (2), mais recente e mais imprevisível em relação a suas consequências futuras, é a consolidação progressiva de um quarto bloco

1 Université Paris Descartes, Université Sorbonne Paris Cité, membro do Instituto Universitário da França e do Centro de Estudos sobre Laços Sociais -CNRS.

estrutural em torno da galáxia da Internet — que se coloca entre o espaço público *mainstream*, os movimentos sociais propriamente ditos e o sistema político. Logo (3), focaremos nas principais mudanças que a galáxia da Internet, sobretudo por meio de seus principais atores — os ativistas internautas —, suscita no âmbito da opinião pública e da democracia. Após a apresentação dessas mudanças, na quarta seção (4) estudaremos as grandes transformações sociais e culturais observáveis no âmbito de jovens e adolescentes — sobretudo no que se refere a suas ações coletivas ou políticas, a sua cristalização enquanto importantes atores culturais da sociedade, e às homologias existentes entre sua própria sociabilidade e a galáxia da Internet. Por último, na seção final (5) focaremos no que nos parece o principal desafio que, no âmbito das políticas públicas e da juventude, produz a transformação da esfera pública e a afirmação de ativistas internautas: a necessidade de colocar em prática uma nova educação cidadã, cujo objetivo central deve ser a transmissão de um espírito esclarecido pós-positivista.

1. A primeira transformação da esfera pública

Nem o sistema político *stricto sensu* (Estado e sistema partidário), nem a sociedade civil (movimentos sociais, sindicatos, ONGs), nem o espaço público (opinião pública, meios de comunicação) são, atualmente, capazes de orientar unilateralmente os debates sociais. É verdade que a essência da negociação política ainda se dá sob a batuta dos governos, nos quais o peso das lideranças políticas segue sendo importante e, muitas vezes, decisivo. No entanto, os atores presentes nos outros dois blocos da esfera pública tendem, progressivamente, a se autonomizar de sua influência — como exemplifica de maneira contundente a consolidação de uma sociedade civil na região, mas também a independência a que foram forçados certos sindicatos por conta da mudança de orientação econômica de certos governos tradicionalmente “amigos”. Tal autonomização é também

visível no âmbito do espaço público propriamente dito, no qual os grupos econômicos aumentaram fortemente sua independência em relação aos governos de plantão.

Essa primeira grande mudança estrutural que se consolidou na América Latina, com importantes variantes nacionais, nos anos 1980-90, dá lugar a uma redefinição das relações de força entre os que eram, tradicionalmente, os três grandes blocos da esfera pública. Não é exagero descrever o estado efetivo da força presente em cada um deles como uma tensão entre, por um lado, o poder da ação e, por outro, o poder da enunciação.² Uma tensão que reflete o desacordo potencial, e agora constante, observável entre a expressão eleitoral (as forças representadas no parlamento ou nas instituições representativas) e o estado mais volátil da opinião pública.³ De resto, essa primeira transformação da esfera pública deve ser compreendida num contexto de crescente importância, em parte inédita, da opinião pública na América Latina — um processo que se consolidou muitos anos depois, com a expansão das chamadas novas classes médias.

[1] Em primeiro lugar, o sistema político-institucional segue tendo uma capacidade de ação decisiva, embora isso não se dê porque, em última instância, permaneça sendo o único ator dotado da legitimidade e dos instrumentos necessários para impor certas decisões. Ao mesmo tempo, sua capacidade de representação e de análise do que está acontecendo na sociedade decrescem fortemente diante tanto dos movimentos sociais como,

2 Ambos os polos devem ser compreendidos no marco da polissemia do termo “representação”. Por um lado, a representação (“enunciação”), ao dar uma forma institucional a certos atores ou demandas sociais, permite seu tratamento. Por outro, a representação (“ação”) permite dispor da legitimidade necessária para intervir na sociedade.

3 A apresentação sinóptica que segue é, em seus grandes traços, usual entre muitos analistas. Ver, entre outros modelos produzidos diante das grandes transformações introduzidas pela Internet, Jürgen Habermas, *Droit et démocratie*, Paris, Gallimard, 1997; Bernard Manin, *Principes du gouvernement représentatif*, Paris, Flammarion, 1997; François Dubet, Danilo Martuccelli, *¿En qué sociedad vivimos?*, Buenos Aires, Losada, 2000.

sobretudo, dos meios de comunicação e dos especialistas em opinião pública. Obviamente, a modernização da administração e os progressos por vezes importantes que se observam no âmbito da produção de estatísticas nacionais, tecnicamente mais confiáveis na região (a despeito das frequentes tentações de muitos governos de manipulá-las), mitigam a afirmação anterior. Mas em si não minimizam a principal conclusão: o sistema político definitivamente não apenas perdeu o monopólio da enunciação da questão social (algo que nunca possuiu plenamente no passado), como assistiu à erosão de seu poder de decisão frente a uma opinião pública mais heterogênea e diversa.

[2] A sociedade civil se encontra, da perspectiva da equação entre poder de ação e poder de enunciação, em uma situação inédita e distinta. Por um lado, sua capacidade de intervenção direta sobre os eventos se transformou de maneira heterogênea. Em alguns casos, perdendo capacidade de ação e de pressão (como os sindicatos), e em outros, pelo contrário, aumentando sua margem de intervenção (como as ONGs). Por outro lado, e esta é uma mudança substancial, a mesma lógica de ação dos movimentos sociais se transformou à medida que deixam de operar unicamente pela defesa ou a representação de certos interesses ou identidades, e funcionam cada vez mais como mobilizações que buscam, sobretudo, alertar a opinião pública e, por vezes, os poderes institucionais vigentes.⁴ Embora o destinatário final da ação seja sempre o sistema político — é sobre ele que incide, em última instância —, cada vez mais as mobilizações coletivas atuam como canais alternativos de representação-enunciação e de denúncia junto aos meios de comunicação e à opinião pública subjacente.

4 Não é algo de que se deva descuidar. A partir dos anos 1980, a sociologia da ação coletiva tendeu progressivamente, e a partir das teorias mais diversas, a interpretar a ação coletiva em analogia aos meios de comunicação: destacando os desafios simbólicos que governam a sociedade, seu trabalho de denúncia, sua capacidade de produzir mudanças cognitivas, os repertórios culturais que se mobilizam para expressar suas mensagens etc. Para um balanço dessa literatura, ver Daniel Cefaï, *Pourquoi se mobilise-t-on?*, Paris, La Découverte/M.A.U.S.S., 2007.

[3] Por último, os meios de comunicação vivem um desequilíbrio de poder quase inverso ao vivido pelo sistema político no que se refere à equação entre a ação-representação e a enunciação-representação. Se sua capacidade de ação continua a se mostrar limitada (apesar do que acreditam muitos jornalistas, muitas das campanhas de informação lançadas pela imprensa não obtêm nenhuma tradução prática), seu poder de enunciação-representação não deixou de ser decisivo. Um poder que se expressa, por exemplo, pela capacidade de tornar evidente a permanente lacuna entre as promessas e as ações dos atores políticos, outras vezes pela fiscalização de suas ações e denúncia de casos de corrupção (em função de campanhas de opinião pública conduzidas muitas vezes por grandes interesses econômicos ou políticos de opositores). O que, no entanto, e como destacamos, não deveria encobrir o principal limite estrutural desse bloco: o diferencial de poder entre sua capacidade de enunciação e sua capacidade relativamente fraca de ação. Algo bem visível, para citar apenas um exemplo, no impacto relativo das denúncias de atos de corrupção trazidas a público pelos meios de comunicação, que estão muito longe de gerar consequências, embora isso não se deva pelo fato de os tempos do Judiciário serem — felizmente — diferentes.⁵ Pouco importa: seu poder de definição das grandes questões de debate em uma sociedade tende a ser maior do que o que possui o sistema político — que se vê obrigado, para se comunicar com a opinião pública, a “passar” por eles. Como acertadamente afirmou Luhmann, o que sabemos sobre a sociedade e sobre o mundo em que vivemos, sabemos graças aos meios de comunicação de massa.⁶

Através dessa transformação que, como insistimos, na América Latina coincide com a saída das ditaduras e o retorno à democracia, a esfera

5 Consideremos também essa outra “especificidade” dos meios de comunicação: a denúncia sistemática das mentiras dos atores políticos, em todos os âmbitos — vida privada, corrupção, mentiras políticas e até mesmo mentiras ou “desinformação” no caso de operações militares.

6 Niklas Luhmann, *La réalité des médias de masse*, Paris, Diaphanes, 2013.

pública simplesmente mudou de natureza na região. A subordinação unidirecional de outrora — a do sistema político sobre os atores sociais e os meios de comunicação — cedeu lugar a um conflito mais aberto, no qual cada bloco viu sua autonomia se transformar. Obviamente, dentro de cada bloco (sistema político, sociedade civil, espaço público) as divisões são importantes, e a competição entre atores significativa, como também o são as influências cruzadas entre os atores que operam em cada um deles. No entanto, isso não deve levar ao desconhecimento ou minimização da força das fronteiras estruturais entre os três blocos.

2. A segunda transformação: como a Internet impacta a esfera pública

A essa primeira grande transformação estrutural, visível desde os anos 1980-90, que não parou desde então de se desenvolver e se aprofundar, acrescenta-se uma segunda grande mudança introduzida pela Internet e seus usos no período de 2000 a 2015. A importância dessa situação é tal, e suas consequências tão diferentes e imprevisíveis, que formularemos a hipótese de que, para entendê-la, é preciso dissociar a Internet do bloco ao qual ela é muitas vezes associada — os meios de comunicação e o espaço público. Em oposição a essa interpretação, tentaremos mostrar que faz mais sentido conceber a “galáxia da Internet” como um quarto componente estrutural da esfera pública.⁷ Ou seja, por causa da galáxia da Internet (a própria *web*, blogs, redes sociais, *tweets* etc.), a esfera pública não está mais estruturalmente dividida em três, mas em quatro grandes blocos. A galáxia da Internet, como veremos adiante, provoca na verdade uma transformação generalizada das estratégias na esfera pública, visível em todos e em cada um dos demais blocos.

7 Tomamos e usamos livremente a noção de galáxia da Internet do estudo de Manuel Castells, *La galaxie Internet*, Paris, Fayard, 2002 [ed. bras.: *A galáxia da Internet*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003].

[1] *Como a galáxia da Internet impacta o sistema político*. Em primeiro lugar, a galáxia da Internet aprofunda e, por fim, transforma um dos grandes temores recorrentes e ativos entre os atores do sistema político: um sentimento de opacidade frente a uma sociedade da qual sentem desconhecer muitos elementos e, sobretudo, a imprevisibilidade de suas reações. Do ponto de vista do sistema político, a sociedade é sempre uma caixa preta. Por outro lado, é também a fortuna da fórmula da “sociedade bloqueada”,⁸ a percepção de cidadãos que “resistem” à mudança ou que “protestam” entre os principais atores desse bloco — os representantes políticos. Como se sabe, e a fim de compensar essa insegurança, os governos não economizaram esforços para “controlar” e, sobretudo, para “sondar” os atores sociais — com técnicas que vão desde o uso de porteiros como “informantes” da polícia já no século 19, até os estudos mais modernos sobre a opinião pública. Tenhamos em mente o essencial: para além dos debates sobre a eficácia real de cada uma dessas técnicas, o essencial é compreender a força persuasiva e asseguradora que tais dispositivos (relatórios dos serviços secretos, pesquisas de opinião, conselhos de especialistas em comunicação) exercem sobre o quadro político. Graças a eles, “sentem” que podem “ver” o estado da opinião pública, “medir seu pulso” e, mais recentemente, e graças aos *spin doctors** e às técnicas de *storytelling*, canalizá-la e até “controlá-la”.

É muito provável, portanto, que a verdadeira função desses intermediários e dispositivos seja mais de natureza psicológica do que propriamente cognitiva. Sua função primordial é atenuar o “temor” dos atores políticos frente à opacidade da “opinião pública” e seus humores; mitigar, diante do sentimento relativamente forte, porém crônico, da imprevisibilidade das mobilizações sociais, o temor de uma sociedade ingo-

8 Michel Crozier, *La société bloquée*, Paris, Seuil, 1970 [ed. bras.: A sociedade bloqueada, Brasília, Universidade de Brasília, 1983].

* Nota da tradução: Manipuladores de opinião.

vernável. Não surpreende que muitos representantes políticos costumem atribuir — ao menos em parte — a responsabilidade por suas dificuldades aos meios de comunicação: enquanto mediadores estruturais entre o sistema político e a sociedade civil, deturpam os feitos e suas intenções.

Essa foi a situação tradicional, e ainda é, em parte, a situação atual. Mas a galáxia da Internet modifica estruturalmente a situação. O panorama torna-se desmesuradamente complicado porque, direta ou indiretamente, a Internet transforma o próprio espaço público, permitindo, ao largo dos meios tradicionais de comunicação, a aparição de uma opinião pública mais direta, menos filtrada, mais heterogênea, que, ainda por cima, reconstitui as relações entre o público, o privado, o pessoal e o íntimo. Dessa forma, o “temor” diante da caixa preta da “sociedade” aumenta exponencialmente à medida que aumenta, por um lado, a percepção de sua fragmentação e, por outro, a percepção de sua diversidade. E mais: sem que a tendência seja em si mesma de todo nova, os representantes políticos sentem-se cada vez mais fiscalizados sob a lupa dos cidadãos que, cada vez mais, e muitas vezes por meio da galáxia da Internet, comentam e analisam — sem piedade nem desalento — seu *look*, sua ação e suas afirmações na blogosfera, nas redes sociais ou *tweets*. Sobretudo, sentem que suas ações estão sendo acompanhadas de perto por um novo tipo de ator presente na esfera pública — e que chamaremos de “ativistas internautas” (indivíduos que, graças a um uso frequente ou cotidiano da Internet, e às informações plurais que nela circula, e que eles mesmos muitas vezes fazem circular, desenvolvem olhares militantes sobre a realidade).

Ou seja, a galáxia da Internet aprofunda e torna mais agudo o sentimento destabilizador que os atores políticos sentem diante da opinião pública, de maneira específica e distinta de como o fazem os meios de comunicação. Estes, nos últimos anos, têm sido criticados por sua tendência de “espetacularização”, o que alimenta uma luta cotidiana e desmedida por visibilidade, questão que se viu fortemente acentuada há alguns anos

por conta do surgimento dos canais de informação contínua que estão obrigados, por razões de produção industrial e interesse comercial, a “produzir” sem parar informações, discussões, debates e “agendas” sobre a atualidade. Assim, não é de se estranhar que muitos dos diagnósticos sobre a indiferença, a despolitização, a apatia, o cinismo, a falta de participação, as “cidadanias de baixa intensidade” ou a “precarização da cidadania” costumem atribuir a responsabilidade aos meios de comunicação de massa. No entanto, não é essa a crítica essencial que os atores políticos fazem à galáxia da Internet. Veem nela um mecanismo suplementar de fiscalização de suas ações e um canal de circulação de informações e crenças “falsas”;⁹ em grande parte livre de controle ou vigilância. Retomaremos esse aspecto em detalhe mas, em ambos os casos, seja pela ação dos meios de comunicação ou da Internet, o sentimento de muitos atores políticos é o de uma ameaça estrutural à credibilidade da democracia.

[2] *Como a galáxia da Internet impacta a sociedade civil.* Também no âmbito do bloco da sociedade civil, e de um de seus principais atores — os movimentos sociais —, a transformação introduzida pela galáxia da Internet é enorme. Num primeiro nível, a questão em si obviamente não se altera: por razões estruturais, a sociedade civil sempre tem o sentimento duplo de não ser suficientemente escutada pelo sistema político e de não ser suficientemente visível nos meios de comunicação. O que explica, por sua vez, que não cedam nunca em seus esforços de “pesar” sobre os primeiros e “aparecer” nos últimos. Esse sentimento comum, sem desaparecer, é, por sua vez, transformado e reforçado pela Internet.

Para entendê-lo, é importante reconhecer a divisão estrutural que a galáxia da Internet delinea, ao menos como possibilidade, entre a tradi-

9 Não é surpresa que governos coloquem em prática um conjunto de medidas para controlar esse novo bloco da esfera pública: expansão exponencial das escutas, produção legislativa para regular o uso, utilização de *hackers* em operações de espionagem ou infiltração de certos *websites*, criação de plataformas de informação na galáxia da Internet (blogs, *tweets*) etc.

cional minoria ativa (os “militantes” que participam e, sobretudo, lideram os movimentos sociais) e a emergente minoria de ativistas internautas que mencionamos. Embora alguns dos membros dessa minoria de ativistas internautas também sejam membros da minoria ativa, não é esse o caso de um grande número deles. Uma situação que dá lugar à exacerbação da dupla desconfiança que mencionamos: o que “sabem” não “pesa” sobre a política e, sobretudo, não “aparece” nos meios de comunicação *mainstream*.

De fato, essa minoria de ativistas internautas não entende (senão por meio de explicações que reforçam suas suspeitas) por que a grande imprensa não informa o que eles sabem e discutem pela Internet e, ademais, por que os representantes políticos não agem. A tradicional desconfiança das minorias ativas sobre os principais meios de comunicação ou instituições políticas se transforma na suspeita estrutural da minoria esclarecida, uma atitude que pode, por sua vez, acentuar o “nervosismo” e a suspeita militante, à medida que se constata censuras ou manipulações na circulação de imagens, por exemplo, de uma manifestação ou de uma repressão; ou se constata, simplesmente, a não informação a respeito de eventos que de fato aconteceram, mas que não captaram o interesse dos meios de comunicação *mainstream*.

Trata-se de um fenômeno novo dentro de certos parâmetros. A tradicional distância entre a minoria ativa (os militantes propriamente ditos) e a maioria passiva, portanto, cede lugar a uma divisão distinta: a fronteira que separa os membros da minoria ativa dos ativistas internautas. Uma divisão que, por sua vez, duplica-se — voltaremos a esse ponto — em uma nova divisão, entre uma minoria que se percebe como esclarecida (que se informa via Internet e sua diversidade de fontes) e uma maioria classificada como desinformada (seja porque possui pouca informação, seja porque — o que é o mais importante — limita suas fontes de informação à grande imprensa).

Certamente, a figura dos “denunciantes”,¹⁰ indivíduos comuns que desestabilizam ou criticam o “sistema” graças à circulação da informação

10 Francis Chateauraynaud, “Les lanceurs d’alerte e la loi”, *Experts*, 83, pp. 44-47.

(de Snowden a Wikileaks, passando, talvez de maneira mais importante, por tantas denúncias de médicos ou funcionários anônimos no exercício cotidianos de suas profissões), sejam a melhor evidência possível de uma articulação que muitos consideram exemplar entre ação coletiva e a galáxia da Internet. No entanto, esse caso, por mais exemplar que seja, não deve levar a se minimizar, como veremos, a complexidade dos vínculos entre a minoria esclarecida e a tradicional minoria ativa dos movimentos sociais.

Ontem, ou se era um ator ou se omitia. Hoje, graças à galáxia da Internet, o espectro da participação se ampliou. A oposição entre atores (minorias ativas) e espectadores passivos (e, por vezes, atores indiferentes) não desapareceu; mas agora acrescenta-se outra tensão, produzida por indivíduos que são atores ou comentaristas ativos e às vezes regulares da vida pública, sem que se transformem necessariamente seus interesses em termos de participação eleitoral¹¹ ou de militância em ações coletivas.

[3] *Como a galáxia da Internet impacta o espaço público.* Em terceiro lugar, e apesar de, por vezes, ser erroneamente associada a um meio de comunicação *adicional*, a galáxia da Internet introduz desafios inéditos no âmbito do espaço público propriamente dito. Antes dela, o espaço público havia progressivamente adquirido um poder decisivo na hora de enunciar-representar os principais debates da sociedade. E, como afirmamos, e dado o diferencial de temporalidade entre a ação e a enunciação, a expressão de uma crítica cotidiana às instituições — e aos atores políticos — tornou-se uma característica da opinião pública moderna.

Aqui, também, a galáxia da Internet, como um novo bloco estrutural da esfera pública, introduz uma mudança de escala, e o faz afirmando um novo bloco ao lado do espaço público tradicional. Frente à marca da lógica empresarial e comercial ativa dos meios de comunicação, que se traduz em uma produção incessante de novidade e, portanto, por um

11 Muito embora, dadas suas características culturais e sociais, muitos dos membros da minoria esclarecida tendam a comparecer às urnas.

*zapping*** permanente de temas, a opinião pública — sem que isso esteja ausente — assume um aspecto distinto na galáxia da Internet. Nesse bloco da esfera pública afirma-se uma minoria de ativistas internautas que, diferentemente do essencial da prática jornalística (submetida a grandes cadências de produção informativa), tende — e, nesse ponto, de maneira análoga tanto às minorias ativas de certos movimentos quanto aos jornalistas investigativos — a aprofundar um tema, a discuti-lo de maneira plural, a buscar mas também a suscitar informações complementares por meio de um processo grande e complexo, graças a uma “navegação” pela *web* relativamente aleatória na qual — e é o que nos interessa destacar — mais cedo ou mais tarde é o poder de enunciação dos meios de comunicação que se torna o alvo da crítica. Nada de estranho nisso: dada sua proximidade de insumos — a informação, a comunicação —, a galáxia da Internet, como novo bloco da esfera pública, vê-se obrigada a legitimar suas próprias ações e, portanto, a criticar os meios que, até seu surgimento, detinham uma espécie de monopólio dos temas dos debates públicos.

Nesse sentido, a diferença é clara entre o bloco do espaço público e o bloco da galáxia da Internet. Embora o primeiro tenha “educado” o cidadão, também propiciou uma postura passiva em relação ao trabalho dos jornalistas. O último, pelo contrário, rapidamente, e quase de maneira natural, alimentou — entre seus principais atores, claro — uma atitude de desconfiança ou ao menos de suspeita ou de vigilância, o que os levou a comparar fontes, imagens e declarações, produzindo paulatinamente um novo tipo de fiscalização crítica sobre o próprio poder dos meios de comunicação e sobre o trabalho dos jornalistas. Não é surpresa, portanto, que os jornalistas, na defesa de seus interesses e poder, desacreditam os atores da galáxia da Internet, questionam a legitimidade de suas informações, em resumo, desautorizam — curiosamente —, em nome da democracia, esse âmbito complementar de discussão pública. Uma atitude que possui mais

** Nota da tradução: Mudança rápida, como a de canais pelo controle remoto.

de uma analogia com o que, há séculos, os “clérigos” tiveram diante da chegada da imprensa... e a possibilidade de publicar “qualquer coisa”.¹²

A galáxia da Internet coloca em cheque, portanto, o espaço público e aqueles que foram durante muito tempo seus principais atores — os jornalistas. Surge uma nova dinâmica, composta de rivalidade e complementariedade. Quanto à complementariedade: embora os meios de comunicação muitas vezes — e cada vez mais — se vejam “forçados” a dar repercussão aos rumores da *web*, por outro lado — e a despeito de suas suspeitas —, a opinião pública na galáxia da Internet nutre-se massivamente dos meios de comunicação *mainstream*. Quanto à rivalidade: entre os jornalistas e a minoria de ativistas internautas, generalizam-se atitudes de suspeitas recíprocas e um espírito inegável de competição entre eles.

Insistamos na complementariedade entre ambos os blocos, o que nos permitirá destacar sua diferença estrutural. As opiniões expressadas nos *websites* de informação alternativos, ou simplesmente na *web*, permanecem “confidenciais” até que um grande meio de massa torne pública a informação. Algo que, por sua vez, tende a ocorrer com frequência cada vez maior, por conta do duplo imperativo de rentabilidade econômica e de aceleração dos ritmos de produção da informação aos quais estão submetidos os meios de comunicação, mas também pela forte tendência do campo jornalístico de observar-se a si mesmo¹³ (e, nesse caso, de observar um âmbito de comunicação próximo a ele). Os autores da galáxia da Internet não tardaram a compreender isso: o importante é, portanto, criar o “rumor” nas redes sociais (visualização exponencial de um vídeo acessível pelo YouTube, envios exponenciais de mensagens pelo Twitter etc.). Quando isso acontece, os jornalistas “*mainstream*”, presos aos imperativos da rentabili-

12 Para essa analogia, ver Cyril Lemieux, *Mauvaise presse*, Paris, Métailié, 2000, e sobretudo Andrew Keen, *Le culte de l'amateur*, Paris, Seuil, 2008 [ed. bras.: *O culto do amador*, Rio de Janeiro, Zahar, 2009] (para uma crítica à ideia de que a “Internet destrói a cultura”).

13 Pierre Bourdieu, *Sur la télévision*, Paris, Raisons d'agir, 1997 [ed. bras.: *Sobre a televisão*, Rio de Janeiro, Zahar, 1997].

dade, da aceleração e de sua lógica mimética, “falarão sobre o que se fala” na *web*. Ou seja, a relação entre a galáxia da Internet e o espaço público dos meios de comunicação, e que justifica que falemos de um quarto bloco, é uma relação de alteridade, até mesmo de exclusão: à semelhança do que argumentamos a respeito dos atores da sociedade civil, também os atores da galáxia da Internet sentem que têm que “entrar” no grande espaço público.

Em resumo, os principais atores desse quarto bloco estrutural, a minoria de ativistas internautas da galáxia da Internet, acabam por constituir um novo perfil de ator da esfera pública que, quaisquer que sejam seus vínculos com partidos políticos, com as mobilizações coletivas ou com o espaço público *mainstream*, possui características particulares. Entre muitos desses atores, sobretudo, e dada sua tendência de associar de maneira irrestrita os grandes meios de comunicação ao “sistema”, cresce o sentimento de divórcio permanente e estrutural entre o domínio da representação funcional da sociedade (que continua sendo o mesmo das instituições políticas e dos atores democráticos representativos, os quais também tendem a ser associados à grande imprensa e aos atores mais institucionalizados da sociedade civil) e o domínio da expressão-discussão-dinâmica do que consideram ser a genuína opinião pública — aquela que eles fazem existir, “livremente”, na galáxia da Internet. Desse modo, a opinião pública numérica — a “única viva” — não coincide jamais com a opinião pública “institucional”, em resumo.

3. Como a galáxia da Internet impacta a democracia

A galáxia da Internet, como novo bloco estrutural, não apenas dá lugar a um novo perfil de ator como também, na verdade, à figura de uma nova minoria, a dos ativistas internautas, que complementa, dessa forma, outras minorias da esfera pública — representantes políticos, jornalistas

e minorias ativas. De maneira muito mais importante, introduz modificações na própria prática da democracia. Para entender a verdadeira tonalidade dessas mudanças, é importante ir além do conjunto por vezes simplistas de “elogios” ou de “temores” que se formula sobre a Internet.

Os “elogios”: no fim, apenas a Internet, afirmam alguns, permitiria o verdadeiro governo da opinião pública¹⁴ e um controle, pela e graças à opinião pública, dos governos (o que alguns, incluindo o filme de relativo sucesso sobre o fundador do Wikileaks, denominam “o quinto poder”). Graças à galáxia da Internet poder-se-ia conhecer o estado real, em tempo real, da opinião pública; a galáxia da Internet, e o conjunto exponencial de informações que nela circulam — em parte apreendido pelo Big Data — permitiriam de fato, e melhor que as pesquisas e seus vieses (perguntas orientadas, medidas instantâneas e apenas válidas para um momento “t”, cidadãos passivos e isolados etc.), conhecer a flutuação contínua da opinião pública, tanto por meio das ações dos ativistas internautas quanto de indivíduos comuns em seu uso cotidiano da Internet (blogs, comentários sobre *websites* informativos, reações a artigos jornalísticos, *tweets*, “*posts*” nas redes sociais etc.).

Os “temores”: por sua pluralidade, a galáxia da Internet destruiria todos os vestígios de um “mundo comum” entre os cidadãos, dispersando-os e trancando-os em “micromundos” isolados e até mesmo hostis entre eles; imporia uma constante “tirania da visibilidade”; estimularia o *zapping* mental e a superficialidade do pensamento. O tema é suficientemente importante para que lhe dediquemos um parágrafo à frente, mas notemos por ora que se trata de um velho temor, cujas primeiras expressões são visíveis já nos anos 1980, diante da multiplicação dos canais de televisão.¹⁵ De acordo com alguns analistas da época, o tradicional telejornal possuía,

14 Entre outros: Pierre Lévy, *Cyberdémocratie*, Paris, Odile Jacob, 2002 [ed. port.: *Ciberdemocracia*, Lisboa, Instituto Piaget, 2003].

15 Dominique Wolton, *Eloge du grand public*, Paris, Flammarion, 1990.

além de uma função informativa, a função de criar uma atualidade e, ao redor dela, afirmar o laço social, criando um universo compartilhado de inquietações — o que ali se noticiava era o que “todo mundo sabia” e sobre o que todos conversavam. A multiplicação dos canais e, principalmente, a revolução ampliada da Internet, seriam, dessa forma, um agente de dissolução da coesão discursiva da sociedade. Acrescenta-se a isso, como vimos e aprofundaremos posteriormente, o temor de que a Internet facilite a circulação de rumores, informações falsas (sem controle, de maneira contrária ao que dizem, sobre as fontes), incluindo mentiras e calúnias — uma crítica costumeira por parte dos jornalistas contra os amadores.

Como entender o papel da Internet na democracia? Como promessa ou como perigo? Talvez, sobretudo, desapaixionando o debate e, para ficarmos nos limites desse texto, focando em dois aspectos fundamentais.

[1] Para a grande maioria dos cidadãos, a *web* não mudou nada — ou muito pouco — no âmbito das práticas propriamente cidadãs. Obviamente, e daí a legitimidade de se falar numa terceira revolução industrial, essa nova família de tecnologias transformou a vida em muitos outros níveis: trabalho — principalmente —, atividades econômicas, consumo, vida social etc. No entanto, e apesar de suas potencialidades, foi apenas para uma minoria de cidadãos que a *web* transformou radicalmente o exercício da cidadania (participação em *websites* de fiscalização, busca ou produção de informações alternativas etc.). É esse grupo que denominamos ativistas internautas, e cujo peculiar exercício da democracia apresentaremos a seguir.

Mas mantenhamos, num primeiro momento, esse aparente paradoxo. Em princípio, a Internet parece tornar tecnicamente possível o reino da opinião pública *soberana* — um espaço público “a la Habermas”,¹⁶ no qual indivíduos podem fazer uso público da razão argumentativa. Na prática,

16 Jürgen Habermas, *L'espace public*, Paris, Payot, 1993 [ed. bras.: *Mudança estrutural da esfera pública*, São Paulo, Editora Unesp, 2014].

no entanto, esse tipo de uso cidadão da Internet está atualmente reservado a uma pequena elite (em geral atores mais escolarizados que a média de um país, com maior renda, urbanos, com acesso residencial à Internet etc.). Essa divisão no uso propriamente cidadão da Internet é importante, e em nenhum momento devemos esquecer que a maioria dos usuários da Internet — e não apenas os jovens — são consumidores passivos de informação (ou seja, muitos dos usos têm uma função de entretenimento, sem que seja necessário, entretanto, pensar que seu uso reflita uma fuga para um “mundo virtual que compensa as frustrações do mundo real”). Não é preciso dizer que, até entre a minoria que faz um uso cidadão da Internet, aqueles que produzem verdadeiramente informação são uma minoria ainda mais ínfima dentre dessa minoria.

Mas, sobretudo, e isto é o mais importante, a galáxia da Internet, em seu próprio funcionamento (lógica de navegação, interconexão entre os *websites* etc.) suscita mudanças na relação que os cidadãos — sobretudo os ativistas internautas — mantêm com a democracia representativa. Assiste-se, globalmente, à consolidação de um tipo de cidadão cuja exigência a respeito da democracia, a causa da revolução da Internet, cresce. É possível até mesmo considerar que se esteja diante de um novo rosto da *accountability*: à *accountability* tradicional, de natureza propriamente institucional, e sobre cujas insuficiências na região O'Donnell escreveu amplamente,¹⁷ acrescenta-se um domínio de *accountability* não institucional e em tempo real, via Internet.¹⁸ Uma exigência de prestação de contas que não se limita somente à ação dos governos, como também se exerce em di-

17 Guillermo O'Donnell, *Disonancias*, Buenos Aires, Prometeo, 2007.

18 O tema vai além desse texto, mas notemos que por trás da ênfase nesse tipo de exigência, observa-se também uma mudança na dinâmica e nas temporalidades próprias do que Noëlle-Neumann chamou de “a espiral do silêncio”. Se antes as maiorias silenciosas tinham dificuldades de fazer sua voz ser ouvida, porque muitos não se atreviam a expressá-la contra o que julgavam — de maneira relativamente equivocada — ser a opinião majoritária (e que era, na verdade, apenas a opinião mais divulgada), a galáxia da Internet facilita sua publicitação. De todas elas: tanto da maioria silenciosa como das minorias conspiratórias. Ver Elisabeth Noëlle-Neumann, *The Spiral of Silence*, Chicago, Chicago University Press, 1993.

reção aos meios de comunicação, e que é, inclusive, capaz de dar conteúdo prático às críticas intelectuais, por vezes ferozes, dirigidas por exemplo à televisão.¹⁹

O significativo para a cidadania não é, portanto, a generalização do uso argumentativo da razão graças à Internet, mas a modificação das exigências de uma minoria de cidadãos em relação à democracia.

[2] Voltemos à acusação de que a Internet enfraqueceria a coesão discursiva e informativa da sociedade, facilitando sobretudo a radicalização das opiniões (lógicas “sectárias” visíveis em pequenos grupos, lógicas conspiratórias etc.). Como argumentamos, isso seria uma das consequências do abandono dos grandes meios de comunicação de massa generalistas em benefício, primeiro, de canais temáticos, em seguida e, sobretudo, de *websites* jornalísticos especializados e ideologicamente orientados. Se a situação não é em si nova (foi tradicionalmente o caso das práticas informativas dos militantes políticos, que costumavam ler publicações partidárias), a galáxia da Internet introduz uma mudança de grau — ela seria conduzida, sobretudo, por atores mais contestadores, mais rebeldes e com ambições revolucionárias mais acentuadas do que a maioria da população.

À primeira vista, a afirmação não deixa de ter um componente contraintuitivo. A navegação na *web*, em vez de incrementar a exposição à diversidade de opiniões existentes, tenderia, pelo contrário, a restringir a curiosidade, demovendo os cidadãos de frequentar certos *websites* e, assim, reforçando suas opiniões iniciais. O tema é objeto de debate entre especialistas, mas notemos que certos trabalhos concluem que, por exemplo, a homofilia da opinião pública não seria maior na Internet do que a que se observa na vida social ou entre os meios de comunicação tradicionais.²⁰ Quiçá o mais importante se dê em outro nível: o curioso declínio, ape-

19 Neil Postman, *Se distraire à mourir*, Paris, Fayard, 2010.

20 Patrice Flichy, *Le sacre de L'imateur*, Paris, Seuil-La République des Idées, 2010.

sar das potencialidades que possui a Internet nesse ponto, da prática da controvérsia política. Obviamente, é absurdo idealizar o passado e pensar que uma opinião pública crítica e de massas chegou a existir — um absurdo bastante presente em muitos estudos. Se falamos de um declínio da controvérsia política, é num outro sentido: o que a galáxia da Internet transforma é a relação dos cidadãos com a verdade na política, por um lado, e com a coragem de defender suas opiniões em público — o que os gregos chamavam de parrésia²¹ —, por outro. É verdade que, entre os gregos, a parrésia definia a coragem de defender em público uma opinião, mais que uma verdade, e, sobretudo, de fazê-lo quando esta era diferente da do grupo. Hoje, na galáxia da Internet, por causa da distância e do anonimato do qual se goza, incluindo o fato de que, muitas vezes, as opiniões se expressam em páginas onde reina a homogeneidade de opiniões, essa dimensão — a da coragem do uso público da palavra e da verdade — se apequena.²² Diante dessa transformação, pouco vale a reabilitação nostálgica da virtude republicana.

[3] Em terceiro lugar, a galáxia da Internet, na medida em que constitui, por si só, um bloco específico da esfera pública, introduz novos desafios em termos de mobilização social. Nesse aspecto, a mudança é profunda. Na galáxia da internet, o ingresso na esfera pública é quase imediato: a distância entre o privado e o público é de apenas um clique no computador. Como consequência, ingressar na esfera pública por essa via supõe um custo muito baixo ou quase inexistente — sensivelmente diferente do que se dá com a ação coletiva.²³

21 Michel Foucault, *Le courage de la vérité*, Paris, Editions de l'EHESS-Gallimard-Seuil, 2009 [ed. bras.: *A coragem da verdade*, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011].

22 Guillaume Cazeaux, *Odyssée 2.0*, Paris, Armand Colin, 2014.

23 Um custo que deu lugar, como se sabe, a uma ampla literatura especializada em saber por que, apesar desse custo (risco, tempo etc.), certos atores sociais se comprometiam e participavam dos movimentos sociais. O estudo clássico é Mancur Olson, *Logique de l'action collective*, Paris, P.U.F., 1978 [ed. bras.: *A lógica da ação coletiva*, São Paulo, EDUSP, 1999].

Sejamos mais precisos. Num primeiro nível, a galáxia da Internet sem dúvida facilita a mobilização social: a Internet é um “recurso” que facilita a circulação da informação entre os atores sociais, e pode assumir funções de amplificação da função convocatória (algo que foi particularmente visível após os atentados de Madri em 2004 e a interpretação orientada dada imediatamente depois pelo governo espanhol).²⁴ Em todo caso, a ampliação da capacidade convocatória pelas redes sociais é incomparável com o que se sucedia nas “antigas” práticas de distribuição de panfletos ou de venda de periódicos militantes nas saídas das fábricas ou dos mercados.²⁵

Mas, num segundo nível, e a despeito do anterior, a galáxia da Internet também introduz um novo e grande desafio para a ação coletiva. Se, por um lado, ela favorece a coordenação da mobilização, por outro, tende a enclausurar os atores dentro da própria galáxia da Internet. Há tantas coisas para fazer na própria galáxia da Internet que ela logo se torna uma arena relativamente autônoma e paralela à ação coletiva.²⁶ O anterior pode até mesmo permitir compreender, ao lado de outros fatores muito importantes, o que pode ser caracterizado como o sensível fracasso — em termos de seu impacto prático — das ações coletivas dos últimos vinte anos. Globalmente, o que assusta,²⁷ a despeito da gravidade da crise econômica e, em muitos lugares, do aumento das demandas dos cidadãos, é o fracasso que os movimentos sociais tiveram, em termos de impacto transformador, nas

24 Manuel Castells, *Communication et pouvoir*, Paris, MSH, 2013 [ed. port.: *O poder da comunicação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013].

25 Matizemos. Se a galáxia da Internet é cada vez mais mobilizada pelos partidos políticos, especialmente durante as campanhas eleitorais, isso não nos deve retirar a atenção renovada que se dá às práticas políticas tradicionais — a começar pelas visitas porta a porta aos eleitores, a fim de convencê-los ou motivá-los pessoalmente a ir votar.

26 O equívoco de muitas interpretações é, portanto, o de haver assimilado rápido demais um círculo virtuoso entre esses dois blocos: pensar a galáxia da Internet como um recurso não ambivalente para a ação coletiva.

27 Obviamente, exemplos contrários — felizmente — existem.

últimas décadas: os movimentos antiglobalização (pós-Seattle), as revoluções da “Primavera Árabe”, o movimento *Occupy Wall Street*, Indignados etc. E os poucos casos de sucesso — em termos de impacto — que se constatam seguiram o caminho clássico: movimentos da sociedade civil que, mais cedo ou mais tarde, incluindo por meio da transformação dos militantes em políticos, se veem obrigados a ingressar no sistema político.²⁸

Mas nem todos seguem esse caminho. Outros permanecem e se instalam na galáxia da Internet. É essa atitude que dá conta, por sua vez, do divórcio que, mais cedo ou mais tarde, se constata entre os membros da minoria de ativistas internautas da galáxia da Internet e a minoria ativa dos movimentos sociais — embora sua coincidência de interesses possa ser durável, no âmbito de suas práticas e de suas preocupações práticas, pelo contrário, a coincidência costuma ser temporária.

Isso não surpreende. A galáxia da Internet é uma atividade cronofágica, em sociedades nas quais muitas pessoas padecem de falta de tempo. Manter um blog, por exemplo, com a finalidade de fidelizar leitores, leva tempo, demanda esforço e supõe competências específicas, cuja falta leva o indivíduo a se desanimar. Ou seja: é necessária uma forte motivação e tempo. A partir daí, há a consolidação de uma minoria muito pequena e esclarecida na Internet como produtora regular de informações, que se diferencia de um “segundo círculo” que só o faz de tempos em tempos; e da grande maioria que não o faz nunca. Mas não é apenas uma questão de tempo: o centro da preocupação dos membros da minoria de ativistas internautas difere do da minoria ativa — sua ação se desloca e é exercida em outro bloco, o que supõe outras capacidades e impõe outros objetivos. Reclusos nesse bloco, os ativistas internautas se “especializam” na produção de páginas de informação muito bem construídas que, sobretudo, mantêm

28 A evolução da nebulosa “Indignados” para uma formação política como a “Podemos” é um bom exemplo do anterior. Na América Latina, a cooptação pelo sistema partidário chileno dos principais líderes das lutas estudantis dos últimos anos e, sobretudo, a instalação da educação no coração da agenda política nacional, é mais uma exceção do que uma regra.

e atualizam permanentemente, o que supõe energias e recursos para tecer as redes, consolidá-las, ativá-las e informar-se. Logo, terminam “atuando” nesse bloco. Obviamente, isso não quer dizer que a divisão seja necessariamente inevitável, mas é um desafio estrutural permanente.

Toda ação coletiva sempre teve uma “área de manobras”, uma vida interna que seja em suas tendências oligárquicas (a famosa lei de ferro de Michels) ou em suas promessas de exploração, aqui e agora, de uma democracia radical endógena (Melucci), fazia da organização militante um laboratório do futuro. Nesse processo, a “manobra”, e sua sobrevivência, às vezes terminavam por fagocitar os “objetivos”. A Internet se inscreve nessa tradição, mas de maneira muito mais acentuada. Aqui, também, a novidade é real. Na galáxia da Internet, por sua dimensão, tipo, visibilidade, coordenação, a minoria esclarecida pode facilmente se “esquecer” de que o objetivo é o “impacto” fora da rede. A tentação de retirar-se para esse bloco é ainda mais forte, pois a atividade na rede é mais “divertida”. Uma tendência que acentua o perfil desses atores menos dados às mobilizações de rua do que a minoria ativa. Entre eles, inclusive, é possível que a manifestação deixe de ser um objetivo importante: é, na melhor das hipóteses, um momento de encontro, relativamente breve e esporádico, dentro da vida comum que se compartilha na galáxia da Internet. Notemos a diferença: a vida no interior da rede não é um laboratório que pressagia a forma da futura democracia fora da rede: tende a se converter em uma zona de vida que se fecha nela mesma.

[4] Por último, e talvez de maneira mais significativa, a galáxia da internet facilita, e até mesmo estimula, entre muitos dos membros da minoria de ativistas internautas, a generalização de um sentimento de suspeita anti-institucional e até de conspiração. A generalização de atitudes desse tipo é tal que alguns especialistas tendem a distinguir entre, de um lado, as “verdadeiras” teorias da conspiração, que pensam que existe uma

minoria oculta operando nos bastidores sempre e em todos os âmbitos e, de outro, as “pequenas” teorias conspiratórias contemporâneas, numerosas e relativamente efêmeras, suscetíveis de ocorrer em torno de todo tipo de evento, mas de alguns em particular (massacres, atentados, conivências políticas etc.). No caso das conspirações comuns, os estudos destacam menos a ação de personalidades “paranoicas” que a generalização da prática de “epistemologias inválidas” — os atores sabem poucas coisas, e o que sabem é falso.²⁹

Agora, mesmo que não seja falsa, essa tese nem sempre — ou não necessariamente — está correta. Na galáxia da Internet, não se contrapõem as “crenças” e os “conhecimentos”, as aproximações veiculadas pelas redes sociais contra as verdades veiculadas pelas instituições. Na verdade, na maioria das vezes há, em cada evento, um excesso de informações, muitas delas simultaneamente críveis, emitidas tanto pelas autoridades como por fontes independentes. Na *web*, cada um está exposto, em princípio, à diversidade de opiniões e informações. Os estudos sobre a teoria conspiratória de 11 de setembro são particularmente reveladores quanto a isso: o conjunto de teorias, dados, imagens, afirmações, informações produzidas por diferentes especialistas e autoridades, em fluxo relativamente contínuo, é tal que ninguém consegue dar conta das inevitáveis contradições existentes entre eles, o que suscita, e aqui está o essencial, em meio a um clima de desconfiança anti-institucional, suspeitas e até mesmo um sentimento conspiratório em outros.³⁰

Diante da necessidade de se ter uma opinião “própria”, de “acreditar” em algo, e na medida em que se sentem incomodados por um ceticismo quase de princípio em relação à versão oficial, os ativistas internautas concluem, diante da acumulação de indícios “estranhos” ou de opiniões “não concordantes”, que “está se escondendo algo”. Trata-se geralmente de

29 A noção é de Cass Sunstein e Adrian Vermeule. Citado em Guillaume Cazeaux, *op. cit.*

30 Sobre este ponto, ver as análises de Gerald Bronner, *La démocratie des crédules*, Paris, P.U.F, 2013.

“crenças” que não dispõem de “provas” suficientes para se tornar “conhecimentos”, mas isso não impede o desenvolvimento de um forte ceticismo diante da história oficial. Uma suspeita anti-institucional que se acentua quando a minoria esclarecida explora os vínculos entre jornalistas e interesses econômicos ou políticos.

Essa “crença”, que em muitos se torna uma “convicção”, própria da minoria esclarecida, logo estabelece uma fronteira entre “eles” e os “outros” (o grande número de concidadãos que seguem aderindo à história oficial). Ou seja, cria-se a partir a informação (e não do compromisso militante) uma separação entre uma elite (a minoria esclarecida) e a grande massa de cidadãos. Notemos: a galáxia da Internet facilita essa cisão porque a minoria esclarecida pode hoje, e graças a ela, romper com muito mais facilidade que antes a “espiral do silêncio” mas, sobretudo, “encontrar e comunicar-se com pessoas que compartilham da mesma inquietude e receio diante das informações oficiais. Certamente a maior facilidade de vinculação não se traduz em uma maior facilidade na hora de romper com o “conformismo” da maioria — o que, por sua vez, reforça as suspeitas da minoria de ativistas internautas e facilita sua radicalização. Essa divisão é tão mais importante que mostra claramente, incluindo aos olhos dos ativistas internautas, a consciência de uma divisão entre a opinião pública “real” e a opinião pública numérica: a segunda, contrário ao que afirmam alguns de maneira imprudente, não coincide necessariamente com a primeira.³¹

O essencial não se encontra, portanto, no âmbito de um aumento muito duvidoso da paranoia coletiva, mas no fato de que a galáxia da Internet, por sua própria heterogeneidade, facilita atitudes céticas e mesmo conspiratórias. Atitudes que, e aqui está o essencial, tendem a ser mais ro-

31 E, nesse sentido, pode-se dizer que a Internet não “resolve” a tradicional e inevitável distância entre os governos eleitos e a opinião pública, mas proporciona uma nova e suplementar fonte de divisão entre uma opinião pública ativista e a opinião pública “passiva”. Ou seja, a galáxia da Internet é um fator adicional da contrademocracia contemporânea: do questionamento legítimo e democrático das instituições democráticas. Pierre Rosanvallon, *La contre-démocratie*, Paris, Seuil, 2006.

bustas na medida em que os cidadãos possuam inclinações anti-institucionais. Estas últimas são, obviamente, independentes da galáxia da Internet, mas conferem aos sentimentos conspiratórios muitas vezes um ar de legitimidade. Isso é algo que não deve ser minimizado, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos onde, embora ainda de maneira apenas tendencial segundo a opinião pública majoritária, constata-se que a evidência de viver em democracias se corrói.³² Mas essa é também uma questão suscetível de se expandir com facilidade na América Latina, onde a desconfiança institucional sempre foi muito forte.

Os quatro desafios que elencamos possuem mais de um vínculo entre eles. Mas, sobretudo, o que seu exercício cotidiano nos revela é a consolidação de um novo ator na democracia. Um ator — o ativista-internauta — cujo perfil se revela *ativo* frente à passividade dos cidadãos-consumidores dos meios de comunicação; *passivo* em comparação com os cidadãos-militantes dos movimentos sociais; *durável* em relação à participação episódica dos cidadãos-eleitores.

4. Os jovens e a esfera pública

A recomposição da esfera pública em quatro blocos tem implicações importantes sobre a cidadania dos jovens. Algumas são clássicas, outras novas. A seguir, focaremos no principal eixo de mudança que, na esfera pública atual — a galáxia da Internet —, incide sobre a condição dos jovens.³³ Mas, antes, precisamos fazer uma distinção não menos impor-

32 As bases dessa transformação do sentido comum de viver em democracia são diversas: predomínio dos poderes fáticos sobre os representantes eleitos; respeito da vontade popular (tratado constitucional na União Europeia, governos que não fazem aquilo para o que foram eleitos); violações de direitos e liberdades; poder exorbitante do dinheiro nas campanhas eleitorais; constituição de oligarquias políticas etc. Sobre muitos desses pontos, ver Colin Crouch, *Posdemocracia*, Madri, Taurus, 2004.

33 Deixemos de lado o que se refere ao laço entre os jovens e o sistema político (flutuação de sua taxa de participação eleitoral ou partidária, que se correlaciona fortemente com seu nível de inserção social, emprego e educação), e também com os meios de comunicação do espaço público *mainstream* (novas práticas de consumo por *streaming*, novos produtos das indústrias culturais —

tante: a distância e a continuidade entre adolescentes e jovens. Para além da espinhosa questão das fronteiras etárias entre esses grupos, o que nos interessará mostrar e compreender são as diferenças ou semelhanças que, em função das temáticas, observam-se entre esses dois atores em relação à esfera pública.

[1] *Um ator social? Um ator político?* Coloquemos de maneira esquemática: os adolescentes, em geral desprovidos de direitos políticos, e definidos por um processo legal, inserem-se na sociedade essencialmente como atores por meio de sua participação cultural e enquanto estudantes (apesar da importância das taxas de abandono escolar em certos países). Na condição de adolescente, a temática cultural e, nesse sentido, a galáxia da Internet (mais que os meios de comunicação de massa tradicionais), torna-se, como veremos, um aspecto central de sua existência. Por outro lado, dada a geralmente forte liberdade de expressão e de experimentação de que gozam nesse aspecto (a cultura adolescente vive em ruptura ou distante da cultura “adulta”), não se sentem motivados a se constituir como atores sociais, e menos ainda a defender na esfera pública seus “interesses”. A adolescência não é, com exceção de certa juventude, um ator social coletivo.

Os jovens, sem que o anterior — a centralidade da cultura — seja inteiramente falso, possuem preocupações sociais, econômicas e até mesmo políticas e familiares distintas e mais amplas. Sobretudo, e isso é o que nos interessa destacar, diferentemente dos adolescentes, os jovens tendem historicamente a ser verdadeiros atores sociais e políticos nas sociedades latino-americanas. Mas o são sob uma forte clivagem social.³⁴

Trata-se de um aspecto muito importante. Logo fará um século, se tomarmos como marco a Reforma Universitária de Córdoba (Argenti-

sobretudo as séries de televisão norte-americanas etc.). Em ambos os casos, as mudanças — reais — se dão em profunda continuidade.

34 E, em certa medida, de gênero — as mulheres tendem, incluindo as jovens, a se organizar politicamente mais do que os homens.

na) em 1918, que os estudantes são um ator social e político importante na América Latina. Desde então, ciclicamente, a região tem sido o palco de muitos movimentos estudantis (mais que movimentos de jovens propriamente ditos), nos quais a inclusão de temas nacionais foi muitas vezes uma constante.³⁵ Obviamente, os jovens também têm sido atores centrais em muitos outros movimentos sociais ou partidos políticos, até mesmo quando seus temas não estavam diretamente ligados a temáticas juvenis (como o trabalho, o feminismo, os direitos humanos, o meio-ambiente etc.). É importante lembrar: a ação dos jovens se desdobrou muitas vezes em ações coletivas que não defendiam reivindicações especificamente de juventude, e a partir delas participaram da esfera pública.

Vale a pena enfatizar: até pouco tempo, tanto na América Latina quanto em outros lugares, mas talvez com mais força na região, raramente os jovens se mobilizaram para defender exclusivamente seus interesses. Daí, com exceção dos movimentos estudantis, a dificuldade de se falar em movimentos sociais de jovens *stricto sensu*. E, inclusive, em relação à juventude estudantil — durante muito tempo, não nos esqueçamos, muito privilegiada socialmente —, as reivindicações que mais aglutinaram e mobilizaram foram em nome de interesses gerais — a democracia, a nação, a cultura. Era esse aspecto de suas mobilizações que celebrava a canção de Violeta Parra: “gosto dos estudantes”. A mobilização atual — meados de 2014 — dos estudantes na Venezuela é um caso emblemático dessa tradição.

Os estudantes, enquanto defensores de um certo interesse geral e até mesmo enquanto principais atores de outros movimentos sociais, constituem, portanto, a principal manifestação cidadã desse grupo etário. Sem que isto desapareça, duas grandes mudanças são observadas. Por um lado, os estudantes universitários, cujo perfil social se modificou de maneira inegável por meio da crescente inclusão de jovens de setores populares, tendem a organizar movimentos propriamente corporativos com maior

35 Para uma perspectiva dos movimentos estudantis em relação a outros movimentos sociais da região, ver Alain Touraine, *La parole et le sang*, Paris, Odile Jacob, 1988.

frequência do que no passado. Ou seja, mobilizações que têm por único ou essencial objetivo reformas ou melhoras educacionais.³⁶ Por outro lado, os jovens dos setores populares, que durante muito tempo (apesar de sua participação relativa em ações sindicais ou em movimentos de moradores) foram globalmente “passivos”, tendem a se expressar coletivamente no espaço urbano. E o fazem, se nos referirmos a suas formas mais autônomas de expressão, por meio de agrupamentos de bairro, musicais, religiosos, torcidas desportivas ou facções criminosas, muitas vezes dissociados de toda dimensão propriamente política ou até mesmo cidadã (a recente ação no Brasil dos jovens de origem popular — os *rolezinhos* — nos shoppings é uma novidade). Se é possível observar uma inflexão desse nível, isso não é o epicentro da transformação nem dos adolescentes ou jovens na região, nem de seu papel na esfera pública. Os fenômenos sociais que mais bem os caracterizam enquanto atores da esfera pública se dão de maneira alheia ao sistema político, e em grande parte de maneira independente de sua participação em movimentos sociais, portanto dentro do âmbito cultural.

[2] *Um ator cultural*. O essencial se dá na contínua afirmação dos jovens — desde os anos 1970 — e dos adolescentes, décadas depois, enquanto *atores culturais*. Aqui está a grande mudança. Uma mudança que obriga até mesmo a reconhecer a relativa proximidade que esta dimensão introduz, diferentemente do que dissemos, entre adolescentes e jovens. Ciclicamente, de fato, adolescentes e jovens formam parte de movimentos culturais (muitas vezes em torno da música), em geral rapidamente efêmeros no âmbito social, mas que, ao menos num primeiro momento, veiculam inovações identitárias, às vezes críticas sociais ou revoltas existenciais importantes. Obviamente, essas mobilizações estão longe de ser

36 Em alguns países, na Argentina e, nos últimos anos, sobretudo no Chile, o que contrasta fortemente com outras experiências nacionais, já se afirmou um movimento de estudantes secundários que, na defesa do que vislumbram ser seus interesses, esforçam-se por amalgamar, não sem tensões internas, membros das classes médias e de setores populares.

inteiramente autônomas, a tal ponto que em sua elaboração é possível notar a ação das indústrias culturais e as lógicas do consumismo. Mas essa cultura etária, embora não produza de fato uma unidade geracional (os jovens, em função das camadas sociais, não participam todos dos mesmos movimentos culturais), não deixa de produzir uma barreira em relação aos “outros” (os adultos) e, em todo caso, transmite à adolescência e à juventude expectativas de vida relativamente particulares.

Por sua vez, se no âmbito político ou cidadão é possível observar certa apatia, seu protagonismo cultural é inegável na esfera pública. Nada melhor do que a dificuldade *política* de uma noção como a de “geração” — ou seja, a capacidade de um grupo etário de construir uma identidade em torno de um evento histórico ou coletivo significativo.³⁷ Na América Latina, qual foi a última “geração” do continente? É difícil responder em termos estritamente políticos. A das mobilizações dos anos 1960 e 1970? A das ditaduras? A do reestabelecimento da democracia? É sem dúvida mais fácil responder em termos culturais, onde existe um amplo leque de possibilidades para diferenciar gerações, por meio sobretudo da sucessão de estilos musicais (rock, disco etc.) ou a partir de mudanças tecnológicas (geração Y, nativos digitais etc.).

Se citamos o exemplo anterior, é porque é nesse âmbito, e sob essa forma, que os jovens (e os adolescentes) se revelam verdadeiros atores da esfera pública. Se a cidadania supõe uma capacidade efetiva de transformação social, no caso dos adolescentes e jovens isso é algo culturalmente natural. É dessa forma que incidem sobre e participam da esfera pública. E, nessa atividade, e diferentemente de outros grupos etários (embora isso não se deva por causa do controle que membros dessas coortes exercem sobre os distintos blocos da esfera pública), a galáxia da Internet é a principal zona de expressão dos adolescentes e jovens na esfera pública.

37 Karl Mannheim, *Le problème des générations*, Paris, Armand Colin, 2011.

É verdade que a grande maioria dos adolescentes e jovens não usam, ou o fazem apenas marginalmente, a galáxia da Internet com finalidades políticas. Mas é nesse bloco, às vezes em relação aos meios de comunicação, que se expressam seu ativismo e suas ações culturais. É por essa via que se expressam e se tornam visíveis no espaço urbano as modas de vestimenta, as atitudes e as expressões idiossincráticas, os diversos símbolos corporais. Atividades que dão conta, por sua vez, também do perfil politicamente “discreto” dos adolescentes e jovens: o que anseiam é poder experimentar livremente sua cultura e sua identidade, uma possibilidade de que gozam amplamente na sociedade atual, diferentemente de como era há apenas algumas décadas, nas quais, seja sob regimes ditatoriais ou sob o peso da tradição, esse “direito” de expressão pública era mais restrito. Não surpreende: como sentem que gozam, no marco das indústrias culturais, de uma verdadeira liberdade cultural, não veem necessidade de demandar, com a força com que fez a geração que a precedeu, direitos culturais ou políticos. E não se observa, entre a grande maioria dos adolescentes ou jovens — como antes aconteceu com os operários ou as mulheres —, o desejo de politizar suas experiências sociais e culturais.

Assim, termina sendo muito grande o contraste entre o papel crescente que adolescentes e jovens têm na vida cultural, e em sua incidência por essa via na vida social (ou seja, sua capacidade efetiva e cotidiana para transformar as relações sociais sob o amparo de formas culturais), e sua escassa visibilidade enquanto atores políticos ou sociais propriamente ditos. Obviamente, nesse processo mais cultural que político ou social, a galáxia da Internet, enquanto bloco autônomo da esfera pública, possui um papel maior. A galáxia da Internet, e os usos diversos e “subterrâneos” que ela permite, mostram-se infinitamente mais em sintonia com a cultura adolescente e juvenil do que os outros blocos.

[3] *Centros de interesse*. Vamos ainda mais longe. Os adolescentes e os jovens, sem que isso suponha minimizar diferenças sociais ou de gênero, têm, enquanto atores etários, interesses particulares. Na verdade, centros de interesses particulares. Sua atenção, nesse estágio de suas vidas, não se volta aos debates da sociedade (sobre os quais se informam de maneira relativamente esporádica — sem que isso signifique desinteresse), mas dão preferência a assuntos existenciais. Embora não desconheçam os temas políticos ou econômicos, eles lhe parecem excessivamente abstratos e, sobretudo, distantes para dialogar com o que vivem. O essencial se dá em outro nível — em suas famílias, suas emoções, suas relações, seus relacionamentos amorosos e no abismo de seus desamores. A vida, descrita e percebida através das experiências adolescentes e juvenis, se apresenta sob a forma de uma sucessão de obstáculos (familiares, escolares, de bairro) que, por meio de recursos pessoais, são obrigados a enfrentar.³⁸ Em seus relatos, a vida, em homologia com o que veem nas indústrias culturais, é uma aventura aberta; um conjunto de instâncias meio a uma história em curso, na qual poucos avistam um porto seguro. Nem o fim ou o abandono dos estudos nem o ingresso, relativamente precário, no mundo do trabalho, e tampouco a constituição de uma família ou a paternidade parecem marcos suficientes para sinalizar o começo de um novo período — a vida adulta.

É nesse nível que se deve buscar a explicação complementar da reticência (que não é o mesmo que desinteresse ou rejeição) dos jovens e adolescentes quanto à vida política ou a mobilização social. Em suas vidas, os problemas sociais e institucionais ficam num segundo plano, atrás (às vezes muito atrás) de problemas pessoais e familiares, culturais ou musicais. Tudo acontece como se o verdadeiramente importante na vida estivesse em outro lugar: na dialética entre a vizinhança, as ruas, a cidade, os amigos, mas também nas drogas, na pluralidade de seus sentidos e usos,

38 Os trabalhos que mostram essa dimensão são muitos numerosos na região. Para um recente estudo a partir da juventude popular em Buenos Aires, ver Pablo Francisco Di Leo, Ana María Camarotti, *“Quiero escribir mi historia”*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2013.

do recurso recreativo e episódico ao vício e consumo problemático, na falta de dinheiro, nos amores e na sexualidade, certamente, e, talvez, acima de tudo isso. Tudo isso vivido e animado por uma distância, uma desconfiança, talvez, um universo de experiências vivenciado como que de maneira paralela às instituições. Consequência maior: o que interessa de fato aos jovens e adolescente, o que os move e comove de maneira mais perene, se dá em uma esfera longe das instituições, seus debates e, certamente, de toda implicação cidadã, no sentido estrito do termo.

É a partir daí que se deve entender a ligação tão particular que muitos adolescentes e jovens estabelecem com a esfera pública. Longe da política, militantes raros ou muito ocasionais de movimentos sociais, consumidores de meios de comunicação, são sobretudo, e cada vez mais, inclusive entre aqueles de origem popular, importantes atores culturais e assíduos usuários da galáxia da Internet. Nela, e a partir dela, sem projeto explícito, transformam, de maneira relativamente coletiva, as relações sociais a partir da cultura. Servem-se dela, dos laços que os permite usufruir ou buscar, e das informações e respostas que ali obtêm para lidar, individualmente, com os desafios de suas vidas.

[4] *Condição juvenil e a galáxia da Internet: homologias*. Em nossa exploração, uma última dimensão deve ser alvo de nossa atenção. A galáxia da Internet facilita e amplia as atitudes, senão anti-, ao menos para-institucionais, dos adolescentes e jovens. E o faz porque estabelece ressonâncias fortes e impressionantes entre suas sociabilidades e as possibilidades técnicas possibilitadas por ela. Mencionemos quatro delas.

Se uma das grandes questões adolescentes foi há muito tempo a denúncia sistemática da hipocrisia do mundo,³⁹ a maneira pela qual na galáxia da Internet é possível desmascarar mentiras de jornalistas e representantes políticos, mas também descobrir o lado oculto de cantores ou atores

39 François Dubet, Danilo Martuccelli, *En la escuela*, Buenos Aires, Losada, 1998.

famosos, sem descuidar do que os muros virtuais do Facebook permitem conhecer sobre os amigos, dá a essa inquietude uma dimensão inédita. E ela é tão mais atrativa que muitos desses desmascaramentos se dão em um tom que mescla a seriedade com o jocoso — algo a que, obviamente, os adolescentes e os jovens são bastante sensíveis, tanto na forma quanto no conteúdo.

Notemos também que a galáxia da Internet, em consonância — quase em homologia — com o que os adolescentes já praticavam como mecanismo de comunicação entre pares “na era” dos telefones fixos, generalizou essas práticas de organizações horizontais. Sem que se possa estabelecer uma causalidade estrita entre as práticas dos “*flash mobs*” entre os jovens (encontros relativamente instantâneos ou “subterrâneos” em festas ou eventos esportivos), não é impossível pensar que nelas se encontra um dos primeiros usos da rede como mecanismo de organização, quase em tempo real e horizontal, de mobilizações sociais.

Do mesmo modo, é também na galáxia da Internet onde, e com uma intensidade inédita, os adolescentes e os jovens vivem a experiência da passagem do mundo hierárquico da mensagem ao universo horizontal da comunicação. A “antiga” ordem baseada na lógica da mensagem — um emissor e um destinatário claramente diferenciados em suas respectivas posições — é substituída por uma “nova” exigência, articulada ao redor do imperativo da comunicação e, sobretudo, pelo desejo da comunicação horizontal. Para os adolescentes e jovens, o “velho” mundo, o dos adultos — da política ao que mais bem conhecem, a escola — continua funcionando no mundo das mensagens, enquanto suas experiências já se dão no universo da comunicação, um universo onde o intercâmbio com o outro, mais do que a mensagem em si, possui um papel preponderante. Muitas vezes, nas práticas juvenis trata-se de comunicar pelo mero prazer de comunicar.⁴⁰ Mais uma vez: não é a galáxia da Internet que “inventou” essa cultura de

40 Rainer Zoll, *Nouvel individualisme et solidarité quotidienne*, Paris, Editions Kimé, 1992 [ed. bras.: O que é solidariedade hoje?, Ijuí (RS), Unijuí, 2008].

comunicação adolescente-juvenil, mas a homologia entre ambas reforçou tanto uma como a outra. O imaginário generalizado de horizontalidade introduzido por esse tipo de comunicação, ao converter-se em uma verdadeira exigência entre adolescentes e jovens, desestabiliza as instituições — tanto a escola quanto o sistema político —, os que não conseguiram compreender o que, em termos de horizontalidade interativa, foi acentuado pela galáxia da Internet.

Por fim, e talvez o mais importante, a galáxia da Internet facilita, senão o relativismo dos valores, ao menos um maior ceticismo diante do conhecimento. O imaginário e o anseio pela horizontalidade generalizada fazem com que, mais do que nunca, entre os adolescentes e os jovens, o saber se volte para uma questão de opiniões e, sobretudo, de convicções. Frente a qualquer feito, e dada a diversidade de vozes presentes, conclui-se não que seja possível “duvidar de tudo”, e que as posições que se expressam refletem no fundo apenas convicções pessoais.

Em resumo, as mudanças evocadas nesse parágrafo, especialmente a consolidação das novas coortes como atores culturais e a exacerbação de certos traços de sua sociabilidade pela galáxia da internet, levam-nos a um último ponto. Que políticas públicas — onde e como — podem ser implementadas no âmbito de jovens e adolescentes enquanto atores da esfera pública?

5. Apelo a um saber pós-positivista

Hoje, como antes, há uma visão crítica muito difundida a respeito da falta de civilidade dos adolescentes. São repreendidos por seu desinteresse por ou sua ignorância a respeito dos assuntos públicos, seu egoísmo geracional, sua incapacidade para respeitar a autoridade, antes de propor, como remédio universal, o reestabelecimento das virtudes republicanas tradicionais. No entanto, se deixamos de lado essas críticas, geralmente

baseadas em representações nostálgicas (e inventadas) do passado ou em afirmações discutíveis (por exemplo, quanto ao declínio da densidade moral dos adolescentes), a imagem atual é, como se concluir a partir do que desenvolvemos até aqui, infinitamente mais complexa.

No contexto da transformação da esfera pública e das mudanças que apresentamos entre adolescentes e jovens, que políticas públicas deveriam ser implementadas? Para além da ampla — e indispensável — família de políticas que universalizem a conexão e instruem sobre seu uso, incluindo as modificações e adaptações que a galáxia da Internet, em complemento com a sociabilidade adolescente e juvenil, exigem no âmbito da instituição escolar (no nível ético, no exercício da autoridade, da cidadania propriamente escolar),⁴¹ o essencial, para o futuro da democracia, se joga em outro nível.

[2] O objetivo básico da educação cidadã é formar cidadãos para o amanhã. Dentro desse objetivo, durante muito tempo tentou-se privilegiar quase exclusivamente cursos relativamente específicos de educação cívica (geralmente o estudo de certos textos constitucionais); os cursos de história nacional e também de literatura que, sem se limitar a esse aspecto, foram considerados como sendo parte do acervo comum que todo adolescente deve ter sobre seu país; a participação, muitas vezes em homologia com a disciplina militar (filas e desfiles), em atos cívicos comemorativos etc. Obviamente, no imaginário de muitos docentes, a formação do cidadão nunca se limitou a esses fatores, e tenderam a considerar que essa formação só estava completa quando coincidia com o trabalho mais amplo e geral da escola. No entanto, e apesar das mudanças recen-

⁴¹ Anne Barrère, Danilo Martuccelli, “A escola entre a agonia moral e a renovação ética”, *Educação & Sociedade*, edição especial, XXII, n. 76, outubro de 2001, pp. 258-77, e “La citoyenneté à l'école: vers la définition d'une problématique sociologique”, *Revue française de sociologie*, XXXIX-4, 1998, pp. 651-71; também, Danilo Martuccelli, “La autoridad en las salas de clase. Problemas estructurales y márgenes de acción”, *Diversia, Educación y Sociedad*, abril de 2009, n. 1, pp. 99-128.

tes,⁴² não é exagero afirmar que a educação cívica foi reduzida na escola, essencialmente, a uma educação patriótica: a valorização da obrigação, do dever, do sacrifício, da exaltação do particular sobre o público, do culto à fronteira, um conjunto de valores que foi, no caso da América Latina, em termos gerais, dissociado de todas as implicações políticas. A divisão, o conflito, o dissenso, a desobediência, não eram necessariamente negados, mas eram apresentados, quando muito, com certo ar de desconfiança. Obviamente, o ensino da história não necessariamente ocultou as divisões sociais, mas o fez numa narrativa que transmitia, a cada etapa, a imagem de uma integração nacional crescente de todos os grupos sociais. Esse foi o coração da educação cívica, ou melhor, da educação moral e patriótica.

Pensar a formação dos cidadãos exige, hoje, guardar distância dessa tradição. Não apenas porque esses conteúdos morais, por mais justos que sejam, não afetam — ou afetam cada vez menos — a formação dos adolescentes, mas também — e sobretudo — porque a escola precisa hoje assumir novas responsabilidades democráticas. No cenário de transformação da esfera pública atual, e frente às formas particulares de discussão que a galáxia da Internet torna possíveis — incluindo a consolidação do perfil dos ativistas internautas —, é importante repensar a educação cidadã. O *principal* objetivo tem que ser o da formação de indivíduos capazes de exercer (graças à aprendizagem permanente, os conhecimentos escolares e competências culturais diversas) o direito de realizar um balanço crítico da tradição, dos debates políticos, das questões científicas e até mesmo de assuntos morais ou existenciais. Esse ideal é um retorno ao que deve ser o objetivo central da escola — a transmissão de conhecimentos e saberes

42 Antes de avançar na reflexão, é importante destacar um ponto em particular. Embora a situação tenha se modificado nos últimos anos, e alguns países tenham introduzido o ensino de princípios democráticos e da valorização dos direitos humanos, um dos elementos centrais da educação cívica foi, durante muitas décadas, uma mistura de educação moral e educação patriótica. No fundo, eram as duas faces de uma mesma moeda: o bom cidadão era um patriota, e o patriota era um cidadão honesto. Em muitos países da América Latina, essa fusão foi assegurada por meio do culto aos grandes padroeiros e grandes heróis da pátria — cada um deles apresentado como uma articulação de virtudes morais e de dever patriótico.

específicos em uma sociedade de informação e de competências culturais generalizadas.

Obviamente, o objetivo não é — não pode ser — que cada um se transforme em especialista em todas as áreas, disciplinas, matérias, o objetivo deve ser que cada aluno — e, amanhã, cada cidadão — aprenda a adquirir conhecimentos e competências para poder sustentar uma opinião informada e argumentada sobre diferentes temas. Isso implica que *logo após* uma transmissão de conhecimento, a forma-pedagógica se oriente pela sua utilização crítica pelos alunos em exercícios, na qual a forma-debate pode adquirir um papel importante. Esse caminho parece mais promissor, na medida em que se encontra em consonância com a curiosidade que possuem os adolescentes e jovens mundo afora e com a maneira pela qual se expressam no âmbito das TIC (Tecnologias de informação e comunicação).⁴³ A curiosidade dos alunos é o melhor aliado potencial de uma escola que repensa o sentido da educação cidadã.

[2] Mas como e sobre o que discutir? Começemos pelo “como”. Tão ou mais importante que os conteúdos e as opiniões é a aprendizagem do debate e da racionalidade do debate. Não há cidadania, inclusive em sua formulação mais passiva, sem a capacidade para julgar e avaliar proposições. Ou seja, sem isso que desde a Grécia antiga se associa com a retórica e com a arte da argumentação. Essa é a primeira pista da resposta: os adolescentes e os jovens devem aprender, enquanto cidadãos, a debater. O importante é a construção da argumentação, que se aprende, como toda experiência militante atesta, com a discussão. E, como o objetivo é aprender a argumentar (e não necessariamente a expressar opiniões políticas pessoais), a escola deve exercitar os alunos para essa atividade. Para isso, pode utilizar, por exemplo, o princípio básico de dividir arbitrariamente uma sala de aula em dois grupos, cada um deles devendo defender e fundamen-

43 Anne Barrère, *L'éducation buissonnière*, Paris, Armand Colin, 2011.

tar um ponto de vista diferente sobre um tema específico. Mas também é preciso que os adolescentes entendam, na verdade que experimentem, o que implica defender uma posição pessoal diante de um grupo — ou seja, a “coragem da verdade” da antiga parrésia. Para isso, é indispensável associar os dois tipos de exercício: por um lado, a designação arbitrária de alunos para a defesa de uma posição (para que se exercitem na arte do balanço crítico) e, por outro lado, fazer com que cada um deles, a partir de uma opinião pessoal, e de forma solitária, assuma a discordância com o grupo (uma maneira de recordar que as opiniões são também — mas não somente — convicções, e supõem um compromisso com a vida em comunidade).

Prossigamos com o “quê”. A educação cidadã supõe, portanto, desenvolver um espírito crítico e pessoal. Mas esse espírito deve ser concebido em relação às mudanças ocorridas na esfera pública. Frente à abundância de dados e discussões que nela circulam, é preciso que os adolescentes compreendam o caráter político (ou seja, fruto de uma decisão) dos mais diversos aspectos da vida social, mas também, e frente às possíveis confusões entre verdade e opinião, acentuadas pela galáxia da Internet, é necessário que, sem dogmatismo, e respeitando o universo da comunicação, a escola transmita o espírito de um saber pós-positivista. Isso é o mais importante. Esse novo espírito cidadão deve ser capaz de reconhecer o valor dos saberes produzidos pela experiência, dos conhecimentos comuns contra ou em complemento ao conhecimento científico,⁴⁴ mas também, e não menos importante, deve ser capaz de reconhecer as diferenças entre um conhecimento, uma opinião política e uma convicção pessoal. O desafio é enorme. Os cidadãos não devem “se instruir” apenas para avaliar programas políticos durante os processos eleitorais ou desenvolver “virtudes” morais para, se necessário, defender pela ação coletiva as liberdades. A galáxia da Internet e o exercício da democracia que ela estimula forçam

44 Michel Callon, Pierre Lascoumes, Yves Barthe, *Agir dans un monde incertain*, Paris, Seuil, 2001.

o desenvolvimento de habilidades para diferenciar entre os legítimos conhecimentos disponíveis em uma sociedade e os erros, as mentiras e os enganos mas, também, formar para a indispensável dupla aceitação das incertezas presentes em muitas situações e da própria ignorância. O que supõe, na escola, aprender a debater sobre as mais diversas questões científicas, políticas ou morais sem renegar seu caráter geralmente ambivalente. Aprender a debater buscando complementos de informação e não se limitando a apenas uma versão simplista dos fatos.

[3] A galáxia da Internet e a esfera pública apresentam um desafio importante à escola no que diz respeito, portanto, à velha questão da educação do povo soberano. O objetivo do espírito de um saber pós-positivista não pode mais ser apenas o de transmitir conhecimentos, nem de duvidar de todos eles. O objetivo é aprender a diferenciar entre verdades que podem ser plurais, a compreender a legitimidade irreduzível de certas desavenças (quanto a questões morais, religiosas, econômicas etc.), e a necessidade de formas — inclusive provisórias — de acordo para resolvê-las, a fim de permitir a vida em comunidade.

Se, em princípio, esse objetivo pode parecer consensual, o problema e a desavença maior residirão nas consequências inevitáveis que supõe esse tipo de formação. Aqui, onde a escola é vista como um ente de mensagem unidirecional do professor para o aluno, a formação prática do cidadão supõe, sem abandonar as diferenças de informação, o reconhecimento de um espaço de debate no qual a argumentação é central, e no qual as divergências são indispensáveis. Ou seja: no qual as divergências, muitas vezes, não são superadas, mas onde, graças ao debate, descobre-se a fronteira entre o desacordo legítimo, pois baseado em verdades mutuamente reconhecidas, e as divergências baseadas somente em informações parciais ou equivocadas.

O objetivo final não é, obviamente, transmitir o sentimento de que “vale tudo”, que todas as opiniões possuem o mesmo valor; é, sim, justa-

mente o contrário: ensinar, por meio do debate, a necessidade de aceitar as verdades reconhecidas como tais em uma comunidade e, a partir delas, compreender a legitimidade dos distintos pontos de vista possíveis. Esse é um exercício indispensável em sociedades nas quais os temas científicos e técnicos foram transformados em temas políticos maiores, mas também em sociedades onde, como vimos, por razões estruturais, aumentam as atitudes conspiratórias.

Nesse processo, a função do docente se transforma. Ele não é quem transmite o conhecimento ou quem suscita a dúvida (e menos ainda a avalia). Ele se transforma, por alguns instantes, em mais um cidadão, dentro de uma arena democrática, certamente com conhecimentos e com especialidade mais ampla em alguns temas, mas com opiniões relativamente próprias, e obrigado, por meio delas, a argumentar os fundamentos da sua posição e, sobretudo, a aceitar a legitimidade de outros pontos de vista. Não é preciso dizer que, sem uma explicitação clara da importância desse objetivo na educação, só se agravará uma desestabilização da autoridade já minguada para muitos docentes. É apenas por meio do reconhecimento explícito e institucional por parte da escola dos novos requisitos da educação cidadã, e graças a uma formação — na realidade, uma “conversão” — dos próprios docentes dentro desse espírito, que esse objetivo se tornará possível.

CAPÍTULO III

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E ATIVISMO DIGITAL NA AMÉRICA LATINA ¹

*Nicolás M. Somma*²

Introdução

Este artigo sistematiza os achados e reflexões das pesquisas sobre a participação cidadã e o ativismo digital na América Latina. Mais especificamente, explora as maneiras pelas quais um amplo leque de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil de diversos países da região utiliza a Internet para promover suas demandas e atingir seus objetivos. Com isso, busca-se oferecer uma visão panorâmica sobre o tema, identificar hipóteses relevantes e sugerir novas linhas de investigação.

O trabalho está dividido em cinco seções. As duas primeiras apresentam as condições que favorecem a utilização da Internet pelas organizações da região, bem como os benefícios, vantagens e possibilidades trazidas por ela. A terceira expõe os obstáculos ligados ao acesso e ao tipo de uso que permita usar a Internet para fins participativos. A quarta apresenta

1 Agradeço o apoio dos projetos CONICYT do Ministério da Educação do Chile (CONICYT/FONDAP/15130009 e CONICYT/FONDECYT/Iniciación en Investigación/11121147), e a Bernardo Sorj, por seus comentários detalhados, que ajudaram a melhorar este artigo.

2 Instituto de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile. E-mail: nsomma@uc.cl.

os riscos e desafios do ativismo digital para as organizações, bem como as estratégias adotadas para enfrentá-los. A quinta seção investiga os possíveis impactos do uso da Internet em três aspectos: os níveis de mobilização social, as decisões produzidas pelo sistema político e a estrutura de relações entre organizações da sociedade civil. A última seção conclui e indica futuras linhas de investigação.

É importante notar que a literatura sobre esse tema na região vem crescendo de maneira explosiva, assim como as ações coletivas das quais ela trata, de maneira que se torna extremamente difícil realizar um mapeamento completo da mesma. Por outro lado, muitas das experiências latino-americanas revisadas neste trabalho guardam semelhanças com experiências de outras regiões que vem se tornando bastante conhecidas, difundidas e estudadas — desde o movimento espanhol dos Indignados e os protestos da Primavera Árabe até o movimento *Occupy Wall Street*, o caso Wikileaks, o Tea Party dos Estados Unidos etc. (para uma revisão dos casos mais significativos, ver Millaleo e Cárcamo, 2014a). Aqui nos limitamos aos casos latino-americanos.

Embora provavelmente não haja mais nenhum lugar no mundo onde a Internet não seja usada pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, o contexto sociopolítico latino-americano possui algumas características que provavelmente a incentivam. Identificamos três delas.

Em primeiro lugar, embora nas últimas décadas a qualidade e a estabilidade das democracias latino-americanas tenham melhorado de maneira inegável (Mainwaring e Pérez Liñan, 2005), em certos países ainda há muitos grupos que não podem expressar livremente suas demandas por medo de represália (por exemplos, os homossexuais em vários países da América Central). Para esses grupos, a Internet oferece oportunidades de expressão de forma “protegida”, talvez menos relevantes em democracias mais plurais e estabelecidas, onde as barreiras à expressão de vozes dissidentes ou minoritárias são menores.

Segundo, em vários países latino-americanos a propriedade dos meios de comunicação tradicionais (sobretudo a tevê e a imprensa escrita) encontra-se concentrada nas mãos de alguns poucos grupos econômicos, que possuem uma influência desmedida sobre a informação que circula pela sociedade. Em tais contextos, um meio como a Internet, que permite a circulação de informação por parte de qualquer um que possua os meios técnicos e a vontade para fazê-lo, torna-se atrativo para grupos que tradicionalmente se sentem excluídos da cobertura feita pela mídia tradicional.

Terceiro, em países nos quais os movimentos sociais não contam com o superávit de recursos que, segundo afirmam McCarthy e Zald (1977), são condição necessária para o protesto, os custos econômicos relativamente baixos da mobilização pela Internet são atrativos. Todas essas condições contribuiriam para explicar a difusão do ativismo digital pela região.

Dentro desse contexto geral, o primeiro caso notório de utilização da Internet a favor de um movimento social na região é o do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que surgiu no começo de 1994 na selva lacandona, no sul do México, para se opor à assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês). A rigor, não foram os guerrilheiros zapatistas que difundiram a luta do movimento através da internet, mas seus aliados mexicanos e internacionais que, naquele momento, possuíam acesso àquela nova tecnologia. Utilizaram a Internet para difundir ao mundo a intimidação de camponeses pelas mãos do exército mexicano e de grupos paramilitares contrários à insurreição. Embora não tenha sido necessariamente o fator decisivo (Pitman, 2007), isso lhes permitiu conquistar aliados internacionais e desmentir a informação que o governo mexicano promovia através dos meios de comunicação oficiais. Refletindo sobre a importância da Internet nas primeiras etapas do movimento, um ativista zapatista disse que “levou seis anos para se construir um movimento antibélico nos anos 1960, seis meses

para se construir um movimento antibélico durante a Guerra do Golfo, e seis dias para se constituir um movimento contra o governo mexicano em 1994” (citado por Olesen, 2006, p. 190).

A experiência zapatista foi apenas a primeira manifestação de uma prática que, já no início dos anos 2000, estendia-se por todo o continente. Várias organizações com discurso de oposição à globalização e ao neoliberalismo, e que levantavam a bandeira da democracia participativa, logo perceberam que a Internet permitia-lhes opor-se à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ao pagamento da dívida externa e à militarização (Sandoval, 2009). O mesmo aconteceu com as organizações e movimentos estudantis e ecológicos, camponeses, feministas, homossexuais, de desempregados urbanos e de jovens desencantados com o sistema político. Atualmente, é difícil pensar em uma causa coletiva que não tenha se beneficiado da Internet na região. Beneficiaram-se dela grupos tão díspares quanto a esquerda antiglobalização e os zapatistas, de um lado, e, de outro, os partidários do porte de armas no Brasil — e também seus opositores, embora com menor êxito (Sorj, 2006). As duas próximas seções tratam de investigar as condições que favorecem esse processo.

1) Condições que favorecem o ativismo digital na América Latina (I): baixos custos, expansão de redes e imediatismo

O primeiro elemento para compreender a expansão do ativismo digital na região (além das três condições mencionadas na introdução) tem a ver com a redução de custos de coordenação, comunicação e mobilização coletiva que a Internet supõe. É certo que, em nossa região, a escassez de recursos materiais nem sempre serviu de obstáculo para a ação coletiva — ver os protestos contra o autoritarismo nos anos 1980 em tempos de crise econômica, ou as revoluções em Cuba e na Nicarágua, em situação de po-

breza generalizada. No entanto, como sugerem algumas teorias clássicas (Olson, 1965; McCarthy e Zald, 1977), quando os grupos descontentes conseguem reduzir os custos de coordenação e de mobilização dos participantes, espera-se que a ação coletiva aumente.

Embora a América Latina ainda possua importantes limitações e desigualdades no que se refere ao acesso (como se verá mais abaixo), os avanços técnicos da última década — incluindo a banda larga — aumentaram significativamente o acesso e a velocidade de transmissão de dados (Barrantes, Jordán e Rojas, 2013). Além disso, a expansão da conectividade móvel, por meio de *smartphones*, *tablets* e similares, libertou os internautas dos computadores de sua residência, escola e trabalho, abrindo possibilidades de comunicação imediata a partir do “local dos acontecimentos”, transformando vários cidadãos em jornalistas amadores. Tudo isso contribuiu para diminuir drasticamente os requisitos materiais para as ações coletivas. Embora ainda seja necessário algum investimento inicial de recursos em infraestrutura — ao menos um computador e acesso à Internet —, uma vez que tal investimento tenha sido feito, os potenciais benefícios potenciais são consideráveis. De fato, várias das ativistas feministas entrevistadas por Friedman (2005) disseram que essa é a principal vantagem da Internet.

Essa vantagem fica especialmente evidente em tempos de crise econômica. Na Argentina, por exemplo, o ativismo digital chegou em 2001, pelas mãos da organização internacional Indymedia, poucos meses antes da crise que lançou temporariamente mais da metade da população para baixo da linha de pobreza. Isso impulsionou de maneira inesperada o ativismo digital. Algumas ativistas entrevistadas por Friedman (2005) mencionam que começaram a usar a Internet em 2001 porque era mais barato do que a coordenação feita pelo correio ou por telefone. Uma entrevistada conta que a Internet salvou sua organização: quando não conseguiam mais pagar o aluguel de seu escritório, seus integrantes começaram a se comuni-

car de suas casas por meio da Internet. Da mesma forma, a entrevistada de uma organização de Córdoba narra que, embora em certo momento não tivessem recursos para participar de reuniões com outras organizações em Buenos Aires, ao menos conseguiam se comunicar por e-mail. Isso permitiu à organização manter sua linha ideológica, na medida em que podiam continuar existindo sem a necessidade de obter recursos externos — o que poderia ter minado sua independência.

Um segundo elemento para compreender o ativismo digital na América Latina é que a Internet permite reduzir o impacto das barreiras geográficas: a comunicação com lugares pertos e longes é igualmente imediata. É comum, por exemplo, que os ativistas latino-americanos organizem protestos em várias cidades do país em questão de horas, como mostram os protestos de rua — orquestrados a partir do Facebook — contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (Neumayer e Raffl, 2008). Lembremos as vantagens que isso significa em países com sistemas de transporte deficientes (Bolívia), grandes acidentes geográficos (Colômbia) ou grande extensão territorial (México, Brasil). Além disso, os ativistas latino-americanos têm utilizado a Internet para superar as divisões administrativas estatais, conectando grupos distantes que, até então, haviam tido pouco contato entre si. Um dos elementos que mais chamam a atenção no uso pioneiro da Internet por parte dos zapatistas, por exemplo, foi sua capacidade de manter a atenção de ativistas do mundo desenvolvido, cujos estilos de vida guardavam pouca relação com os camponeses mexicanos da selva lacandona (Olesen, 2006).

Assim como no caso zapatista, os protestos contra as FARC em 2008 originados na Colômbia rapidamente se internacionalizaram, em boa medida, graças à Internet. Dessa forma, 87 das 136 cidades nas quais se realizaram protestos relacionados a essa causa pertenciam a países com alto nível de desenvolvimento humano (Neumayer e Raffl, 2008). Obviamente, a Internet permite coordenar atividades entre ativistas de diversos

países dentro da América Latina, como atestam os relatos de representantes de organizações feministas (Friedman, 2005), organizações de meios de comunicação alternativos (Shmidt, 2009) e organizações de mulheres e indígenas representadas pela Comunidad Web de Movimientos Sociales, que envolve atores do Peru, Colômbia e Bolívia (Sandoval, 2009).

Esses vínculos estabelecem não apenas linhas de cooperação, como também de influência recíproca. O Primeiro Fórum Social Mundial (celebrado em Porto Alegre em 2001) não incluía originalmente temas de gênero na agenda mas, por meio da Internet, seis organizações solicitaram uma reunião virtual com os coordenadores do evento e conseguiram convencê-los a incluir o tema (Friedman, 2005). Tal influência poderia ter acontecido sem a Internet, mas ela certamente facilitou os contatos. Além disso, a capacidade de transcender barreiras geográficas permite escolher com maior precisão as alianças que precisam ser estabelecidas. Como disse uma pessoa entrevistada por Harlow (2012): “[a Internet] permite que você se alie com pessoas *com objetivos em comum* e que se trabalhe junto” (grifos meus).

Ironicamente, à luz dessa declaração, a Internet não contribuiu, na América Latina, apenas para mobilizar milhares de pessoas semelhantes entre si. Talvez seu maior valor esteja no fato de que permitiu, em certas ocasiões, conectar grupos de pessoas muito diferentes em termos sociais, econômicos e geográficos — o que Robert Putnam (2000) chama de capital social tipo “ponte” (*bridging*). Um exemplo disso é o da campanha cidadã que se realizou na Colômbia em 2008 contra as atividades terroristas das FARC, e que surgiu a partir de um grupo do Facebook (Sandoval, 2009; Millaleo e Cárcamo, 2014b). É interessante notar que não apenas se havia conseguido reunir em poucos dias 260 mil pessoas por aquela rede social, como a ferramenta também permitiu gerar certa ordem dentro da diversidade dessa grande massa de cidadãos. Como havia pouca coisa que os unia além de sua oposição comum às FARC, a convocatória para marchar pelas ruas foi organizada segmentando os usuários de acordo com sua

localização geográfica, nacionalidade (colombianos e estrangeiros), estudos, profissões e idade. No melhor estilo das técnicas de segmentação de mercado, isso permitiu dividir as tarefas de mobilização entre grupos com grande afinidade entre si, cada um deles compartilhando distintos alinhamentos ideológicos (Sandoval, 2009).

O movimento #YoSoy132, surgido durante a campanha das eleições presidenciais mexicanas de 2012 diante do iminente retorno do PRI ao poder, oferece outro exemplo da capacidade da Internet para agrupar grupos diversos. O movimento surgiu originalmente entre estudantes universitários desencantados (Millaleo e Cárcamo, 2014b), mas participaram da primeira das assembleias interuniversitárias não apenas os representantes das mesmas, como também pais de família e delegações de outras cidades, que tinham pouca ligação com a educação. A capacidade de convocatória foi tal que um senhor de idade, identificando-se como o médium do deus asteca Quetzalcóatl, falou aos presentes, discorrendo sobre o trânsito de Vênus pelo Sol durante aquele período (Rovira Sancho, 2014).

A importância da dimensão “*bridging*” da Internet também é refletida pelos resultados da pesquisa com 133 ativistas latino-americanos envolvidos com variados assuntos realizadas por Harp, Bachmann e Guo (2012). Quando lhes foi perguntado para que usavam as redes sociais, os respondentes enfatizaram aspectos como postar links e informação, promover discussão, coordenação e mobilização — todas essas ações que, presumidamente, permitem que os movimentos se conectem com pessoas com características distintas. Além disso, esses usos favorecem a ação coletiva na medida em que geram uma crença de que muitas outras pessoas estão lutando pela mesma causa, o que contribui para um sentimento de eficácia. De fato, de acordo com a ativista DeeDee Halleck, referindo-se aos zapatistas mexicanos (citada em Pitman, 2007, p. 96), “talvez a consequência mais importante de colocar Chiapas online tenha sido o aumento do entusiasmo dos ativistas latino-americanos”.

Por fim, a Internet permite executar ações em pouco tempo e, portanto, garante efetividade em circunstâncias urgentes. Uma ativista argentina menciona como sua organização conseguiu, em questão de horas, reunir apoio para o caso de uma nigeriana muçulmana que seria executada pelo crime de adultério. Antes da Internet, isso teria levado semanas, o que poderia ter sido tarde demais (Friedman, 2005).

Dadas essas vantagens — contato por um custo baixo, imediatismo e expansão de redes, tanto entre grupos homogêneos como heterogêneos — não é de se estranhar que os ativistas latino-americanos valorizem os benefícios da Internet para as suas causas. Dessa forma, na pesquisa feita por Harp, Bachmann e Guo (2012) junto a ativistas, 65% deles consideraram que o uso das redes sociais — uma invenção que não tem mais de 10 anos — faz parte de seu trabalho cotidiano. A maioria concorda que as redes sociais intensificaram o diálogo sobre questões públicas, que os tornaram mais ativos politicamente, e que os permitem estar mais conscientes em relação às campanhas relevantes. E 58% deles não concorda com a afirmação de que as redes sociais sejam ruins para a democracia e a justiça social — apenas 16% deles possuem uma opinião negativa sobre elas (Harlow, 2012; Harp, Bachmann e Guo, 2012).

É interessante notar que, diferentemente do que parece acontecer em países mais desenvolvidos, as organizações latino-americanas parecem atribuir à Internet um papel relativamente secundário como forma de obter recursos. Os pesquisados por Harp, Bachmann e Guo (2012) deram pouca importância à Internet como ferramenta de captação, e as narrativas de acontecimentos e os relatos de ativistas enfatizam reiteradamente outras funções — mobilização, coordenação de ações, comunicação etc. Entretanto, cabe notar que algumas organizações de fato obtêm recursos por meio da Internet, como é o caso da Confederação Nacional dos Indígenas do Equador (CONAIE) que, segundo Sandoval (2009), em algum momento utilizou suas plataformas tecnológicas para receber recursos dos

governos de Cuba e da Venezuela, e também de outras organizações indígenas de países mais ricos. Também é o caso das comunidades virtuais “bolivarianas” que surgiram logo após o golpe mal sucedido de 2002 contra o presidente venezuelano Hugo Chávez. De fato, alguns “websites bolivarianos” se financiam por meio de publicidade, o que não é algo comum em *websites* desse tipo (Sandoval, 2009).

2) Condições que favorecem o ativismo digital na América Latina (II): vozes alternativas e baixa censura

Esta seção continua a análise das condições que favorecem e estimulam o ativismo digital na América Latina. A primeira que enfatizamos agora tem a ver com as possibilidades que a Internet nos brinda para compensar os vieses dos meios de comunicação tradicionais. Como em qualquer parte do mundo, os meios de comunicação tradicionais da região estão baseados na lógica de um produtor que transmite informação ou conteúdo para vários receptores que, por sua vez, não podem operar como produtores nem podem comunicar-se entre si (Katz e Hilbert, 2003; Padilla de la Torre e Flores Márquez, 2011). Em nossa região, essa perspectiva unidirecional é reforçada pela forte concentração da mídia tradicional (tevé, rádio e imprensa escrita) nas mãos de poucos grupos econômicos, como é o caso da Televisa e da TV Azteca no México, da Rede Globo no Brasil, da COPESA no Chile e do Grupo Clarín na Argentina (Katz e Hilbert, 2003).

Os ativistas latino-americanos reconhecem que a Internet permite ir contra essa lógica. Uma grande massa anônima de cidadãos agora pode produzir sua própria informação e difundi-la aos demais. E pode fazê-lo utilizando vários instrumentos, desde áudio e imagens até textos e gravações de vídeo. Como afirma Fleischmann (2006), a Internet permite fundir os papéis de produtor e de consumidor da informação.

Essa promessa foi o que inspirou a Indymedia, uma grande rede mundial de ativistas ligados a vários temas, coordenados por meio da Internet. A Indymedia originou-se no final de 1999, nos Estados Unidos, chegando alguns anos mais tarde na Argentina. Seu lema — “Não odeie a mídia, seja a mídia” — resume a ideia de um projeto midiático alternativo ancorado em cidadãos comuns. Como se lê no *website* da Indymedia Argentina:³

Por que um centro de mídia independente na Argentina? Porque os que não estão de acordo com os interesses de alguma grande corporação não têm voz na mídia tradicional. A televisão, os jornais, as revistas de circulação em massa estão nas mãos de um punhado de grupos econômicos, que informam segundo seus próprios interesses. A câmera e o microfone desses meios nunca estão do lado daqueles que não têm voz, dos trabalhadores, dos estudantes, dos desempregados.

Nesse contexto, a Internet abre várias possibilidades para a expressão de vozes alternativas. As ativistas lésbicas e feministas entrevistadas por Friedman (2005) insistiram que a Internet permitiu-as difundir de maneira sem precedentes suas ideias, que são habitualmente estigmatizadas e rechaçadas na mídia tradicional. O mesmo se aplica para ativistas que tentam acabar com o estigma daqueles infectados pelo vírus da AIDS. Embora ainda temam falar sobre o assunto com médicos e no ambiente de trabalho, sentem-se mais protegidos opinando na Internet (Friedman, 2005). Ainda assim, a Indymedia produziu e difundiu pela Internet um vídeo que mostrava os enfrentamentos entre grevistas e a polícia argentina em meados de 2002. O propósito era contrabalancear as visões da mídia de massa, que buscavam “criar ‘opinião pública’ em torno de uma ideia de manifestantes violentos e criminosos” (Winik, 2004, p. 119).

3 Disponível em: <<http://argentina.indymedia.org/process/about.php>>. Acesso em: 29 set. 2014.

O mesmo vale para os jovens que, tipicamente, participam em menor grau que os adultos nos canais políticos institucionais e que, por meio da Internet, podem compensar parte de seu relativo silêncio. Isso pode acarretar consequências bastante concretas. Por exemplo. Os estudantes chilenos costumam filmar a repressão policial durante as marchas com seus celulares, produzindo material que não apenas podem ser difundidos nas redes sociais como podem eventualmente servir de evidência em um processo judicial contra a polícia. Como relatou um ativista entrevistado por Harlow (2012): “[a Internet] permite que você seja o protagonista de sua própria história”.

De fato, essa faceta da Internet pode ser explorada até mesmo por grupos extremamente marginais (e não apenas por estudantes acomodados de classe média). O projeto de jornalismo cidadão Viva Favela (conduzido pela ONG Viva Rio, uma das principais organizações de combate à violência do Rio de Janeiro) é um dos que mais bem ilustram como a Internet pode servir para a difusão de vozes estigmatizadas pela mídia tradicional e pela opinião pública em geral. Esse projeto, pioneiro na região — surgido no ano 2000 —, consistia em treinar os moradores das favelas do Rio de Janeiro na produção, planejamento, edição e difusão de conteúdos digitais (imagens, áudio e vídeo). O objetivo era oferecer à sociedade brasileira uma visão alternativa da vida nas favelas, mais completa e rica do que a proporcionada predominantemente pela mídia tradicional — que costuma associar as favelas quase exclusivamente à violência, ao tráfico de drogas e à insegurança. O projeto recebeu vários prêmios e apoios internacionais, e foram publicados livros baseados no material produzido (Millaleo e Cárcamo, 2014b; ver também Sorj e Guedes, 2005).

Algo similar pode vir a ocorrer com os movimentos rurais e de origem camponesa, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) brasileiro. Nas palavras de seu coordenador, Neuri Rosseto (citado por De Moraes, 2005, p. 72):

Uma coisa é ler uma notícia sobre a política de privatizações em um meio de comunicação controlado ou influenciado pelo governo, que tem todo o interesse em promovê-las, e outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem se opõe a tal política. Um website elaborado pelas forças progressistas possibilita, e muito, a divulgação de seus pontos de vista. Os meios de comunicação em massa funcionam como uma espécie de filtro entre o que deve ser noticiado, destacado, desfigurado e ocultado. A Internet rompe com essa intermediação. Por meio dela, podemos divulgar os acontecimentos da nossa perspectiva.

Como ilustram essas experiências, a Internet permite gerar novos conteúdos que circulam entre os cidadãos. A mídia tradicional, por sua vez, também começa a retransmitir a informação gerada pelos cidadãos e difundidas pela Internet. Um exemplo disso é o da campanha mexicana #YoSoy132 citada anteriormente. Um cidadão filmou as imagens dos protestos contra o candidato do PRI, Enrique Peña Nieto, ocorridos em uma universidade e postou-o no YouTube. Dada sua popularidade — o vídeo recebeu 1 milhão de visitas em uma semana —, a mídia tradicional o retransmitiu, junto com os comentários a seu respeito.

Obviamente, não é necessário que ocorram acontecimentos da magnitude do #YoSoy132 para que a mídia tradicional enfoque nas redes sociais. Os canais televisivos frequentemente incluem em seus noticiários e programas de debate a opiniões de milhares de internautas anônimos, que se expressam sobre os mais variados temas. No Chile, por exemplo, os principais jornalistas e formadores de opinião nutrem-se diariamente de informações das redes sociais para sondar o estado de espírito da sociedade e elaborar suas próprias visões que, posteriormente, são transmitidas pela mídia tradicional. Isso exige que eles se atualizem rapidamente e se exponham a uma sobrecarga de informação, o que pode resultar em uma diminuição da profundidade das análises. Ademais, alguns dos órgãos de

imprensa chilenos dispõem de equipes dedicadas exclusivamente a monitorar de maneira permanente as redes sociais como o Twitter e o Facebook (Millaleo e Cárcamo, 2014b).

Por fim, a Internet é atrativa em nossa região porque permite realizar campanhas sobre temas específicos e circunstanciais, sem a necessidade de contar com um movimento social preexistente. Nesse sentido, a Internet amplia o repertório de demandas definido pelos movimentos sociais latino-americanos clássicos — de trabalhadores, estudantes e camponeses. Um exemplo é a campanha contra a demissão da jornalista Carmen Aristegui de um canal de tevê após insinuar um problema do ex-presidente mexicano Felipe Calderón com alcoolismo. Outro exemplo é a já mencionada campanha #YoSoy132, também no México, sobre a qual uma ativista mencionava que “não somos um movimento, com sorte somos uma convocatória” (Rovira Sancho, 2014). Embora a Internet permita realizar campanhas mais específicas e rápidas, o risco é o rápido declínio logo após o momento do apogeu. É o que ocorreu com o “132” que, logo após as eleições de 2012, diluiu-se rapidamente, sem deixar rastros visíveis.

Um último ponto que cabe mencionar para que possamos entender o florescimento do ativismo digital na América Latina refere-se ao aparentemente baixo nível de censura estatal ao mesmo. Muitas das entrevistadas por Friedman (2005), por exemplo, apreciavam a liberdade de postar conteúdos na Internet sem risco de censura ou perseguição. Isso é consistente com a classificação da OpenNet Initiative, segundo a qual na maior parte dos países da região há um nível muito baixo ou nulo de censura ou vigilância da Internet — apenas na Venezuela e no Equador é relatada uma situação distinta.⁴

No entanto, isso não nos permite afirmar que não haja censura. Uma ativista de uma organização mexicana disse que o governo interviu

⁴ “Internet censorship and surveillance by country”. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: <en.wikipedia.org/wiki/Internet_censorship_and_surveillance_by_country>. Acesso em: 10 set. 2014.

em sua conta de e-mail após descobrir seu apoio a greves de estudantes e camponeses. E tampouco pode-se descartar completamente a visão de alguns ativistas entrevistados por Harlow (2012). Em sua opinião, na medida em que as redes sociais são administradas por grandes corporações, por meio delas os Estados poderiam conseguir informações pessoais dos ativistas para persegui-los.

De todo modo, a situação latino-americana é comparativamente melhor do que a dos ativistas de muitas outras partes do globo, incluindo a dos Estados Unidos, Cuba, Rússia, China, Índia e vários países do Oriente Médio, onde a censura e a vigilância são qualificadas como “generalizadas” pela OpenNet Initiative. Não é comum na América Latina, por exemplo, o tipo de censura às redes sociais testemunhado pelos opositores aos governos da Tunísia e do Egito durante a “primavera árabe” de 2011 (Millaleo e Cárcamo, 2014b).

3) Barreiras ao ativismo digital: acesso e tipo de uso

Barreiras relacionadas ao acesso

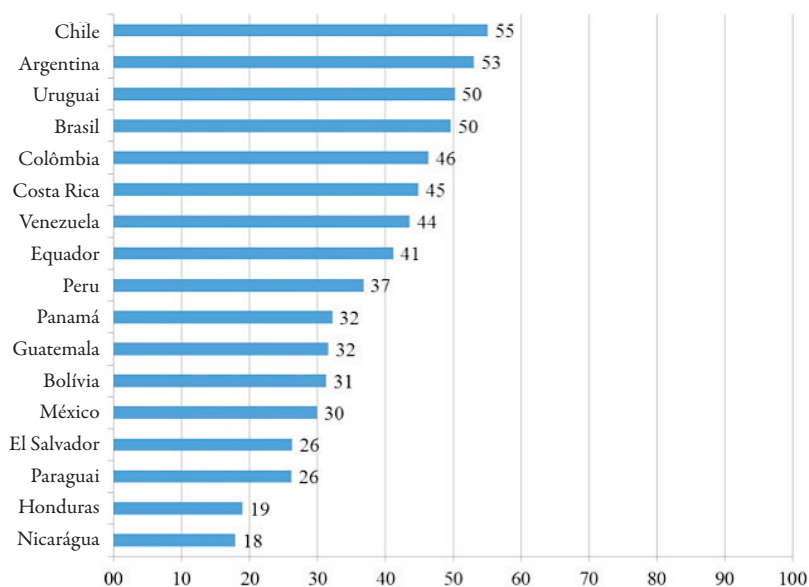
As seções anteriores enfatizaram as vantagens e oportunidades abertas pela Internet para a participação cidadã dos latino-americanos. Isso contribui para compreendermos por que a iniciativa pioneira dos zapatistas se difundiu através de países e causas da região nas duas décadas seguintes. Porém, para evitarmos um panorama excessivamente otimista, a presente seção focará nos diversos obstáculos existentes para um aproveitamento pleno dessa ferramenta.

O principal e mais óbvio obstáculo refere-se às barreiras de acesso: no final de 2013, mais da metade dos latino-americanos *não possuía* acesso à Internet,⁵ colocando um freio no ativismo digital da maioria. A

5 Disponível em: <www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em: 16 set. 2014.

figura 1 baseia-se na rodada de 2012 da pesquisa do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), que é representativa da população adulta das nações latino-americanas. Ela mostra a porcentagem de pessoas que usa a Internet pelo menos algumas vezes por mês (incluindo quem a usa diariamente ou algumas vezes por semana). Isso permite dimensionar a proporção da população que estaria suficientemente exposta à Internet de maneira direta, podendo-se beneficiar em alguma medida do ativismo digital.

Figura 1. Porcentagem dos que usam a Internet pelo menos algumas vezes por mês, por país



Fonte: Latin American Public Opinion Project (LAPOP), rodada de 2012.

As diferenças apontadas pela figura 1 são impressionantes. Enquanto metade ou mais dos chilenos, argentinos, uruguaios e brasileiros acessam a Internet ao menos duas vezes por mês, a proporção diminui

para um a cada quatro habitantes de El Salvador e do Paraguai, ou aproximadamente um a cada cinco para Honduras e Nicarágua. No México, o segundo país mais populoso da região, apenas 30% possuem acesso à Internet segundo a LAPOP 2012. Independentemente da precisão desses números, um ponto é claro: um grande conjunto de latino-americanos não acessa a infraestrutura mínima para manter contato com a participação, discussão e mobilização coletiva que trafegam pela Internet. Isso não quer dizer que a Internet não tenha consequências para eles: cidadãos com acesso à Internet podem organizar ações coletivas das quais aqueles sem acesso podem posteriormente participar; ou quem não possui acesso pode ter amigos, familiares ou conhecidos que tenham acesso e, de alguma maneira, os incluem em ações coletivas. De todo modo, esses dados colocam em perspectiva, ao menos na América Latina, o excessivo otimismo com o qual inicialmente se via a Internet como ferramenta de participação e aprofundamento da democracia.

As diferenças de acesso por país também estão relacionadas, naturalmente, com as diferenças de infraestrutura. Enquanto a Argentina, o Uruguai e o Chile ocupam, respectivamente, a 47^a, 48^a e 49^a posições no ranking mundial de desenvolvimento de tecnologias da informação, o Haiti encontra-se em último lugar (Balboni, Rovira e Vergara, 2011). Além disso, na América Latina o custo da banda larga em relação à renda é muito maior do que na Europa (Barrantes, Jordán e Rojas, 2013).

Também há muitas diferenças *dentro* dos países. Os habitantes de maior renda e nível educacional, bem como aqueles que vivem em áreas urbanas, possuem maiores níveis de acesso que os pobres e os moradores de áreas rurais (Balboni, Rovira e Vergara, 2011; ver também Salzman e Albarrán, 2011, e Barrantes, Jordán e Rojas, 2013 para padrões de uso da Internet na região). Em virtude desses números, o ativismo digital significa coisas muito diferentes para, digamos, um estudante de classe alta de Buenos Aires e para um camponês pobre da Nicarágua.

As pesquisas realizadas mostram que os ativistas estão plenamente conscientes desse problema. Os entrevistados por Harp, Bachmann e Guo (2012) afirmaram que a falta de acesso à Internet a um preço razoável é talvez o principal desafio que possuem para explorar tal ferramenta. E, de fato, 15% dos ativistas consultados não possuem acesso em sua residência. As ativistas entrevistadas por Friedman (2005) mencionam que as organizações feministas que trabalham com setores populares não estavam — ao menos no momento da pesquisa, uma década atrás — acostumadas a contatar as pessoas via e-mail, mas por correio, telefone e rádio. As mulheres camponesas que vivem em áreas rurais sabem apenas que a Internet existe, mas algumas comunidades na Argentina sequer dispõem de eletricidade (Harlow, 2012). Nessas comunidades, revelou uma ativista, as pessoas estão mais preocupadas em conseguir uma ambulância para levar ao médico uma gestante em trabalho de parto do que em checar suas mensagens de e-mail. O mesmo se aplica a muitas comunidades de imigrantes ou de indígenas (Harlow, 2013). De acordo com o relato de uma ativista argentina, nas zonas mais marginais é inútil instalar computadores, que acabam sendo roubados.

Tudo isso mostra a face escura da Internet. As diferenças em termos de acesso entre grupos sociais contribuem para reproduzir e aprofundar as desigualdades preexistentes que já operam pelas vias de participação tradicionais (como eleições, *lobby* ou presença em outros meios de comunicação). Se os mais ricos, educados, urbanos e informados usam a Internet com maior intensidade que os demais, a promessa de que a Internet compensaria as desigualdades políticas fica comprometida.

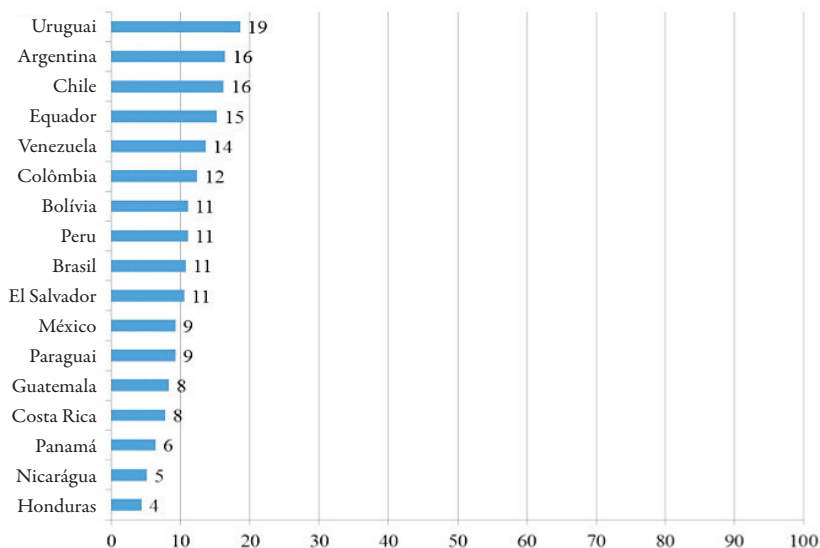
Barreiras relacionadas ao tipo de uso

Além das barreiras de acesso, existem também barreiras relacionadas ao tipo de uso. A Internet pode ser usada para fins comerciais, recreativos e vários outros que têm pouco a ver com a participação cidadã ou

a esfera pública. De fato, em países como El Salvador e Honduras, boa parte do acesso à Internet se dá em estabelecimentos educacionais, o que não necessariamente se traduz em participação cidadã (Balboni, Rovira e Vergara, 2011).

Podemos estimar em que medida a Internet dialoga com o envolvimento cidadão a partir de uma pergunta da LAPOP 2012, que indaga se nos últimos 12 meses os entrevistados leram ou compartilharam “informação política por alguma rede social como Twitter, Facebook ou Orkut” (ver figura 2).

Figura 2. Porcentagem dos que leram ou compartilharam informação política por alguma rede social, por país



Fonte: Latin American Public Opinion Project (LAPOP), rodada de 2012.

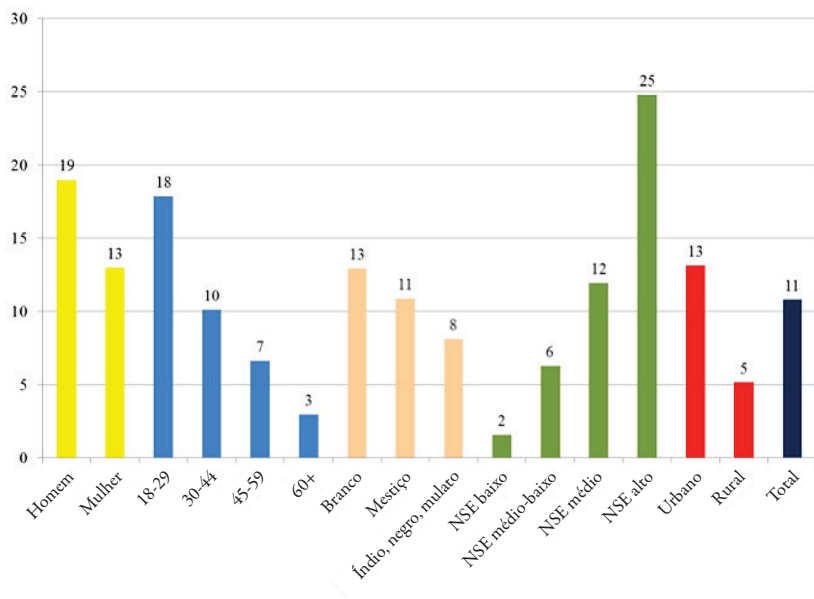
A figura 2 mostra que, para todos os países da região, apenas uma minoria fez um uso político (em sentido amplo) à Internet nos últimos 12

meses. Até mesmo no Uruguai, primeiro colocado do ranking, apenas um quinto dos entrevistados relatou fazê-lo. Em países como Honduras, Nicarágua e Panamá, apenas um em cada vinte cidadãos parece ter realizado o tipo de atividade usualmente ligada ao ativismo digital. Note-se que o indicador que usamos é bastante frouxo: inclui aqueles que simplesmente leram um jornal pela Internet, sem necessariamente participar de uma ação coletiva online ou off-line. Tudo isso nos obriga a colocar em perspectiva a magnitude da utilização da internet para fins de participação cívica, ativismo digital ou ações políticas em geral. Por mais que a literatura revisada nesse trabalho sugira a existência de dezenas de experiências bem sucedidas e de organizações beneficiadas pelo uso da Internet, no nível do público geral latino-americano, trata-se de uma realidade bastante limitada.

Assim como no caso do acesso à Internet, os baixos níveis de uso político escondem diferenças não apenas entre países mas também entre grupos sociais. A figura 3 mostra a proporção de pessoas em distintos grupos sociais que deram à Internet um uso político considerando todos os países da LAPOP 2012 (dando peso igual a cada país através de uma variável de ponderação que iguala o número de casos de todas as pesquisas nacionais). A figura mostra que há diferenças entre grupos etários, étnicos, socioeconômicos, de situação do domicílio e de gênero. Dessa forma, embora quase um quinto dos jovens latino-americanos (entre 18 e 29 anos) dê um uso político à Internet (novamente, dando peso igual a todos os países), aproximadamente apenas uma a cada 30 pessoas com mais de 60 anos o faz. E, embora aproximadamente um quarto dos latino-americanos de maior nível socioeconômico (considerando anos de educação e renda domiciliar) tenha usado a Internet para fins políticos, o mesmo ocorreu com aproximadamente apenas 2% daqueles dos estratos sociais mais baixos. Há também importantes diferenças segundo a situação do domicílio (a população urbana mais que duplica o uso político da Internet em relação aos moradores de áreas rurais), etnia (aqueles que se definem como

brancos usam mais a Internet que os demais) e, em menor grau, gênero (os homens usam mais do que as mulheres). Embora esse indicador não consiga captar perfeitamente a prática do ativismo digital, ao menos mostra que as oportunidades de fazê-lo encontram-se distribuídas de forma desigual em nosso continente.

Figura 3. Porcentagem dos que leram ou compartilharam informação política por alguma rede social, por grupo social



Fonte: Latin American Public Opinion Project (LAPOP), rodada de 2012.

Para continuar explorando esse ponto, foi utilizado um modelo de regressão logística no qual a variável dependente refere-se a se o entrevistado usou a Internet para fins políticos (valor = 1) ou não (valor = 0). Incluímos como variáveis independentes aquelas apresentadas na tabela 1: gênero (mulher = 1, homem = 0), idade (em anos), nível socioeconômico

mico (escala contínua que combina anos de escolaridade e faixa de renda domiciliar), etnia (“brancos” como categoria de referência) e situação do domicílio (“área urbana” como categoria de referência). A vantagem de um modelo de regressão em relação à figura 3 é que permite controlar pelo impacto de outras variáveis que poderiam estar afetando as relações no nível bivariado. Por exemplo, pode ser que as diferenças entre grupos étnicos que mostra a figura 3 se devam na verdade pelo fato de que os brancos costumam possuir maior nível socioeconômico que os demais grupos — e não por um possível efeito de pertencimento a um grupo étnico.

Tabela 1. Modelo de regressão logística prevendo o uso político da Internet

Mulher (vs. homem)	-0,0140 (0,0501)
Idade	-0,0361*** (0,00195)
Mestiço (vs. branco)	-0,0502 (0,0537)
Índio, negro, mulato (vs. branco)	-0,126 (0,0763)
Nível socioeconômico	0,143*** (0,00414)
Área rural (vs. urbana)	-0,418*** (0,0668)
Constante	-3,090*** (0,160)
<i>N</i>	21936
Pseudo-R ²	0,161

Desvios-padrões entre parênteses. * $p < 0,5$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Fonte: Latin American Public Opinion Project (LAPOP), rodada de 2012.

Os resultados são, no geral, consistentes com a figura 3: os latino-americanos mais jovens, de maior nível socioeconômico e residentes em áreas urbanas são significativamente mais propícios (estatisticamente falando) a conferir um uso mais político à Internet do que, respectivamente, os mais velhos, os de menor nível socioeconômico e os residentes em áreas rurais. No entanto, diferentemente do que sugere a figura 3, ao controlar por todas essas variáveis, não há diferenças estatisticamente significativas por gênero nem por etnia (embora os sinais dos coeficientes sejam consistentes com a figura 3).

Para finalizar esta seção, não podemos nos esquecer de que o potencial político da Internet não depende somente das características da população e de seus níveis de acesso e uso (a “demanda”), mas também das características da oferta digital. Nesse sentido, é interessante o estudo de Hung e Calderón (2011), que avaliaram o grau de dificuldade de acesso à informação na versão digital de vários jornais latino-americanos. Resumidamente, os pesquisadores concluíram que, embora todos eles dispusessem de ferramenta de busca em seu *website*, as oportunidades para aprofundar a informação (como, por exemplo, links para notícias na mesma seção) são escassas em relação às edições digitais do *New York Times* e do *El País*, da Espanha. Além disso, o estudo revelou que quase a metade dos jornais avaliados apenas oferecem ferramentas interativas como blogs, comentários de usuários e fóruns. De maneira similar, o estudo de Frick (2004) revelou que, há pelo menos uma década, o nível de desenvolvimento digital dos parlamentos e principais partidos políticos latino-americanos estava muito atrasado em comparação a seus equivalentes europeus. Isto sugere que, apesar da notável melhora dos indicadores gerais de acesso e uso da Internet entre a população — por exemplo, a quantidade de usuários da Internet na região passou de 500 mil em 1995 para 124 milhões em 2007 (Balboni, Rovira e Vergara, 2011) —, a oferta digital (tanto da mídia como da esfera política institucional) pode não estar tão desenvolvida, o que possivelmente limita a contribuição da Internet à participação cidadã.

4) Riscos e desafios do ativismo digital

Além das barreiras de acesso e tipo de uso da Internet, o ativismo digital na América Latina também enfrenta uma série de riscos e desafios que, embora não coloquem em dúvida sua força expansiva, limitam o que as organizações podem realizar com essa ferramenta. Destacamos quatro elementos.

Em primeiro lugar, por existir poucos controles sobre a qualidade da informação que circula pela Internet, há o risco de que se expandam rapidamente notícias ou rumores imprecisos, distorcidos ou claramente falsos, como ocorreu de início com a Indymedia na região (Shmidt, 2009). As possibilidades de distorcer deliberadamente a informação são altas, na medida em que é fácil difundir informação de forma anônima. Ou a informação difundida pode ser correta, mas facilmente perder-se na profusão de causas e tornar-se irrelevante, o que um entrevistado por Harlow chamou de “uma faca de dois gumes” (Harlow, 2012).

A leviandade com que se transmite informação pela Internet pode até mesmo prejudicar as causas públicas que se busca favorecer. Friedman (2005) afirma que várias ativistas latino-americanas começaram a apoiar abaixo-assinados pela Internet para salvar uma mulher nigeriana condenada à morte por ter cometido adultério, mas a campanha pela Internet gerou tamanha repercussão internacional que ameaçou romper os frágeis acordos locais que haviam sido criados para salvá-la. Dessa forma, uma campanha bem sucedida do ponto de vista da difusão pode ser um fracasso para o objetivo que se busca.

Em segundo lugar, a aparição da Internet pode criar tensões no interior de organizações da sociedade civil. Por exemplo, na medida em que se realizam muitas consultas por e-mail e torna-se necessário atualizar um *website*, integrantes da organização que antes possuíam outras tarefas passavam a dedicar um tempo extra para atividades ligadas à comunicação via

Internet. Isso é particularmente problemático para organizações pequenas, que são maioria em nossa região (Lago Martínez e Marotias, 2007). Além disso, a Internet reduziria as interações cara a cara dentro da organização, o que, para muitos, é visto como um espaço positivo para se criar vínculos sociais sólidos (Friedman, 2005). Uma ativista, por exemplo, menciona que a linguagem escrita dos e-mails é impessoal, ambígua e carece da tonalidade e da ênfase possibilitadas pela linguagem oral, gerando mal-entendidos que só conseguem ser resolvidos após muitas trocas de e-mail.

Terceiro, alguns entrevistados por Harlow (2012) alertam sobre a falsa crença de que basta a participação pela Internet para se gerar mudança social, o que desperdiça uma energia necessária para a participação nas ruas. Como disse um entrevistado, “ser fã de uma causa no Facebook não muda a decisão de um governo nem muda a realidade. Estar no mundo real, nas ruas, em reuniões com tomadores de decisão, em eventos reais, é o que gera mudanças”.

Por fim, ainda que haja acesso à Internet e um uso orientado a causas públicas, pode existir uma falta de conhecimento técnico para utilizá-la de maneira proveitosa. A esse respeito, é ilustrativo o estudo de Harlow (2013) sobre a utilização de um vídeo produzido por uma organização norte-americana para treinar organizações latino-americanas em habilidades digitais. Tais organizações não foram capazes de aproveitar plenamente o treinamento por falta de conhecimentos relativos ao uso de software de código aberto (programas de domínio público que podem ser modificados e adaptados por seus usuários).

A revisão da literatura indica, no entanto, que os ativistas e as comunidades desenvolveram diversas estratégias para enfrentar os obstáculos e desafios assinalados nesta seção e na anterior. Com respeito às barreiras de acesso, por exemplo, Friedman (2005) descobriu que, em pequenos e isolados povoados mexicanos, com poucos computadores conectados à Internet, costuma haver uma pessoa encarregada de receber as mensagens

por e-mail e difundi-las na comunidade por outros meios, como o boca-a-boca ou a imprensa escrita. Similarmente, uma ativista brasileira que não sabe usar a Internet recorre à sua filha universitária e a seus amigos para enviar ou receber mensagens de e-mail. Em algumas comunidades pobres desse mesmo país, grupos de ativistas realizam oficinas onde se ensinam ferramentas básicas de computação e de Internet, permitindo a muitas mulheres se conscientizarem sobre temas como a discriminação sexual, a homofobia, a opressão racial e relações sexuais seguras.

Da mesma forma, em nossa região existem experiências de colaboração entre organizações para superar a falta de conhecimento técnico e difundir táticas ativistas especializadas. Um exemplo é a ONG Tactical Technology Collective (TTC) [Coletivo de táticas tecnológicas], que treina ativistas de países em desenvolvimento a usar as tecnologias de informação para atingir suas metas. Essa organização criou um vídeo (mencionado anteriormente) que difunde técnicas para mobilizar as pessoas, registrar experiências como testemunha, organizar os contatos, editar vídeos no YouTube e usar dados complexos, entre outras. Logo após assistir ao vídeo, algumas organizações — incluindo a Comissão de Direitos Humanos do México — começaram a usar seus celulares e câmeras digitais para documentar abusos aos direitos humanos e filmar relatos em primeira pessoa. Essa evidência era posteriormente compartilhada via Twitter. Também passaram a disseminar as mesmas táticas a outras organizações, gerando por fim uma dinâmica tipo “bola de neve” (Harlow, 2013).

Atuando de maneira similar à TTC, o projeto de software de código aberto Mulheres do Brasil oferece apoio tecnológico a várias organizações do movimento feminista. Uma das primeiras experiências desse estilo foi o Festival Latino-americano de Instalação de Software de Código Aberto (FLISOL), realizado em 2005, que consistiu em uma jornada realizada em cem cidades de catorze países latino-americanos para que o

público geral pudesse instalar o sistema operacional Linux em seus computadores (Lago Martínez e Marotias, 2007).

Também a agência de notícias argentina Lavaca dedica-se a assessorar movimentos sociais que buscam explorar as potencialidades da Internet para difundir suas propostas. Sua diretora assim descreve o propósito da organização (citado por De Moraes, 2005, p. 74):

Estamos aqui para favorecer e fortalecer a comunicação desses movimentos entre si e com outros grupos afins (a comunicação interna, por assim dizer). Para propiciar que construam e mantenham seus próprios canais de comunicação (seja através de websites ou de contato pessoal, como no caso das “rodadas de pensamento autônomo”). Para produzir a comunicação dos eventos que realizam (cartazes, folhetos, boletins informativos) com textos que possam ser elaborados em conjunto e, por fim, para transmitir os resultados nas colunas ou reportagens que reproduzimos pela Internet, sob o tema anticopyright.

Em alguns momentos, as instâncias de capacitação das organizações possuem objetivos estratégicos mais amplos. Tal é o caso da Confederação Nacional dos Indígenas do Equador (CONAIE), principal ator das mobilizações indígenas desse país, que opera na Internet desde 2001. A CONAIE formou seus próprios quadros de especialistas em informática e Internet para evitar depender de técnicos externos à organização e técnicos não indígenas (Sandoval, 2009).

Todas essas estratégias buscam superar as limitações de acesso, conhecimento e uso, que são as mais evidentes para o aproveitamento da Internet para fins cívicos. A revisão da literatura até o momento não identificou estratégias explícitas para lidar com outros problemas, tais como informação falsa ou tensões internas das organizações.

5) Consequências do ativismo digital

A pergunta levantada pela discussão anterior refere-se ao impacto real do emprego da Internet nas ações dos cidadãos: a Internet oferece às organizações da sociedade civil da região uma maior capacidade de mobilização de simpatizantes, de pressão sobre as autoridades públicas e, em última análise, de resultados concretos (como, por exemplo, a aprovação de legislação ou decisões vinculantes favoráveis a seus objetivos)? A literatura sobre os impactos dos movimentos sociais deixou clara a dificuldade de se demonstrar com rigor empírico tais impactos (ver, p. ex., Giugni, 1998, e Amenta *et al.*, 2010), em particular para a mobilização feita a partir da Internet (para uma revisão, ver Farrell, 2012). Entre outras razões, isso ocorre devido a um viés dos pesquisadores, que tendem a focar em experiências nas quais a Internet presumidamente teve consequências, deixando de lado os casos em que isso não ocorreu. Mas aqui ao menos pode-se apresentar algumas experiências sugestivas que obviamente não substituem a pesquisa sistemática e rigorosa (como, por exemplo, Valenzuela *et al.*, 2012).

Consequências para os níveis de mobilização

É importante distinguir entre o impacto do emprego da Internet na hora de mobilizar pessoas para ações não virtuais — como protestos de rua ou eleições — de seu impacto sobre as decisões das autoridades públicas. Sobre o primeiro, parece claro que a Internet representa uma ampliação considerável das oportunidades de mobilização. Vejamos alguns exemplos:

- Acampa Sampa Ocupa Sampa, um movimento brasileiro no estilo “Occupy”, coordenou por meio do Facebook uma campanha que consistiu na instalação de acampamentos em várias

idades durante dois ou três meses — não apenas no Brasil, mas também em outros países (Ramírez, 2012).

- Uma organização mexicana que trabalha pelos direitos das crianças organizou através do Facebook um protesto para lembrar a morte de 45 crianças em um incêndio. O protesto, dirigido contra a negligência de quem estava responsável por eles, gerou uma participação massiva, ajudou a colocar o tema na agenda e permitiu arrecadar fundos (Harlow, 2012).
- Em 2008 foi criado na Colômbia um grupo no Facebook chamado “1 milhão de vozes contra as FARC”, que recebeu a adesão de mais de 3 mil pessoas em menos de 24 horas e, posteriormente, de cerca de 260 mil pessoas. Via Facebook foi possível organizar protestos em mais de 165 cidades do mundo inteiro (Neumayer e Raffl, 2008; Sandoval, 2009), estimando-se a quantidade total de participantes em 13 milhões (Millaleo e Cárcamo, 2014b).
- Em 2012, no México, surgiu na Internet a campanha virtual simbolizada pela *hashtag* #YoSoy132. O ponto de partida foi uma gravação da reação do candidato presidencial Enrique Peña Nieto ao ser acusado de violar os direitos humanos, enquanto proferia uma palestra em uma universidade privada (Millaleo e Cárcamo, 2014b). O vídeo foi postado na Internet e recebeu 1 milhão de visitas em uma semana. A partir daquela *hashtag*, foram organizadas manifestações de rua (e não apenas na Internet) por parte de milhares de jovens desencantados com aquela campanha eleitoral (Rovira Sancho, 2014).
- Valenzuela *et al.* (2012) apresentam evidência consistente com esses exemplos a partir de uma pesquisa com jovens chilenos. Eles concluíram que os jovens que usam o Facebook mais inten-

samente — em particular para se informar e socializar — possuem maiores chances de ter participado das múltiplas mobilizações estudantis que ocorreram no Chile durante 2011. Esse resultado se mantém mesmo após controlar estatisticamente por vários preditores de participação em protestos, como descontentamento político, recursos materiais e psicológicos, valores e consumo de meios de comunicação tradicionais.

Naturalmente, seria errado pensar que essas mobilizações explosivas ocorreram apenas — ou principalmente — graças à Internet. Várias condições sociais e políticas, incluindo o descontentamento da população em relação às autoridades, a guerrilha no caso da Colômbia e outros acontecimentos, tiveram que se combinar simultaneamente. Mas as narrativas de onde essas experiências são extraídas sugerem que a utilização da Internet (e, em particular, das redes sociais, como o Facebook) foi crucial para gerar pontes entre as pessoas e as organizações envolvidas. Nesse sentido, o tradicional *website* da era da Web 1.0, que permitia obter informação somente em um sentido, é superada pelas ferramentas interativas da Web 2.0.

Consequências políticas

Adicionalmente, é razoável pensar que, ao facilitar mobilizações rápidas e massivas como as apresentadas acima, a Internet poderia exercer um impacto sobre as ações e decisões das autoridades políticas. Vejamos um exemplo.

Em 2006, os estudantes secundaristas chilenos utilizaram as redes virtuais para se opor à política educacional do governo da presidente Michelle Bachelet. Mediante uma explosiva difusão de ocupação de colégios, marchas e mobilizações, os chamados “pinguins” despertaram uma letárgica sociedade chilena, que não assistia a grandes manifestações desde o

final dos anos 1980, para uma iminente restauração democrática. Na era pré-massificação do Facebook, os estudantes criaram e usaram blogs, microblogs, mensagens instantâneas e correntes massivas de e-mails para difundir o que acontecia pelos vários colégios, permitindo, assim, a incorporação ao protesto dos centros mais afastados de Santiago. As redes virtuais também foram usadas para se discutir os pontos que seriam votados nas grandes assembleias presenciais.

A rápida coordenação de ações por meios digitais permitiu massificar os protestos a ponto de colocar em cheque o governo Bachelet, que convocou um Conselho Assessor Presidencial e terminou substituindo a lei educacional existente por outra que incorporava parcialmente as demandas dos estudantes. Tudo isso foi possível graças à alta penetração da Internet: 43% dos chilenos entre 15 e 19 anos usavam a Internet todos ou quase todos os dias em 2006 (Valderrama, 2013). Ironicamente, boa parte do acesso à Internet era feito nos próprios estabelecimentos educacionais ocupados como parte dos protestos. E, em 2001, os ex-pinguins, agora estudantes universitários, voltaram a usar intensivamente as redes sociais para se opor ao governo de centro-direita de Sebastián Piñera (Cabalin, 2014).

Além do caso dos estudantes chilenos, outros países da região oferecem exemplos comparáveis:

- Os protestos organizados pelo grupo do Facebook “1 milhão de vozes contra as FARC” foram apoiados (inclusive financeiramente) pelo presidente colombiano Álvaro Uribe e a mídia de massa tradicional. Além disso, o governo colombiano contou as embaixadas colombianas no exterior para convencê-las a participar dos protestos em seus respectivos países (Neumayer e Raffl, 2008; Millaleo e Cárcamo, 2014b).
- O movimento Internet Necessária surgiu no ciberespaço mexicano em 2009, diante da proposta de taxar em 3% o uso das

telecomunicações (tevé a cabo, celular e Internet). Organizou-se um massivo protesto online, que envolveu aproximadamente 10 mil pessoas, que enviaram por volta de 52 mil mensagens via Twitter. No dia do protesto, cerca de 1% das mensagens do Twitter do mundo inteiro se referia a essa causa. Além disso, a poucos dias do protesto, seus organizadores foram recebidos por vários senadores sem necessidade de se organizar manifestações de rua. Por fim, a proposta de tributação foi descartada (Nabel, 2009).⁶

- No Chile, o assassinato do jovem homossexual Daniel Zamudio por neonazistas em 2012 “gerou uma reação nas redes sociais que foi divulgada por toda a mídia nacional” (Millaleo e Cárcamo, 2014b, p. 48), e acabou convencendo vários políticos de oposição da necessidade e/ou conveniência de aprovar um projeto de lei contra a discriminação.

Esses casos de experiências bem sucedidas, nos quais a Internet havia desempenhado um papel crucial, são consistentes com as opiniões dos próprios ativistas. Em sua pesquisa envolvendo diversos países da região, Harp, Bachmann e Guo (2012), diante da pergunta de se o ativismo online pode influenciar o governo (em uma escala que vai de 1 = “nada importante” a 5 = “muito importante”), mostraram que a média das respostas era de 3,93. Além disso, a média para os ativistas latino-americanos foi maior do que a de ativistas chineses e norte-americanos.

O ativismo digital pode impactar não somente as decisões concretas dos líderes políticos, mas também, em certo sentido, a qualidade da

6 Esse movimento é interessante, entre outras coisas, porque mostra a possibilidade de um protesto digital autorreferido. Na medida em que o acesso à Internet começa a ser entendido como um direito — talvez não muito distante dos direitos tradicionais, como o acesso à saúde, ao trabalho ou à educação —, tentativas de infringir esse direito podem dar lugar a protestos justamente baseados naquilo que se encontra ameaçado (o acesso à Internet).

democracia. Ao permitir intensificar a capacidade de monitoramento das condutas dos políticos, a Internet também pode contribuir para o aumento da transparência dos processos democráticos. O #YoSoy132 mexicano, por exemplo, campanha originada virtualmente durante as eleições presidenciais de 2012, convocou um debate entre presidenciais separado dos debates oficiais dos canais de televisão. O debate foi transmitido pela Internet e acompanhado por cerca de 112 mil pessoas. Participaram todos os candidatos com exceção de Enrique Peña Nieto, do PRI. O formato era inovador: as perguntas foram elaboradas coletivamente em assembleias universitárias, e os cidadãos conectados à Internet podiam formular perguntas aos candidatos. Além disso, no dia das eleições, o “132” funcionou como um centro de monitoramento extraoficial. Milhares de cidadãos participaram como observadores eleitorais, e postaram na Internet fotos dos resultados de cada seção eleitoral, que eram confrontados com a contagem oficial de votos. Isso permitiu coletar denúncias e evidências de possíveis crimes eleitorais (Rovira Sancho, 2014). Nesse caso, a Internet permitiu aos cidadãos fazerem mais do que votar no dia das eleições.

Além disso, esse exemplo ilustra a possibilidade de que a Internet conecte os latino-americanos aos processos eleitorais (e não apenas a ações coletivas vinculadas a movimentos sociais). De fato, assim como no resto do mundo, atualmente os candidatos latino-americanos recorrem rotineiramente à Internet para potencializar suas plataformas e tentar persuadir o eleitorado, e alguns tiram bom proveito de tais estratégias. Um exemplo é o de Antanas Mockus na Colômbia, como veremos a seguir.

Em meados de 2010, o ex-prefeito de Bogotá Antanas Mockus, candidato do até então minoritário Partido Verde da Colômbia, obteve nada desprezíveis 27,5% dos votos no segundo turno da eleição presidencial. Embora tenha sido derrotado pelo candidato governista Juan Manuel Santos, Mockus conseguiu mais votos que os candidatos dos tradicionais

partidos Liberal e Conservador, o partido de esquerda Polo Democrático Alternativo e o Mudança Radical.

Muitas razões explicam o relativo êxito de Mockus, mas uma delas é a maneira pela qual as diversas potencialidades da Internet foram utilizadas para capturar o voto de um público juvenil que, até então, mostrava-se desencantada com a política. O *website* do candidato foi um dos dez portais com maior crescimento de seguidores em escala mundial durante a campanha. O próprio Mockus converteu-se na sétima figura com maior número de seguidores do mundo, superando os 800 mil. Foi, de longe, o usuário do Twitter mais seguido da cena política nacional, e conseguiu o apoio de mais de 200 grupos e organizações sociais (Rincón, 2011).

Em boa medida, tal êxito foi possível graças ao apoio de um grupo de jovens colombianos que manipulavam habilmente o Facebook e outras plataformas. Coordenaram a campanha na rede, deram forma aos conteúdos e ideias do candidato, e alcançaram outros jovens internautas que, por fim, saíram para votar. No YouTube foram apresentadas as palestras, conferências e debates dos quais participou Mockus. Foi enviada uma quantidade massiva de e-mails a cada dois dias para difundir ideias e atividades, muitas delas off-line — como intervenções artísticas juvenis em espaços públicos, ocupação de centros comerciais e mobilizações. O próprio candidato usou intensivamente sua conta do Twitter, e acompanhou incessantemente as redes sociais do seu Blackberry. Mockus perdeu a eleição; porém, diante desse uso da rede, conquistou o apoio de muitos jovens que, de outra forma, provavelmente não tivessem saído para votar no dia da eleição (Rincón, 2011; Cárdenas Ruiz, 2012).

O exemplo de Mockus sugere que a figura do candidato foi central no emprego de sua estratégia virtual, mas em nossa região a Internet também poderia influenciar a dinâmica de processos eleitorais carentes

de candidatos. Um exemplo disso é o referendun celebrado no Brasil em 2005, referente à proibição do porte de armas de fogo, no qual triunfou a posição contrária à proibição. Muitos dos argumentos, tanto de quem se opunha quanto de quem justificava a proibição, foram gerados a partir de posições que circularam pela Internet (Sorj, 2006).

Consequências para as organizações ativistas

Mobilizar pessoas e influenciar autoridades políticas e processos eleitorais são objetivos geralmente perseguidos por ativistas que lançam mão da Internet. Mas também é necessário levar em conta que a utilização dessa tecnologia pode ter impactos não previstos sobre as organizações ativistas.

Anteriormente, notamos duas consequências organizacionais: a Internet pode gerar tensões no interior das organizações (seção 4), mas também permite ampliar os contatos entre distintos tipos de organizações (seção 1). Agora, focamos nessa última ideia, notando como a Internet impacta o *tipo* de relações que podem ser construídas entre distintas organizações envolvidas com as mesmas causas. Especificamente, a Internet permite gerar coalizões entre organizações com muita autonomia e baixo grau de centralização.

Um exemplo é a Indymedia, que surgiu na América Latina em São Paulo e em Buenos Aires no começo da década de 2000 (para o caso argentino, ver Winik, 2004). Embora todas as sedes da Indymedia estejam reunidas em um portal geral, hospedado em um servidor dos Estados Unidos, as distintas sedes locais podem organizar-se de maneira independente das demais, sem que exista um centro que estabeleça de antemão os passos que cada uma deva seguir. Cada sede financia a si mesma, e às vezes não há um espaço público de trabalho em comum — os correspondentes trabalham de suas casas ou de outros lugares. Embora não aceitem informações que vão contra a linha editorial da Indymedia (por exemplo, são proibidos conteúdos racistas, comerciais ou de discriminação sexual), não existe um

editor responsável: cada pessoa pode publicar o que quiser — o que, como vimos anteriormente, gera riscos (Lago Martínez e Marotias, 2007). Algo similar ocorre com outras organizações, como a ATTAC.

É interessante notar como essa mesma dinâmica autônoma e descentralizada se deu, em menor grau, nas mobilizações do #YoSoy132 mexicano, com consequências inesperadas. Em certo momento, tentou-se convocar uma assembleia interuniversitária para coordenar as ações, mas ela não funcionou devido à ausência de procedimentos e líderes claros — não havia um “diretor da orquestra” com uma visão completa da rede (Rovira Sancho, 2014).

Como sugerem os exemplos da Indymedia e da ATTAC, essa estrutura descentralizada e em rede parece ter sido emulada em nossa região a partir dos círculos de ativistas do primeiro mundo. Ela é cômoda para ativistas latino-americanos de setores médios e altos, com elevado nível educacional e acesso a tecnologias. Mas não é necessariamente funcional para comunidades e organizações mais pobres, acostumadas às comunicações cara a cara e, talvez, a relações mais hierárquicas — herança das velhas relações patrimonialistas do campo.

Uma segunda implicação da Internet é que pode reforçar a lógica pré-existente de tomada de decisões dentro das organizações. Friedman (2005) nota, por exemplo, que a horizontalidade comunicativa possibilitada pela Internet é consistente com a ideologia de uma federação argentina para a defesa dos direitos das mulheres, que costuma tomar decisões por consenso após um intenso processo de consultas. O mesmo se aplica a certas táticas de protesto. Dessa forma, a Internet parece se adequar melhor às táticas artísticas e teatrais de muitos movimentos de juventude (por exemplo, os estudantis), na medida em que sua execução exige uma transmissão precisa de gestos, sons e imagens, o que é facilitado pela Internet (Ramírez, 2012).

Conclusões

Nas últimas duas décadas, o ativismo digital emergiu e se expandiu com força pelos mais variados cantos da América Latina. Atualmente, uma variedade de grupos e organizações, com distintas ideologias, objetivos e grau de proximidade com a política institucional, emprega rotineiramente a Internet para promover suas causas, gerar adesões, coordenar ações coletivas e pressionar as autoridades políticas via redes sociais. Graças a isso, o ativismo digital latino-americano deixou as fronteiras de suas experiências iniciais mais exitosas, no marco da guerrilha zapatista do sul do México, em meados dos anos 1990.

Este artigo apresentou uma síntese dos principais achados da literatura sobre o ativismo digital na América Latina. Por um lado, tentou-se identificar os fatores que contribuem para a compreensão do desenvolvimento desse fenômeno. Entre eles, mencionamos que a Internet permite gerar ação coletiva a um baixo custo e reduzir o impacto das barreiras geográficas para a coordenação de ações (e, portanto, atuar de maneira rápida diante de causas urgentes). A Internet também facilita a construção de laços, tanto entre grupos similares (central para formar uma massa crítica inicial suficientemente homogênea para dotar um movimento de coesão), como entre grupos sociais distintos (necessário para difundir uma causa ou obter aliados externos).

Além disso, a Internet é atrativa para diversos grupos sociais porque permite compensar os vieses de cobertura e enfoque dos meios de massa tradicionais. Isso criou novos espaços para vozes e opiniões que, do contrário, não encontrariam canais mais apropriados para sua difusão, incentivando o papel de “jornalismo amador” entre aqueles que se sentem excluídos ou discriminados por diversos motivos. A Internet também permitiu posicionar, em apenas algumas horas, causas coletivas vinculadas a acontecimentos inesperados, que não encontrariam espaço em movimen-

tos tradicionais com demandas mais estabelecidas. É importante lembrar que isso só foi possível pelo fato de que a censura governamental à Internet em nossa região tem sido relativamente baixa — ao menos em comparação com outras regiões do mundo, nas quais os governos possuem uma ingerência mais agressiva.

Apesar de tudo isso, o artigo também explora as barreiras que ainda servem de obstáculo ou diminuem a força do ativismo digital na América Latina. A primeira diz respeito ao fato de que a maioria dos latino-americanos ainda não usa a Internet de maneira regular — o que ocorre em proporções que variam entre a metade e 80%, de acordo com o país. E o uso da Internet para fins políticos — incluindo o ativismo digital — ainda é extremamente restrito. Além disso, tanto o acesso como o uso político da Internet encontram-se fortemente segmentados, favorecendo os mais jovens e ricos residentes em centros urbanos.

Adicionalmente, os relatos dos ativistas que recorrem à Internet demonstram que, apesar das vantagens inegáveis, há múltiplos riscos, que vão desde a facilidade com que se espalham rumores ou informações imprecisas (o que pode terminar prejudicando a causa que se deseja promover) até tensões internas às organizações, passando por dificuldades técnicas e deficiências de capital humano para fazer um uso eficiente dessa ferramenta. De qualquer maneira, também é mostrado que as organizações ativistas desenvolveram diversas estratégias para combater as limitações de acesso, uso e conhecimento, inclusive em comunidades pobres e rurais.

Por fim, o artigo explora brevemente as possíveis consequências do ativismo digital sobre as mobilizações de ações coletivas, as decisões das elites políticas e os vínculos entre as próprias organizações. Primeiro, diversas experiências na região sugerem que a Internet permitiu mobilizar em pouco tempo quantidades consideráveis de pessoas em manifestações públicas — incluindo no nível internacional e fora do nosso continente. Segundo, são apresentados casos nos quais tais protestos, promovidos

sobretudo a partir das redes sociais, possivelmente exerceram influência sobre autoridades públicas de diversas maneiras — incluindo a aprovação de importantes leis. Terceiro, sugere-se que a Internet também possa impactar o tipo de alianças entre organizações dedicadas a causas comuns, favorecendo estruturas pouco centralizadas e com alto grau de autonomia.

Olhando para o futuro, tudo indica que o ativismo digital latino-americano seguirá se desenvolvendo. O ritmo em que isso ocorrerá irá depender de vários fatores, entre eles a consolidação das democracias da região, a expansão do acesso à Internet a novos grupos, e a melhoria das habilidades técnicas da população. Esta última pode ocorrer tanto por melhoras na aprendizagem e familiaridade com novas tecnologias, como pela mudança geracional, na qual as gerações mais velhas e distantes da Internet são substituídas por novas gerações de “nativos digitais”.

Naturalmente, um artigo dessa extensão não se propõe a abarcar todos os aspectos relevantes do ativismo digital de uma região inteira. A bibliografia aqui referida constitui uma seleção que não esgota tudo o que está disponível, e o fenômeno é tão dinâmico (em boa medida, devido à rapidez das inovações tecnológicas na qual se sustenta) que qualquer tentativa de compreendê-lo torna-se facilmente obsoleta. De qualquer maneira, há muitas linhas de investigação futura que parecem relevantes para se avançar na compreensão do fenômeno. Dentro das muitas possibilidades, cabe mencionar quatro: a realização de um cadastro das principais organizações ativistas em nível regional, identificando a presença e o papel da Internet em suas atividades (para tal estudo para o Chile, ver Millaleo e Velasco, 2013); a análise em profundidade de casos nos quais a Internet não conseguiu desencadear a ação coletiva (para compensar o acesso de análise de casos “bem sucedidos”); estudos sobre alianças entre ativistas privilegiados (em termos de classe social, capital humano e acesso à tecnologia) e comunidades excluídas; e uma exploração sistemática do impacto da Internet nas decisões das elites políticas e/ou leis aprovadas pelo sistema político.

Bibliografía

- Amenta, E.; Caren, N.; Chiarello, E.; Su, Y. "The political consequences of social movements". *Annual Review of Sociology*, v. 36, 2010. pp. 287-307.
- Balboni, M.; Rovira, S.; Vergara, S. *ICT Latin America: A Microdata Analysis*. Santiago, Chile: CEPAL, 2011.
- Barrantes, R.; Jordán, V.; Rojas, F. "La evolución del paradigma digital en América Latina". In: Jordán, V.; Galperín, H.; Peres, W. (Coord.). *Banda ancha en América Latina: más allá de la conectividad*. Santiago, Chile: CEPAL, 2013. pp. 9-32.
- Cabalín, C. "Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile". *Comunicar*, v. 43, 2014. pp. 25-33. (DOI: 10.3916/C43-2014-02).
- Cárdenas Ruiz, J. D. "Votos y clics: las elecciones presidenciales en Colombia en el año 2010 y las redes sociales". *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 9, n. 17, 2012. pp. 260-267.
- De Moraes, D. R. "Comunicación virtual, activismo político y ciudadanía". *III Congreso Internacional Comunicació I Realitat*, Barcelona, 2005.
- Farrell, H. "The consequences of the internet for politics". *Annual Review of Political Science*, v. 15, 2012. pp. 35-52.
- Fleischman, L. "Los nuevos medios de activismo: consideraciones en torno de la publicación abierta en Indymedia". *Razón y palabra*, n. 49, 2006. p. 19.
- Frick, M. M. "Parlamentos en la Era Digital: Explorando América Latina". In: Perina, R.; Caetano, G. (Ed.). *La "Segunda Generación" de Reformas Parlamentarias: Teorías, Prácticas y Estrategias de Cambio*. Montevideo: CLAEH; Washington, D.C.: Organización dos Estados Americanos (OEA), 2004.

Friedman, E. J. "The reality of virtual reality: The internet and gender equality advocacy in Latin America". *Latin American Politics and Society*, v. 47, n. 3, 2005. pp. 1-34.

Giugni, M. G. "Was it worth the effort? The outcomes and consequences of social movements". *Annual review of sociology*, v. 24, 1998. pp. 371-393. (DOI: 10.1146/annurev.soc.24.1.371).

Harlow, S. "Social Change and Social Media: Latin American Activists' Use of Digital Tools in the Face of the Digital Divide". *Congress of the Latin American Studies Association*, San Francisco, 2012.

Harlow, S.; Harp, D. "Collective action on the Web: A cross-cultural study of social networking sites and online and offline activism in the United States and Latin America". *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 2, 2012. pp. 196-216.

Harlow, S. "Adapting, Adopting and Diffusing: Leveraging Web 2.0 Tools for Activism in Mexico". *Journal of Latin American Communication Research*, v. 3, n. 1, 2013. pp. 3-35.

Harp, D., Bachmann, I.; Guo, L. "The Whole Online World is Watching: Profiling Social Networking Sites and Activists in China, Latin America and the United States". *International Journal of Communication*, v. 6, 2012. p. 298-321.

Hilbert, M. R.; Katz, J. M. *Building an Information Society: A Latin American and Caribbean Perspective*. Santiago, Chile: CEPAL, 2003.

Hung, E. S.; Calderón, C. A. "Los cibermedios en América Latina y la Web 2.0". *Comunicar*, v. 19, n. 37, 2011. pp. 125-131.

Lago Martínez, S. "Los movimientos sociales en la sociedad de la información". *Revista Encrucijadas*, n. 37, maio 2006.

Lago Martínez, S.; Marotias, A. “Los movimientos sociales en la era de internet”. *Razón y Palabra*, n. 54, 2007.

Mainwaring, S.; Pérez-Liñán, A. “Latin American Democratization since 1978: Democratic Transitions, Breakdowns, and Erosions”. In: Mainwaring, S.; Hagopian, F. (Ed.). *The Third Wave of Democratization in Latin America: Advances and Setbacks*. Nova York: Cambridge University Press, 2005. pp. 14-59.

Marotias, A.; Marotias, L. “Los Movimientos Sociales en Internet: Las Campañas Contra el ALCA”. *Razón y Palabra*, n. 52, 2006. pp. 1-13.

McCarthy, J. D.; Zald, M. N. “Resource mobilization and social movements: A partial theory”. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, 1977. pp. 1212-41.

Millaleo, S.; Velasco, P. *Activismo Digital en Chile: repertorios de contención e iniciativas ciudadanas*. Santiago, Chile: Fundación Democracia y Desarrollo/El Quinto Poder, 2013.

Millaleo, S.; Cárcamo, P. *Medios Sociales y Activismo Digital en el Mundo*. Santiago, Chile: Fundación Democracia y Desarrollo/El Quinto Poder, 2014a.

Millaleo, S.; Cárcamo, P. *Mediaciones del Sistema Político Frente al Activismo Digital*. Santiago, Chile: Fundación Democracia y Desarrollo/El Quinto Poder, 2014b.

Nabel, L. C. T. “Ciberprotestas y consecuencias políticas: Reflexiones sobre el caso de Internet necesario en México”. *Razón y Palabra*, v. 14, n. 70, 2009. pp. 1-14.

Neumayer, C.; Raffl, C. “Facebook for protest? The value of social software for political activism in the anti-FARC rallies”. *DigiActive Research Series*, 2008.

Olesen, T. "The Zapatistas and Transnational Framing". In: Johnston, H.; Almeida, P. (Ed.). *Social Movements in Latin America: Globalization, Democratization, and Transnational Networks*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2006. pp. 179-96.

Olson, M. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1965. [Ed. bras.: *A lógica da ação coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EdUSP, 1999.]

Padilla de la Torre, M. R.; Flores Márquez, D. "El estudio de las prácticas políticas de los jóvenes en Internet". *Comunicación y sociedad*, n. 15, 2011. pp. 101-22.

Pitman, T. "Latin American Cyberprotest: Before and After the Zapatistas". In: Taylor, C.; Pitman, T. (Ed.). *Latin American Cyberculture and Cyberliterature*. Liverpool: Liverpool University Press, 2007. pp. 86-110.

Putnam, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova York: Simon & Schuster, 2000.

Ramírez, L. G. "Política, Juventud e Internet: Transformaciones y Perspectivas de Comprensión en América Latina". *Utopía y praxis latinoamericana: revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social*, n. 57, 2012. pp. 11-30.

Rincón, O. "Mucho ciberactivismo... pocos votos. Antanas Mockus y el Partido Verde colombiano". *Nueva sociedad*, n. 235, 2011. pp. 74-89.

Rovira Sancho, G. "El #YoSoy132 mexicano: la aparición (inesperada) de una red activista". *Revista CIDOB d'afers internacionals*, n. 105, 2014. pp. 3-20.

Sandoval, C. G. “Gobiernos electrónicos y acción colectiva a través del internet: Dinámicas en la Región Andina”. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, v. 4, n. 1, 2009. pp. 31-53.

Salzman, R.; Albarran, A. B. “Internet Use in Latin America”. *Palabra Clave*, v. 14, n. 2, 2011. pp. 297-313.

Shmidt, E. “Nuevas tecnologías y medios alternativos en América Latina”. Trabajo presentado no GT “TIC, Apropiación Social y Gobierno Electrónico”. *IV Congreso de la Asociación Investigadores Venezolanos de la Comunicación*, Barquisimeto, Venezuela, 2009.

Sorj, B. “Internet, Espaço Público y Marketing Político: Entre la promoción de la comunicación y el solipsismo moralista”. *Working Paper n. 2*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2006. Disponível em: <www.bernardosorj.com.br/pdf/wp2_espanol.pdf>.

Sorj, B.; Guedes, L. E. *Internet y Pobreza*. Montevideo: UNESCO; Trilce, 2005.

Valderrama, L. B. “Jóvenes, Ciudadanía y Tecnologías de Información y Comunicación. El movimiento estudiantil chileno”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 11, n. 1, 2013. pp. 123-135.

Valenzuela, S.; Arriagada, A.; Scherman, A. “The social media basis of youth protest behavior: The case of Chile”. *Journal of Communication*, v. 62, n. 2, 2012. pp. 299-314.

Winik, M. “Nuevos medios para hacer medios: el caso Indymedia”. In: Gradin, C. : () { : | : & } : *Internet, hackers y software libre*. Buenos Aires: Fantasma, 2004. pp. 113-24.

OS AUTORES

Bernardo Sorj é professor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e codiretor do projeto Plataforma Democrática. Foi professor visitante em várias universidades da Europa e dos Estados Unidos. Autor de 27 de livros publicados em várias línguas, sobre temas de teoria social, América Latina, democracia, relações internacionais e os impactos sociais das novas tecnologias.

Danilo Martuccelli é professor de sociologia da Universidade Paris Descartes, USPC, membro do Institut Universitaire de France e pesquisador no Cerlis-CNRS. É autor de mais de uma centena de artigos em revistas especializadas, e de mais de vinte livros dentre os quais se destacam *Sociologies de la modernité* (Gallimard, 1999), *La consistance du social* (P.U.R., 2005), *Forgé par l'épreuve* (Armand Colin, 2006), *La société singulariste* (Armand Colin, 2010), e seu último livro *Les sociétés et l'impossible* (Armand Colin, 2014). Tem vários livros traduzidos para o espanhol, e em 2008, publicou com Bernardo Sorj, no iFHC, "O desafio latino-americano". Foi professor convidado em diversas universidades francesas, latino-americanas, europeias e norte-americanas.

Nicolás Somma é professor-assistente do Instituto de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile, e PhD em Sociologia pela Universidade de Notre Dame (Estados Unidos). Suas áreas de pesquisa e docência são a sociologia política, os movimentos sociais e sociologia histórica comparada. É coautor do livro *Vínculos, Creencias e Ilusiones. La cohesión social de los latinoamericanos* (Uqbar, Santiago, 2008) e de vários capítulos de livros. Publicou artigos em várias revistas, é Chefe do Programa de Mestrado do Instituto de Sociologia da PUC (Chile) e Pesquisador associado do COES (Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social, Chile).



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>